

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Quinta-Feira, 30 de abril de 2026 | edição nº 1518

R\$ 2,50

MESSIAS É REJEITADO PELO SENADO PARA O STF, E LULA SOFRE DERROTA HISTÓRICA

O Senado impôs uma derrota histórica ao presidente Lula (PT) e rejeitou a indicação de Jorge Messias, 46, ao STF.

A decisão é resultado de uma queda de braço entre o Congresso e o Palácio do Planalto, somada a um longo processo de desgaste da cúpula do Judiciário e de um fortalecimento da direita no cenário que antecede as eleições.

Em votação secreta, 42 senadores se manifestaram contra a aprovação de Messias para o STF, e 34 foram a favor do indicado por Lula. Eram necessários 41 senadores favoráveis.

Na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do

Senado, Messias havia sido aprovado por 16 votos a 11, após cerca de oito horas de sabatina, no placar mais apertado desde a redemocratização.

Messias fez um intenso trabalho para cortejar parlamentares de direita ao reforçar o fato de ser evangélico e sinalizou a senadores que concordava com a redução das tensões entre o STF e o Congresso, mas os apelos não foram suficientes para superar as tensões entre os dois lados.

O episódio inaugura uma grave crise entre Executivo e Legislativo. Foi a primeira vez que Senado rejeitou a indicação de um presidente da República para o STF desde 1894, quando cinco

nomes escolhidos por Floriano Peixoto para o tribunal foram barrados.

A derrubada de Messias foi patrocinada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Ele defendia a escolha de seu aliado Rodrigo Pacheco (PSB-MG) para o STF e dificultou a aprovação de Messias.

A pressão de Alcolumbre abriu um embate entre o Senado e Lula. O presidente da República contrariou o parlamentar e insistiu na escolha de um nome de sua confiança - uma vez que Messias é ministro da AGU (Advocacia-Geral da União), trabalhou para a ex-presidente Dilma Rousseff e tem proximidade com o PT. Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Copom decide Selic em meio a guerra e inflação acelerando

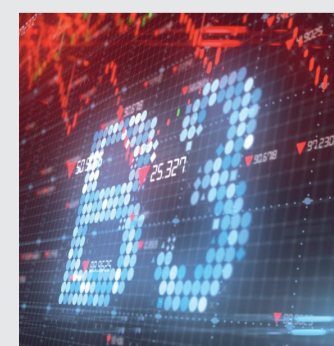
Messias é aprovado pela CCJ por 16 a 11, e plenário do Senado decidirá sobre indicado de Lula ao STF

Governo trabalha para evitar fatiamento de veto de Lula em dosimetria

Uso do FGTS em novo Desenrola custará R\$ 4,5 bi nos próximos 3 meses, diz ministro



Com Powell, Ibovespa acentua queda a 2% e retrocede a março, antes do Copom



NO MUNDO

Trump diz que conversou com Putin por telefone sobre cessar-fogo na Ucrânia

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse ter tido uma "conversa muito boa" com o presidente russo, Vladimir Putin, nesta quarta-feira (29), na qual discutiram mais sobre a Ucrânia do que sobre o Irã.

Trump disse que sugeriu "um pequeno cessar-fogo" na guerra na Ucrânia em sua ligação telefônica com o líder russo. "Conversamos mais sobre a guerra na Ucrânia", disse Trump a repórteres no Salão Oval. "E acho que ele pode fazer isso", acrescentou, ao perguntar aos jornalistas se Putin já havia anunciado a trégua.

Trump disse que Putin se ofereceu para ajudar na questão do urânio enriquecido do Irã. Esse é um dos obstáculos para um acordo que encerrasse a guerra com o Irã, mas "eu disse que preferia muito mais que você se envolvesse no fim da guerra com a Ucrânia", afirmou Trump.

A conversa, que durou



uma hora e meia, teria se concentrado na guerra entre Rússia e Ucrânia. Embora tenha rejeitado um cessar-fogo total e incondicional proposto por Kiev, Putin tem proposto repetidamente tréguas temporárias e limitadas durante a guerra declarada de Moscou contra a Ucrânia.

A Ucrânia afirma que a Rússia violou repetidamente as tréguas anteriores. O governo ucraniano registrou mais de 400 violações durante o suposto cessar-fogo declarado na Páscoa Ortodoxa.

O presidente dos EUA tem um histórico de fazer comentários positivos sobre Putin. Além disso,

ele já criticou duramente o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky por não concordar em fazer um acordo com a Rússia para encerrar a guerra.

Putin propôs um cessar-fogo na Ucrânia para o dia 9 de maio, data em que a Rússia celebra a vitória soviética sobre a Alemanha nazista em 1945. A informação é foi divulgada pelo Kremlin, acrescentando que os Estados Unidos apoiam a iniciativa. O líder russo disse estar preparado "para declarar um cessar-fogo durante as comemorações do dia da vitória", declarou seu assessor diplomático, Yuri Ushakov, a jornalistas.

Folhapress

Pesquisadores recuperam mais de 40 páginas perdidas do Novo Testamento

Uma equipe de pesquisadores da Universidade de Glasgow recuperou 42 páginas perdidas de um dos manuscritos mais importantes do Novo Testamento.

As páginas pertencem ao CodexH, uma cópia em grego datada do século 6 das cartas atribuídas a São Paulo, um dos principais apóstolos de Cristo e autor de 13 cartas do Novo Testamento. A descoberta foi divulgada pela Universidade de Glasgow em seu site oficial.

O manuscrito, originalmente um volume completo, foi desmontado no século 13 no Mosteiro Great Lavra, no Monte Athos, na Grécia. Devido ao alto custo do pergaminho, suas páginas foram raspadas e reutilizadas pelos monges como material de encadernação e folhas de apoio para outros manuscritos. Com o tempo, as peças sobreviventes espalharam-se por bibliotecas na Itália, Grécia, Rússia,

Ucrânia e França.

Para recuperar as páginas, a equipe liderada pelo professor Garrick Allen utilizou uma técnica avançada de imagem. Conhecida como "tecnologia de imagem multiespectral", ela é capaz de detectar vestígios de tinta invisíveis a olho nu e recuperar "textos fantasmas" que não existem mais fisicamente.

"O avanço veio de um ponto de partida importante: sabíamos que, em algum momento, o manuscrito foi reescrito. Os componentes químicos da nova tinta causaram um dano de 'decalque' nas páginas opostas, criando essencialmente uma imagem espelhada do texto na folha contrária, às vezes deixando traços em várias páginas de profundidade, quase invisíveis a olho nu, mas muito claros com as mais recentes técnicas de imagem", disse o professor Garrick Allen, da Universidade de Glasgow.

Folhapress

Guerra no Irã já custou US\$ 25 bilhões aos EUA, diz secretário de Defesa



Pela primeira vez desde o início da guerra no Irã, o secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, depôs no Congresso, na manhã desta quarta-feira (29).

Durante a audiência, o governo americano afirmou que o custo dos bombadeiros no Oriente Médio somam até agora US\$ 25 bilhões, cerca de R\$ 125 bilhões. O valor do ataque que já dura dois meses representa cerca de 2,7% do orçamento total do departamento, que teve US\$ 901 bilhões (R\$ 4,5 trilhões) autorizados para 2026.

Em meio a bate-boca com parlamentares, que pressionam sobre custo dos conflitos e reais motivos da

guerra, o secretário esteve ali para defender o orçamento para 2027, previsto pela Casa Branca para US\$ 1,5 trilhão, mais 40% a mais se comparado com o orçamento deste ano. O valor precisa da autorização do Congresso.

Apesar do tema central ser o orçamento, a guerra tomou conta do debate. O conflito completa 60 dias na quinta-feira, porém o secretário não respondeu quanto tempo o conflito ainda deve durar. Porém, repete que os EUA são os vencedores dos ataques. No início dos ataques, o presidente dos EUA, Donald Trump, previu que os ataques durariam entre quatro ou cinco semanas.

A partir de quinta-fei-

ra, o governo americano enfrenta um novo desafio, uma vez que a Constituição prevê que 60 dias é o tempo limite para que o presidente comece a retirar as tropas ou busque autorização do Congresso para manter o conflito.

Além da duração da guerra, Hegseth ainda deixou diversos questionamentos em aberto ao ser questionado sobre o quanto o conflito está custando para o bolso dos americanos ou quanto o departamento está disposto a gastar com os ataques. Ao invés, ele questionou os parlamentares: "Quanto vocês estariam dispostos a pagar para garantir que o Irã não tenha uma arma nuclear?"

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Copom decide Selic em meio a guerra e inflação acelerando



Com a guerra no Oriente Médio pressionando o preço dos combustíveis e a inflação, o Copom do Banco Central (BC) faz nesta quarta-feira (29) a terceira reunião do ano. Mesmo com a alta do petróleo, os analistas de mercado acreditam na segunda redução seguida de juros.

Atualmente em 14,75% ao ano, a Selic ficou em 15%, no maior nível em quase 20 anos, de junho de 2025 a março deste ano.

A decisão sobre a Taxa Selic será anunciada no início da noite desta quarta. O Copom estará desfalcado porque o mandato dos diretores de Organização do Sistema Financeiro, Renato Gomes, e de Política Econômica, Paulo Pichetti, expirou no fim de 2025. O presiden-

te Luiz Inácio Lula da Silva até agora não encaminhou as indicações dos substitutos ao Congresso Nacional.

Na reunião deste mês, haverá mais um desfalque. Na terça-feira (28), o Banco Central anunciou que o diretor de Administração, Rodrigo Teixeira, se ausentará por falecimento de um parente de primeiro grau.

Na ata da reunião de março, o Copom deixou de indicar se continuará a cortar os juros. Com a Guerra no Oriente Médio, o BC afirmou que a magnitude e o "ciclo de calibração" (para cima ou para baixo) da Selic serão determinados "ao longo do tempo", à medida que novas informações forem incorporadas às análises.

Segundo a edição mais recente do boletim Focus,

pesquisa semanal com analistas de mercado, a taxa básica deve ser reduzida em 0,25 ponto percentual, para 14,5% ao ano.

O comportamento da inflação continua uma incógnita. A prévia da inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) acelerou para 0,89% em abril, pressionada por combustíveis e alimentos. No acumulado de 12 meses, o índice acelerou para 4,37%, contra 3,9% em março.

Segundo o último boletim Focus, a estimativa de inflação para 2026 subiu para 4,86%, por causa do conflito no Oriente Médio. Isso representa inflação acima do teto da meta contínua estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Wellton Máximo/ABR

Brasil abre 228 mil vagas formais em março, segundo Caged

O Brasil gerou 228,2 mil vagas de trabalho formal em março, de acordo com dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados nesta quarta-feira (29) pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). O número representa um aumento na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando houve apenas 79 mil postos criados.

O resultado veio acima do esperado: pesquisa da agência Reuters com economista apontava expectativa de criação líquida de 150 mil vagas.

Em março, o país teve 2,5 milhões de contratações e 2,2 milhões de desligamentos. No acumulado dos últimos 12 meses, o saldo é de 1,1 milhão de empregos formais criados, que totalizam 49 milhões de vínculos.

Esse saldo representa uma queda na comparação com o mesmo período do ano passado, entre abril de 2024 e março de 2025, quando o acumulado era 34,3% maior, com 1,6 milhão de novos postos de trabalho.

O resultado para março

também está um pouco abaixo do registrado no mesmo período do ano passado. Entre janeiro e março de 2025, o acumulado foi de 675 mil empregos formais criados, enquanto, no mesmo período deste ano, o número foi de 613 mil.

O setor com maior número absoluto de novas vagas foi o de serviços, com 152 mil postos formais, seguido pelo setor de construção, com mais 38,3 mil, e indústria, com 28,3 mil.

No setor de serviços, houve alta no segmento de atividades administrativas, com mais 38,7 mil postos, seguido pelo de saúde humana e serviços sociais, que teve aumento de 22,3 mil.

Dentre os setores, a agropecuária foi o único que registrou saldo negativo, com menos 18 mil postos formais de trabalho. Segundo o MTE, a queda maior foi para os cultivos de maçã, soja e laranja.

Por estado, as maiores altas foram no Acre (AC), onde houve aumento de 0,92% no total de empregos formais, seguido por Roraima (RR), com 0,88%, e Piauí (PI), com 0,86%.

Folhapress

Uso do FGTS em novo Desenrola custará R\$ 4,5 bi nos próximos 3 meses, diz ministro



O uso do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para renegociação de dívidas terá um custo de R\$ 4,5 bilhões nos próximos três meses, afirmou nesta quarta-feira (29) o ministro do Trabalho, Luiz Marinho. A medida fará parte de um pacote do governo Lula (PT) para reduzir o superendividamento da população, que tem registrado crescimento recorde nos últimos meses.

Os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos (R\$ 8.105) poderão usar um máximo de 20% do FGTS para reduzir o saldo final da dívida no Desenrola 2.0. Além disso, as instituições financeiras

precisarão oferecer um desconto mínimo de 40% para a renegociação da dívida. O desconto máximo será de até 90%, como informou nesta semana o ministro da Fazenda, Dario Durigan.

"Pressupõe que a entidade que tenha o crédito faça uma negociação do trabalhador encaixado no mínimo exigível. Depende da natureza do crédito. Alguns podem chegar a 90%. O mínimo é de 40%. Abaixo disso, não estará autorizado", disse o ministro Luiz Marinho.

A Caixa Econômica fará a transferência da verba para renegociação da dívida. De acordo com Marinho, se o trabalhador tiver dívidas em outras instituições dife-

rentes, o banco federal fará a transferência dos recursos para negociar a dívida. Os detalhes técnicos de como ocorrerá continuam sendo finalizados pelo governo.

O limite máximo para o impacto do programa será de R\$ 8 bilhões. A cifra prevista, de R\$ 4,5, não terá um peso tão significativo, de acordo com Marinho, uma vez que o fundo do FGTS soma R\$ 705 bilhões.

"Não tem absolutamente nenhum risco de sustentabilidade e manutenção do fundo em relação a empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, empreendimentos em saúde, ou à obrigação de cumprir com direitos dos trabalhadores", afirmou Marinho. Folhapress

POLÍTICA

Messias é aprovado pela CCJ por 16 a 11, e plenário do Senado decidirá sobre indicado de Lula ao STF



Jorge Messias foi aprovado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado por 16 votos a 11 e ainda passará pelo crivo do plenário nesta quarta-feira (29), depois de passar por quase oito horas de sabatina.

O advogado-geral da União indicado por Lula (PT) enfrenta resistência do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ao seu nome. Ele precisa agora do aval de 41 entre 81 senadores na votação secreta no plenário.

Se aprovado, Messias poderá permanecer no STF por 29 anos, até 2055, quando completa 75 anos. Ele foi indicado para substituir Luís Roberto Barroso, que decidiu deixar a corte em outubro do ano passado

apesar de ter o cargo garantido até 2033.

Messias usou a sabatina para fazer uma série de acenos a senadores da oposição e bolsonaristas num momento de embate acirrado entre o STF e o Senado. O indicado defendeu autocontenção da corte, limites ao Judiciário, a proposta de um código de ética e medidas que reforcem a percepção de imparcialidade dos juízes.

Ele evitou responder, porém, sobre o caso do Banco Master, que envolve ministros do Supremo, e disse apenas que a AGU não tem participação na investigação. Outros temas recorrentes foram a atuação do órgão no 8 de Janeiro, no escândalo do INSS e na derrubada

de fake news das redes.

O indicado também ressaltou sua religião evangélica e se apresentou como um "servo de Deus", mas defendeu o Estado laico. Questionado a respeito do aborto, respondeu ser "totalmente contra" e disse que não fará "qualquer tipo de ação ou ativismo" sobre o assunto. Messias ainda disse que nunca foi filiado ao PT e que "um servidor do Estado brasileiro".

A chance de chegar ao STF ocorre dez anos após Messias ter se tornado nacionalmente conhecido como "Bessias" por causa de um telefonema de Dilma Rousseff (PT) grampeado e divulgado pela Operação Lava Jato enquanto se desenrolava o impeachment da ex-presidente. Folhapress

Zema volta a criticar STF e cita queda de ministros como "árvore podre"

O ex-governador de Minas Gerais e pré-candidato à Presidência da República pelo Novo, Romeu Zema, voltou a criticar os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) que possuem suspeita de envolvimento em esquemas de corrupção.

Durante participação num evento em São Paulo, o político chamou os ministros de "intocáveis" e fez uma metáfora de que alguns irão cair assim como caem "árvores podres".

"Eu falo que sou muito confiante, pode ser que demore, mas o processo está amadurecendo. Esses ministros que estão lá hoje, que se envolveram de forma que nunca poderia ter ocor-

rido, eu encaro eles como aquela árvore ali que tá na rua podre, cheia de cupim, sem folha, é só ter o vento certo. Vai cair uma hora, é insustentável", avaliou.

Zema ainda mencionou que o Supremo virou um "órgão incendiário" e não mais como um apaziguador de assuntos da sociedade, principalmente por estar "envolvido politicamente em diversos assuntos".

"Nós sabemos que o STF sempre foi um porto seguro no passado, era uma instituição que amenizava as crises. Era um 'Corpo de Bombeiros'. Agora, nós temos um Supremo incendiário, um bombeiro que joga gasolina no incêndio e que não pode continuar", encerrou. CNN



Governo trabalha para evitar fatiamento de veto de Lula em dosimetria



A base governista no Congresso trabalha para evitar o fatiamento do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) perante o projeto de lei da dosimetria. O veto está marcado para ser analisado nesta quinta-feira (30), em sessão conjunta da Câmara e do Senado.

A oposição e parte do Centrão defendem derrubar o veto de Lula para que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros condenados pela trama golpista tenham as penas revisadas e reduzidas.

No entanto, agora a direita busca uma saída para que condenados por feminicídio e organização criminosa, entre outros, não sejam beneficiados junto, especialmente com progressões de regime.

Isso porque há uma avaliação de que, se o veto presidencial for derrubado em sua integralidade, a medida deverá invalidar trecho do projeto de lei antifacções devido a mudanças feitas no Código de Processo Penal.

A lei antifacções endureceu a progressão de penas e foi uma das principais bandeiras de bolsonaristas. Já o projeto da dosimetria tomava como referência exigências mais brandas. Portanto, se voltar a valer, ele provavelmente vai se chocar com a lei antifacções.

Já que o veto presidencial foi integral, os parlamentares teriam que mantê-lo assim ou derrubá-lo integralmente, pela análise costumeira dos parlamentares.

Diante da situação, uma alternativa aventada pela oposição é fatiar o veto e

analisar somente os trechos que não prejudicariam a validade da lei antifacções, embora haja dúvidas sobre como fazer isso, já que o veto da dosimetria é único. Líderes da oposição conversam sobre o assunto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), segundo relatos.

O governo é radicalmente contra a possibilidade de fatiamento. Lula vetou todo o projeto da dosimetria em 8 de janeiro deste ano, em evento de lembrança aos atos de vandalismo nas sedes dos Três Poderes.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que a redação técnico-legislativa do projeto, inclusive como aprovado pelo Congresso em dezembro, não permite o fatiamento do texto. CNN

PUBLICIDADE LEGAL

Com Powell, Ibovespa acentua queda a 2% e retrocede a março, antes do Copom



Mais inclinado a perdas do que a ganhos desde a abertura, o Ibovespa estendeu nesta quarta-feira, 29, a série negativa pela sexta sessão, em que flutuou mais de 4 mil pontos entre os extremos do dia, da mínima (184.504,18) à máxima (188.709,96). No meio da tarde, a correção se acentuou com a decisão sobre juros do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e a entrevista coletiva posterior, com o presidente da instituição, Jerome Powell, em que ressaltou o fortalecimento da perspectiva para a inflação, no curto prazo. Por outro lado, Powell reconheceu, também, que levar a inflação para a meta de 2% "rapidamente" poderia afetar o emprego, a outra ponta do mandato dual do Fed.

Conforme esperado, o comitê de política monetária (FOMC, na sigla em inglês) do Fed decidiu no período da tarde da quarta-feira manter a taxa de juros de referência nos EUA na faixa de 3,50% a 3,75% ao ano, com apenas um voto dissidente. Na comunicação do Fed e de Powell, ficaram eviden-

tes os receios da instituição quanto à situação no Oriente Médio e os respectivos efeitos sobre a inflação e a perspectiva para os juros na maior economia do mundo. Assim, o Ibovespa, que já operava em baixa desde cedo, aprofundou perdas antes de outra aguardada decisão e comunicação, a do Copom sobre a Selic, no período da noite. Ao fim, o índice da B3 marcava 184.750,42 pontos, em baixa de 2,05%, agora no menor nível desde 30 de março.

Considerando a mais recente máxima histórica intradia e de fechamento do Ibovespa em 14 de abril, houve apenas um ganho posterior (alta de 0,20% em 20 de abril) na sequência de 10 sessões, o que inclui a de hoje. Desde o último pico histórico, há 15 dias, o índice recua quase 14 mil pontos, considerando níveis de fechamento. Em porcentual, a perda desta quarta-feira foi a maior desde 20 de março, então em baixa de 2,25%. O giro da sessão de hoje foi a R\$ 28,5 bilhões. Na semana, o Ibovespa cai 3,14% e, no mês, cede 1,45%, moderando o ganho do ano a 14,66%. IstoÉDinheiro

Companhia Securitizadora de Ativos Judiciais

"Em Constituição"

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 18/03/2026

Data, Hora e Local: Aos 18/03/2026, às 9:00 hs, nas dependências da Companhia Securitizadora de Ativos Judiciais, localizada no Município e Estado de São Paulo, com sede na Rua Maria Carolina, 692, conjunto 101, Jardim Paulistano ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada, tendo em vista a totalidade dos subscritores do capital social. **Mesa:** Presidente: Alexandre Portela Barbosa; Secretário: Tomás Junqueira de Camargo. **Deliberações Aprovadas:** (i) **Constituição da Companhia.** A constituição da Companhia Securitizadora de Ativos Judiciais, sociedade por ações, conforme a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições descritas no Estatuto Social, Anexo II a este instrumento. Tendo sido verificadas todas as formalidades, o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia Securitizadora de Ativos Judiciais para todos os fins de direito, a qual iniciará suas atividades logo após o cumprimento de todas as formalidades legais para este tipo societário. (ii) **Estatuto Social.** Os acionistas subscritores aprovaram o Estatuto Social da Companhia, nos termos do documento anexo à presente ata (Anexo II), declarando, assim, efetivamente constituída a Companhia. (iii) **Capital Social.** O capital social será de R\$ 1.000.000, dividido em 1.000 ações, totalmente subscrito e a ser integralizado em moeda corrente nacional, sendo que a importância de R\$ 100,00 representando 10% do capital social da Companhia será integralizado em dinheiro pelos acionistas fundadores, depositado em conta vinculada no Banco do Brasil S.A., até a data de protocolo da Ata de Assembleia Geral de Constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCCESP"), nos termos dos artigos 80, inciso III, e 81 da Lei nº 6.404/76. Os 90% restantes serão integralizados até 31 de julho de 2026. Os acionistas fundadores, acima qualificados, aprovaram também, por unanimidade, o Boletim de Subscrição constante no Anexo I deste instrumento e reproduzido a seguir. Restou estabelecido que a subscrição e integralização das ações será efetuada da seguinte forma: O Alexandre, acima qualificado, subscreve 500 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 500,00 e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R\$ 50,00, equivalentes a 10% das ações subscritas e o acionista Tomás, acima qualificado, subscreve 500 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 500,00 e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R\$ 50,00, equivalentes a 10% das ações subscritas; até a data do protocolo desta Assembleia Geral de Constituição, perante a JUCCESP. (iv) **Eleição dos Diretores.** Por unanimidade, foram eleitos, para atuarem como Diretores da Companhia, com mandato unificado de 03 anos: a. **Alexandre Portela Barbosa**, e RG nº 09.072.166-76 SSP/BA, CPF/MF nº 018.954.325-61, como Diretor de Compliance; e b. **Tomás Junqueira de Camargo**, RG nº 29.423.740-9 SSP/SP, CPF nº 290.156.208-65, como Diretor de Securitização. Os Diretores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. A posse dos Diretores ora eleitos está condicionada a assinatura do termo de posse, lavrados no livro próprio da Companhia. (v) **Remuneração dos Diretores.** Fixar a remuneração dos Diretores no limite máximo global anual de R\$ 20.000,00. (vi) **Publicação.** Os acionistas subscritores definiram que as publicações da Companhia serão feitas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 18/03/2026. Jucesp sob o NIRE nº 3530069229-2 em 22/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral. **Visito do advogado: Larissa Alves de Araújo** - OAB/SP 313.644. **Anexo II - Estatuto Social Da Companhia Securitizadora De Ativos Judiciais Capítulo I - Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto - Artigo 1º.** Companhia Securitizadora de Ativos Judiciais é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e suas alterações posteriores (a "Lei das Sociedades por Ações") e pela Lei nº 11.076, de 30/12/2004. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Maria Carolina, 692, conjunto 101, Jardim Paulistano, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: (i) aquisição e securitização de créditos e direitos creditórios mobiliários, do agronegócio, financeiros, dentre outros, inclusive aqueles de origem judicial, incluindo, mas não se limitando a, precatórios, honorários de sucumbência, indenizações judiciais, depósitos judiciais, créditos trabalhistas, créditos tributários e quaisquer outros créditos oriundos de decisões judiciais ou administrativas, originados de qualquer segmento econômico, e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, do agronegócio, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico; (ii) gestão e administração de carteiras de crédito imobiliário, do agronegócio, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico, próprias ou de terceiros; (iii) emissão, distribuição e a colocação no mercado financeiro e de capitais, de forma pública ou privada, de Certificados de Recebíveis Imobiliário ("CRI"), de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), bem como de quaisquer outros títulos e valores mobiliários lastreados em créditos e direitos creditórios que sejam compatíveis com as suas atividades; (iv) atuação como agente fiduciário de Letras Imobiliárias Garantidas, estando, para tanto, autorizada ao exercício da atividade de administração de bens e ativos de terceiros; (v) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de créditos e direitos creditórios imobiliários, do agronegócio, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico, incluindo, mas não se limitando a, digitação de títulos em sistema de mercado de balcão; e administração, recuperação e alienação de créditos e direitos creditórios; (vi) distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão; (vii) prestação de serviços de estruturação de operações de securitização próprias ou de terceiros; (viii) consultoria de investimentos em fundos de investimento que tenham como objetivo a aquisição de créditos imobiliários, do agronegócio, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico; (ix) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários, do agronegócio, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico; (x) realização de operações no mercado de derivativos visando a cobertura de riscos de sua carteira de créditos; e (xi) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior (holding). **Artigo 4º.** O prazo de duração da sociedade será indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações - Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Companhia emitirá certificado de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos, quando emitidos. **Artigo 7º.** A Companhia poderá suspender os serviços de conversão, desdobramento, agrupamento e transferência de certificados por períodos que não ultrapassem, cada um, 15, nem o total de 90 durante o ano. **Artigo 8º.** Observado o disposto no parágrafo terceiro do art. 168 da Lei das S.A., poderá a Companhia outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à própria Companhia ou a sociedades sob seu controle, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 9º.** Compete a qualquer Diretor convocar Assembleia Geral da Companhia, com prazo de antecedência de 15 dias em primeira convocação e de 8 dias em segunda convocação. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada no prazo de 4 meses subsequentes ao encerramento do exercício social e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que o interesse social assim o exigir. **Artigo 10.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 11.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, observado o disposto no §2º do Artigo 12 do presente Estatuto. **Artigo 12.** A Assembleia Geral será presidida por um dos acionistas da Companhia, cabendo a escolha à maioria dos acionistas presentes. O Presidente da Assembleia Geral convidará um acionista ou Diretor, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos. **§1º.** O edital de convocação poderá condicionar a presença do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito na sede da Companhia, com 48 horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral, do comprovante expedido pela instituição depositária. **§2º.** O edital de convocação também poderá condicionar a representação, por procurador, do acionista na Assembleia Geral, a que o depósito do respectivo instrumento de mandato seja efetuado na sede da Companhia, com 48 horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral. **§3º.** A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. **Artigo 13.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo de acionistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta dos votos, exceto nos casos em que a lei, este Estatuto Social e/ou os acordos de acionistas registrados nos livros da Companhia prevejam quorum maior de aprovação. **Artigo 14.** A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração anual global da Diretoria, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, cabendo aos Diretores Administrativos em conjunto a distribuição da remuneração fixada. **Capítulo IV - Da Administração - Artigo 15.** A Companhia será administrada pela Diretoria. **§1º.** Os membros da Diretoria serão investidos nos seus cargos nos 30 dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus cargos até à posse de seus substitutos. **§2º.** Os membros da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia. **Artigo 16.** A Diretoria será composta por no mínimo 02 e no máximo 05 Diretores, residentes no país, Acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 03 anos, sendo permitida a reeleição, sendo (i) um Diretor de Securitização responsável pelas atividades de securitização, com poderes para representar a Companhia junto à Comissão de Valores Mobiliários e aos investidores e manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários ("Diretor de Securitização"), (ii) um Diretor de Compliance responsável pela criação, atualizações e recomendações das normas da organização; criação, revisão e aprimoramento de manuais de compliance para determinadas leis e regulamentos, bem como seu treinamento à Companhia; identificação e avaliação do risco de compliance, inclusive para novos produtos e atividades; combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; e assegurar-se da existência e observância dos princípios éticos e normas de conduta da Companhia ("Diretor de Compliance"); (iii) um Diretor de Distribuição responsável por (a) identificar, desenvolver e gerenciar o relacionamento com novos investidores, ofertando e negociando ativos de emissão da Companhia, dentro dos perfis e estratégias previamente acordados; (b) constantes sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil dos investidores ("Suitability"); e (c) atender padrões de informações aos investidores, determinados pela legislação, regulação e autorregulação aplicáveis, visando esclarecer os riscos relacionados ao investimento; (d) cumprir todas as obrigações relacionadas ao cadastro de clientes, de conduta e de pagamento e recebimento de valores aplicáveis à intermediação de operações realizadas com valores mobiliários ("Diretor de Distribuição"); e (iv) os demais Diretores, se houver, serão Diretores Administrativos. O Diretor de Securitização poderá acumular a função de Diretor de Distribuição, sendo certo que a Diretoria de Compliance não poderá ser acumulada com a Diretoria de Securitização ou com a Diretoria de Distribuição, a qualquer tempo, na forma da Resolução CVM nº 60/21. **Parágrafo Único.** Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral, sendo requerida a maioria dos votos para a sua eleição. **Artigo 17.** Em caso de vacância definitiva no cargo de Diretor, o substituto deverá ser indicado pela Assembleia Geral para o período restante até o final do prazo de gestão do Diretor substituído. **Artigo 18.** Os Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembleias Gerais. **Artigo 19.** Competem à Diretoria as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, podendo a Assembleia Geral estabelecer atribuições específicas para os cargos de Diretoria. **Artigo 20.** A Companhia deverá ser representada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante instituições financeiras e terceiros em geral: (i) isoladamente por qualquer Diretor; (ii) por 01 Procurador da Companhia, desde que investido de poderes específicos, expresso e especial, limitado no tempo. **§1º.** A Companhia poderá ser representada isoladamente por qualquer Diretor ou por um único procurador com poderes especiais para (i) praticar atos referentes à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, do Agronegócio, Financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Banco Central do Brasil - BACEN, Secretaria da Receita Federal - SRF, a Caixa Econômica Federal - CEF, o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, a B3 - Brasil. Bolsa, Balcão e demais depositários centrais, e quaisquer outros órgãos públicos em geral, federais, estaduais ou municipais e demais instituições financeiras públicas ou privadas, bem como na assinatura de toda e qualquer documentação relacionada às emissões da Companhia, abrangendo, mas não se restringindo, termos de securitização de créditos imobiliários e/ou do agronegócio, contratos de cessão de créditos, contratos de prestação de serviços, escrituras de emissão de cédulas de crédito, contratos de distribuição e coordenação de ofertas pública, declarações, notificações e quaisquer outros documentos relacionados ao lastro; (ii) para fins de liberação de garantias outorgadas em favor da Companhia, inclusive garantias que recaiam sobre imóveis (tais como hipoteca ou alienação fiduciária). **§2º.** A Companhia será representada por qualquer Diretor Administrativo isoladamente, ou por um procurador com poderes especiais, o qual agirá nos limites de seus mandatos, na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários. **§3º.** As emissões de Certificados de Recebíveis que tenham a instituição de regime fiduciário e constituição de patrimônio separado não dependerão de qualquer aprovação societária específica, cabendo apenas a assinatura, nos documentos das emissões, dos Diretores e/ou Procuradores da Companhia, observada a forma de representação prevista neste Estatuto Social. **Artigo 21.** Na outorga de procurações, a Companhia deverá ser representada pela assinatura em conjunto dos Diretores Administrativos. Os instrumentos de mandato estabelecerão, expressamente, os poderes outorgados aos procuradores, terão prazo máximo de 1 (um) ano e vedarão o seu substabelecimento, exceto para as procurações outorgadas a advogados para fins judiciais e administrativos, as quais poderão ter prazo superior ou indeterminado e prever o seu substabelecimento, desde que com reserva de iguais poderes. **Artigo 22.** É vedado à Diretoria e aos procuradores da Companhia obrigá-la em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 23.** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **§1º.** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucros - Artigo 24.** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 25.** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **§1º.** O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **Artigo 26.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 27.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos a conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **§1º.** Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que se refere o § 1º do Artigo 25. **§2º.** Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. **§3º.** Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII - Liquidação - Artigo 28.** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **§1º.** A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **§2º.** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. **Capítulo IX - Disposições Finais - Artigo 29.** A Companhia observará e fará cumprir as disposições constantes de eventual acordo de acionistas arquivados que venha a ser celebrado, desde que devidamente arquivado em sua sede e averbados nos livros societários competentes, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

Opper Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Aos acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Opper Investimentos S.A. ("Opper Investimentos" ou "Companhia") referente às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **2. Operação:** A Opper Investimentos tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins. A Opper Investimentos é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia, então, um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Motiva") de 10,43% e na Companhia Operadora de Rodovias – COR de 23,28%, além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente

Dutra – COPER. A Motiva é uma "holding" cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de infraestruturas públicas, tais como, rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, metrô, ferrovias, aeroportos, aquedutos e de telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. A COR possui como principal operação a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP, cujo contrato encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021 com a mão de obra fornecida pela COR. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a COR deixaram de operar e entraram em um processo de dormência, pois ambas não possuem outras atividades operacionais. Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a Motiva pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, de mobilidade urbana e aeroportuárias por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas - PPPs dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional. **3. Mercado de atuação:** A Opper Investimentos possui participação direta na controlada em conjunto Motiva (em 23 de abril de 2025 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca da razão social da Companhia de CCR S.A. para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.), responsável por 3.615 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional. Além da atuação em concessões rodoviárias, a Motiva busca investimentos em outros segmentos de negócios, como mobilidade urbana e concessões aeroportuárias. No segmento de mobilidade urbana, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrô, trens, veículos leves sobre trilhos e barcas (que operou até fevereiro de 2025 quando encerrou o contrato de concessão), que somam aproximadamente 188,5 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia. No segmento de concessões aeroportuárias, é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano. A Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. continua ativamente e seletivamente em busca de novas oportunidades de negócios de concessões rodoviárias, mobilidade urbana e aeroportuárias, primário e secundário, em consonância com seu objeto social e com o claro objetivo de identificar e desenvolver novas oportunidades de investimento e transações relevantes para a Companhia. **4. Resultado das operações:** Resultado operacional: A equivalência patrimonial em 2025 foi de R\$ 342.364, em comparação aos R\$ 130.237 de 2024. Esse aumento é explicado, em virtude do resultado

influenciado pelos efeitos não-recorrentes e desempenho operacional e financeiro de sua controlada em conjunto Motiva. **Resultado financeiro:** No ano de 2025, o resultado financeiro líquido atingiu R\$ 1.052, em comparação a R\$ 612 em 2024. Este aumento é decorrente principalmente de rendimentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa comparado ao ano anterior. **5. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **6. Agradecimentos:** Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Opper Investimentos. São Paulo, 29 de abril de 2026 A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| BALANÇOS PATRIMONIAIS | | | |
|-----------------------------------------------------|------|-----------|-----------|
| Ativo | Nota | 2025 | 2024 |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 11.199 | 8.545 |
| Impostos a recuperar | 6 | 1.085 | 860 |
| Dividendos a receber | | 12.940 | - |
| Outras contas a receber | | 487 | 1.320 |
| Total do ativo circulante | | 25.711 | 10.725 |
| Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Outras contas a receber | | 354 | 447 |
| Total de realizável a longo prazo | | 354 | 447 |
| Investimentos | 7 | 2.219.240 | 1.991.789 |
| Total do ativo não circulante | | 2.219.594 | 1.992.236 |
| Total do ativo | | 2.245.305 | 2.002.961 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 9 | | 16 |
| Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas | 8 | 265 | 103 |
| Impostos e contribuições a recolher | | 27 | 11 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 21 | 19 |
| Dividendos a pagar | 11 | 193.309 | 29.917 |
| Total do passivo circulante | | 193.631 | 30.066 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 11 | 1.725.000 | 1.105.000 |
| Reservas de lucros | 11 | 182.221 | 723.608 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 11 | 98.378 | 118.512 |
| Reservas de capital | 11 | 46.075 | 25.775 |
| Total do patrimônio líquido | | 2.051.674 | 1.972.895 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.245.305 | 2.002.961 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Opper Investimentos S.A. ("Opper Investimentos" ou "Companhia"), anteriormente denominada Soares Penido Concessões S.A., tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem, mobilidade urbana, concessões aeroportuárias e negócios afins. Em 30 de abril de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca da razão social da Companhia de Soares Penido Concessões S.A. para Opper Investimentos S.A. A Opper Investimentos tem controle conjunto nas seguintes entidades: Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. com participação direta de 10,43%; e Companhia Operadora de Rodovias – COR, com 23,28%. Adicionalmente, a Companhia possui uma operação em conjunto com o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra – COPER, com 22,82%. O Consórcio prestou serviços exclusivamente a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., cujo contrato encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021 com a mão de obra fornecida pela COR. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a COR deixaram de operar e entraram em um processo de dormência, pois ambas não possuem outras atividades operacionais. Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Motiva ou Companhia) para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A Motiva é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da Motiva permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura ferroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades. A Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Motiva ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (B3) sob a sigla "MOTV3". O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC) :** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, quando requerido. Em 29 de abril de 2026, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Investimento em sociedade controlada em conjunto:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem a participação do percentual de 22,82% no COPER – Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, segregada por grupo de contas, conforme segue:

| Ativo | 2025 | 2024 |
|----------------------------------------|------|-------|
| Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 108 | 1.877 |
| Contas a receber – partes relacionadas | - | 876 |
| Outros | 43 | 25 |
| Total do ativo circulante | 151 | 2.778 |
| Não circulante | | |
| Outros | 66 | 160 |
| Total do ativo circulante | 66 | 160 |
| Passivo | | |
| Circulante | | |
| Fornecedores | 59 | 62 |
| Impostos e contribuições a recolher | - | 2 |
| Fornecedores – partes relacionadas | 162 | - |
| Outras Contas a Pagar | - | 5 |
| Total do passivo circulante | 221 | 69 |
| Não circulante | | |
| Resultado a distribuir às consorciadas | (4) | 2.869 |
| Total do passivo não circulante | (4) | 2.869 |

Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no pe-

| DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|------------------------------------------------|---------------------------------|
| | Reservas de lucros | | Reservas de Capital | |
| | Capital social | Retenção de lucros | Para equalização de dividendos e investimentos | Ajuste de avaliação patrimonial |
| Saldo em 1 de janeiro de 2024 | 655.000 | 129.237 | 154.060 | 454.605 |
| Distribuição de dividendos adicional proposto | - | - | - | - |
| Aumento de capital mediante capitalização de dividendos a pagar | 350.000 | - | - | - |
| Aumento de capital mediante capitalização de retenção de lucros | 100.000 | (100.000) | - | - |
| Distribuição de dividendos através de reserva especial de dividendos | - | - | (10.343) | - |
| Lucro do exercício | - | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes – reflexo | - | - | - | 40.734 |
| Transações com acionistas – reflexo | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | 6.298 | - | - |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | - | - | - |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | - | - | 89.751 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 1.105.000 | 135.535 | 143.811 | 444.262 |
| Distribuição de dividendos adicional proposto | - | - | - | (40.727) |
| Aumento de capital mediante capitalização de reserva especial dividendo | 403.535 | - | - | (403.535) |
| Aumento de capital mediante capitalização de retenção de lucros | 143.465 | (143.465) | - | - |
| Distribuição de dividendos através de reserva especial de dividendos | - | - | - | - |
| Lucro do exercício | - | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes – reflexo | - | - | - | (20.134) |
| Transações com acionistas – reflexo | - | - | - | - |
| Destinações: | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | 16.763 | - | - |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | - | - | - |
| Dividendo Intermediário Proposto | - | - | - | - |
| Aumento de capital mediante capitalização de lucros acumulados | 73.000 | - | - | - |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | - | - | 29.577 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 1.725.000 | 152.298 | 29.923 | 98.378 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

| | Nota | 2025 | 2024 |
|------------------------------------------------|---------|----------------|----------------|
| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | |
| Receitas (despesas) operacionais | | | |
| Serviços | (3.878) | (1.849) | |
| Outras Despesas | (4.273) | (3.034) | |
| | (8.151) | (4.883) | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | 342.364 | 130.237 |
| Resultado antes do resultado financeiro | | 334.213 | 125.354 |
| Receitas financeiras | | | |
| Rendimento sobre aplicações financeiras | | 970 | 579 |
| Juros e outras receitas financeiras | | 131 | 65 |
| | | 1.101 | 644 |
| Despesas financeiras | | | |
| Taxas, comissões e outras despesas financeiras | | (49) | (32) |
| | | (49) | (32) |
| Resultado Financeiro | | 1.052 | 612 |
| Lucro do exercício | | 335.265 | 125.966 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

riodo em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas. **Nota: 9 - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e 12 - Instrumentos financeiros: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Investimentos:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **Controladas em conjunto:** Para ser classificadas como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **c) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo am-

ortizado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------|---------|--|
| | 2025 | | 2024 | |
| | Lucro do exercício | 335.265 | 125.966 | |
| Outros resultados abrangentes | | | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado | | | | |
| Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo | (119) | 4 | | |
| | (119) | 4 | | |
| Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado | | | | |
| provenientes da controlada em conjunto | | | | |
| Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo | (20.015) | 40.730 | | |
| Total outros resultados abrangentes | (20.134) | 40.734 | | |
| Total do resultado abrangente do exercício | 315.131 | 166.700 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

| | 2025 | 2024 |
|----------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro antes do IRPJ e CSLL | 335.265 | 125.966 |
| Ajustes para reconciliar o lucro: | | |
| Equivalência patrimonial | (342.364) | (130.237) |
| | (7.099) | (4.271) |
| Varição nos ativos e passivos | | |
| Impostos a recuperar | (225) | (148) |
| Outras contas a receber | 926 | (200) |
| Fornecedores | (7) | (310) |
| Impostos e contribuições sociais a recolher | 16 | (25) |
| Obrigações trabalhistas | 2 | - |
| Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas | 162 | (160) |
| Recebimento de dividendos | 102.139 | 87.855 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 95.914 | 82.741 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Dividendos pagos | (93.260) | (82.050) |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamento | (93.260) | (82.050) |
| Aumento do caixa e equivalente de caixa | 2.654 | 691 |
| Demonstração do aumento do caixa e equivalente de caixa | | |
| No início do exercício | 8.545 | 7.854 |
| No final do exercício | 11.199 | 8.545 |
| | 2.654 | 691 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha ativamente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **d) Ágio:** A Companhia possui ágio resultante da aquisição de participação na Motiva que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e está sendo apresentado na rubrica de investimentos deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. O ágio possui vida útil indefinida e tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor. **e) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) :** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:**

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

continua

continuação

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor justo do investimento total nas investidas, com base na quantidade de ações da investida e a respectiva cotação dessas ações a valor de mercado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **g) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras e as mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados por meio do resultado do exercício e das variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros e as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não estão sendo reconhecidos no resultado, pois não é provável que a Companhia apure lucros tributáveis futuros. **i) Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia avaliou as normas novas e não houve a necessidade de adoção nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025. **j) Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na Demonstração do Resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacional pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto das novas normas. **4. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incipientes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos na nota explicativa no 5. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

| | 2025 | 2024 |
|------------------------|---------------|--------------|
| Caixa e bancos | 12 | 11 |
| Aplicações financeiras | 11.187 | 8.534 |
| Total | 11.199 | 8.545 |

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,30% do CDI, equivalente a 14,50% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,75% do CDI, equivalente a 10,85% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

| | 2025 | 2024 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------------|
| 6. Impostos a recuperar: | | |
| CSLL a recuperar | 1 | 42 |
| IRPJ a recuperar | 1.084 | 793 |
| IRRF a recuperar | - | 25 |
| Total | 1.085 | 860 |
| 7. Investimento e provisão para Patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) : | | |
| | 2025 | 2024 |
| Patrimônio líquido da investida | 15.791.252 | 13.608.891 |
| Participação | 10,43% | 10,43% |
| Investimento | 1.646.849 | 1.419.253 |
| Ágio (*) | 573.233 | 573.233 |
| Investimento – Motiva S.A. | 2.220.081 | 1.992.486 |
| Patrimônio líquido da investida | (3.610) | (2.997) |
| Participação | 23,28% | 23,28% |
| Provisão para patrimônio líquido negativo – COR | (841) | (697) |
| Total Investimentos | 2.219.240 | 1.991.789 |
| (*) Ágio – Motiva S.A. Ágio proveniente da incorporação de acervo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilian S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng Civilian), incorporação de acervo líquido da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (Aguilha) e Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. (SP Realizações). | | |
| Movimentação dos saldos | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 1.872.894 | (523) 1.872.371 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 130.411 | (174) 130.237 |
| Dividendos distribuídos | (45.629) | - (45.629) |
| Ajustes de avaliação patrim. – reflexo | 40.734 | - 40.734 |
| Outros | (5.924) | - (5.924) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 1.992.486 | (697) 1.991.789 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 342.507 | (144) 342.363 |
| Dividendos distribuídos | (115.078) | - (115.078) |
| Ajustes de avaliação patrim. – reflexo | (20.134) | - (20.134) |
| Outros | 20.300 | - 20.300 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 2.220.081 | (841) 2.219.240 |
| O investimento na controlada em conjunto Motiva S.A., se valorizado a mercado com base na última cotação das ações a mercado (Cotação B3) em 31 de dezembro de 2025, apresenta um valor de R\$ 3.172.587 (R\$ 2.142.444 em 31 de dezembro de 2024). Informações resumidas dos investimentos: | | |
| | 2025 | 2024 |
| | Motiva S.A. | COR Motiva S.A. |
| Quantidade de ações possuídas | 210.663.128 | 50.000 210.663.128 |
| Percentual de participação | 10,43% | 23,28% |
| Ativo circulante | 23.927.061 | 2.247 10.441.129 |
| Ativo não circulante | 47.086.809 | 174 48.655.970 |
| Ativo total | 71.013.870 | 2.421 59.097.099 |
| Passivo circulante | 15.510.041 | 268 6.131.865 |
| Passivo não circulante | 39.221.392 | 4.538 38.963.148 |
| Patrimônio líquido | 16.282.437 | (2.385) 14.002.086 |
| Passivo total e Patrimônio líquido | 71.013.870 | 2.421 59.097.099 |
| Lucro das operações | 3.503.497 | 613 1.311.615 |
| Outros resultados abrangentes | (197.528) | - 403.639 |
| Resultado abrangente total | 3.305.969 | 613 1.715.254 |
| Dividendos ou distribuição de lucros recebidos | 654.819 | - 319.928 |
| Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do exercício – Motiva S.A. | | |
| | 2025 | 2024 |
| Ajustes no patrimônio líquido | | |
| Patrimônio líquido | 16.282.437 | 14.002.086 |
| Patrimônio líquido dos acionistas não controladores | (491.185) | (393.195) |
| Patrimônio líquido dos acionistas da controladora | 15.791.252 | 13.608.891 |
| Ajustes no resultado do exercício | | |
| Lucro das operações | 3.503.497 | 1.311.615 |
| Resultado do exercício atribuível aos acionistas não controladores | (223.912) | (62.920) |
| Resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores | 3.279.585 | 1.248.695 |
| 8. Partes Relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício de 2024, relativos às operações com partes relacionadas referiam-se a prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da consorciada COPER para a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., subsidiária da controlada em conjunto CCR S.A., e estão apresentados a seguir: | | |
| | 2025 | 2024 |
| Passivo | | |
| Fornecedores e contas a pagar – COPER | 265 | 103 |
| No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a remuneração da Diretora no montante de R\$447 (R\$ 447 em 31 de dezembro de 2024). Não existem empréstimos para pessoas chave da administração. 9. Provisão para riscos civis, trabalhistas e tributários: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Administração da Companhia não possui processos com probabilidade de perda provável. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui causas com diagnóstico de perda classificada como possível, não tendo sido necessária, a contabilização de provisão para riscos de R\$ 248.347 (R\$ 1.384.783 em 31 de dezembro de 2024), decorrente do processo da Toro Bravo Fundo de Investimento Multimercado contra os acionistas majoritários da Motiva, sendo a parte da Companhia proporcional a sua participação no montante de R\$ 25.903 (R\$ 144.433 em 31 de dezembro de 2024). 10. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social – correntes: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir: | | |
| | 2025 | 2024 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 335.265 | 125.966 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal | (113.990) | (42.828) |
| Efeito tributário das adições e exclusões: Equivalência patrimonial | 116.404 | 44.281 |
| Provisões | (2.414) | (1.453) |
| Despesa com impostos correntes | - | - |

b. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$ 142.034 (R\$ 135.853 em 31 de dezembro de 2024), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza na geração de lucros tributários futuros. **11. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 25 de novembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 620.000, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros – Retenção de lucros” no valor de R\$ 143.465, da conta de “Reserva de lucros – Reserva para equalização de dividendos e investimentos” no valor de R\$ 403.535, e parte do resultado do exercício no valor de R\$ 73.000, sem a emissão de novas ações, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/1976. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.105.000 e em 31 de dezembro de 2025 passou a ser de R\$ 1.725.000, ambos representados por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 257.973.457 (duzentos e cinquenta e sete milhões, novecentas e setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 10.400.000 (dez milhões e quatrocentos mil) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **b. Reservas de lucros:** Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro do exercício apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: O saldo da reserva de retenção de lucros terá a sua destinação definida em assembleia geral ordinária. Reserva para equalização de dividendos e investimentos: A reserva para equalização de dividendos e investimentos é reflexo da reserva constituída pela subsidiária Motiva S.A. Conforme artigo 202 da lei 6.404/76, os lucros que deixaram de ser distribuídos foram registrados como reserva especial, e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Durante o exercício de 2025 houve pagamentos a título de utilização da reserva especial de dividendos de R\$ 40.727 (em 2024 R\$ 10.343). Adicionalmente, houve aumento de capital mediante capitalização de R\$ 403.535. **c. Ajustes de avaliação patrimonial:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto Motiva S.A., de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido. **d. Reservas de capital: Ágio em transações de capital:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto Motiva S.A., decorrentes das mudanças na participação societária da controladora Motiva S.A. sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. **Transações com acionistas:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto Motiva S.A., referente a equivalência patrimonial reflexa de ganho em transação com acionistas decorrente de cessão de opção de compra de terreno. **e. Dividendos:** Em 25 de novembro de 2025, foi aprovado o estatuto social da Companhia onde prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações. O saldo do lucro líquido ficará à disposição da Assembleia Geral que, observadas as disposições legais aplicáveis, deliberará sobre a sua destinação.

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------|
| Lucro líquido do exercício | 335.265 | 125.966 |
| Constituição da reserva legal – 5% | (16.763) | (6.298) |
| Lucro líquido ajustado | 318.502 | 119.668 |
| Dividendo mínimo obrigatório – 5% | (15.925) | (29.917) |
| Dividendo Intermediário | (200.000) | - |
| Aumento Capital mediante capitalização de parte dos lucros | (73.000) | - |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | 29.577 | 89.751 |
| Dividendos a pagar – Passivo: Os dividendos a pagar serão pagos quando houver o recebimento de dividendos da subsidiária Motiva S.A. E são compostos da seguinte maneira: | | |
| | 2025 | 2024 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 29.917 | |
| (+) Destinação – Dividendo adicional proposto de 2024 | 40.727 | - |
| (+) Distribuição de dividendos através de reserva especial de dividendos | 200.000 | - |
| (-) Dividendos pagos em 2025 | (93.260) | - |
| (+) Dividendo mínimo obrigatório de 2025 | 15.925 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 193.309 | |
| 12. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco, tampouco efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Instrumentos financeiros por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir: | | |
| | 2025 | 2024 |
| Valor justo Passivo financeiro através do resultado | | |
| Passivo financeiro através do resultado | | |
| Valor justo Passivo financeiro através do resultado | | |
| Passivo financeiro através do resultado | | |
| Ativos | | |
| Caixa e bancos | 12 | 11 |
| Aplicações Financeiras | 11.187 | 8.534 |
| Total | 11.199 | 8.545 |
| Passivos | | |
| Dividendos a pagar | (193.309) | (29.917) |
| Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas | (9) | (16) |
| Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas | (265) | (103) |
| Total | (193.583) | (30.036) |

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor: Contas a receber de partes relacionadas, outras contas a receber, fornecedores, fornecedores contas a pagar – partes relacionadas: os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia não possui saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

| | Classificação de ativos/passivos | | Hierarquia do valor justo | |
|-----------------------------------------------------|----------------------------------|------------------|---------------------------|--------------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Custo amortizado | VJR |
| Ativos | | | | |
| Caixa e Bancos | 12 | 12 | - | 12 |
| Aplicações financeiras | 11.187 | 11.187 | - | 11.187 |
| Total | 11.199 | 11.199 | - | 11.199 |
| Passivos | | | | |
| Dividendos a pagar | (193.309) | (193.309) | (193.309) | - (193.309) |
| Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas | (9) | (9) | (9) | - (9) |
| Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas | (265) | (265) | (265) | - (265) |
| Total | (193.583) | (193.583) | (193.583) | - (193.583) |

| | Classificação de do valor justo | | Hierarquia do valor justo | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|--------------------|---------------------------|-------------------|---------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Custo amortizado | VJR | |
| Ativos | | | | | |
| Caixa e Bancos | 11 | 11 | - | 11 | |
| Aplicações financeiras | 8.534 | 8.534 | - | 8.534 | |
| Total | 8.545 | 8.545 | - | 8.545 | |
| Passivos | | | | | |
| Dividendos a pagar | (29.917) | (29.917) | (29.917) | - (29.917) | |
| Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas | (16) | (16) | (16) | - (16) | |
| Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas | (103) | (103) | (103) | - (103) | |
| Total | (30.036) | (30.036) | (30.036) | - (30.036) | |
| Valor justo: O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes independentes dispostas a negociar. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são elaboradas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações de juros no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. | | | | | |
| | | Exposição em risco | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| Operação | | RS (3) | | | |
| Aplicações financeiras | CDI (2) | 11.187 | 1.667 | 417 | 834 |
| Total do efeito de ganho | | | 1.667 | 417 | 834 |
| | | | 14,90% | 3,72% | 7,45% |
| (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI). 13. Demonstrações dos fluxos de caixa: Reconciliação das atividades de financiamento: | | | | | |
| | | Dividendos a pagar | Total | | |
| Saldo inicial em 1 de janeiro de 2024 | | 408.010 | 408.010 | | |
| Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento: | | (82.050) | (82.050) | | |
| Dividendos pagos | | (82.050) | (82.050) | | |
| Outras variações que não afetam caixa | | (296.043) | (296.043) | | |
| Aumento de Capital social mediante capitalização de dividendos a pagar em AGOE de 30 de abril de 2024 | | (350.000) | (350.000) | | |
| Destinação de dividendos adicional proposto, reserva especial e mínimo obrigatório | | 53.957 | 53.957 | | |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2024 | | 29.917 | 29.917 | | |
| Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento: | | (93.260) | (93.260) | | |
| Dividendos pagos | | (93.260) | (93.260) | | |
| Outras variações que não afetam caixa | | 256.652 | 256.652 | | |
| Destinação de dividendos adicional proposto, reserva especial e mínimo obrigatório | | 256.652 | 256.652 | | |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2025 | | 193.309 | 193.309 | | |
| 14. Eventos subsequentes: Dividendos: Em 15 de abril de 2026 a Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A., comunicou aos acionistas que será efetuado o pagamento de dividendos deliberados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada na mesma data, no montante de R\$ 124.083, correspondentes a R\$ 0,06170433188 por ação ordinária de emissão da Companhia, a título de complemento dos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, dos quais, R\$ 12.999, compostos por 210.663.128 ações que são de direito da Opper. Após o recebimento dos dividendos da Motiva, a Opper irá efetuar o pagamento de R\$ 12.000 de dividendos já provisionados em 30 de abril de 2026. | | | | | |

Aos acionistas e administradores da Opper Investimentos S.A., São Paulo – SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Opper Investimentos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Opper Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distor

PUBLICIDADE LEGAL

Continua... os limites de competência da Diretoria, dentro de suas próprias atribuições. Artigo 26 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais ou, em caso de sua vacância, ao Vice-Presidente. Seção III - Da Diretoria - Subseção I - Composição e Reuniões - Artigo 27 - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor(a) desde que observado o disposto no Artigo 15, § 1º, deste Estatuto Social, sendo designados: (a) 1 Diretor(a) Presidente; (b) 1 Vice-Presidente Financeiro(a); (c) 1 Vice-Presidente de Relações com Investidores; (d) 1 Vice-Presidente de Operações; (e) 1 Diretor(a) de Relações Institucionais; (f) 1 (um) Diretor(a) de Novos Negócios; (g) 1 Vice-Presidente Jurídico(a), Regulatório(a) e de Compliance; e (h) 1 Diretor(a) sem designação específica. Artigo 28 - O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Subseção II - Competência - Artigo 29 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei, por este Estatuto Social e pelas políticas e regimentos da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social e das políticas e regimentos da Companhia quanto: (i) à forma de representação; (ii) à alçada para a prática de determinados atos; e (iii) a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração. § 1º - Compete ao(a) Diretor(a) Presidente dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia e, além das funções, atribuições e poderes a ele confiados pelo Conselho de Administração: (i) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria; (ii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor(a) no momento de sua respectiva eleição; e (iii) em conjunto com o(a) Vice-Presidente Financeiro(a), elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração, o Orçamento Anual. § 2º - Compete ao(a) Vice-Presidente Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (ii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (iii) em conjunto com o(a) Diretor(a) Presidente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração, anualmente, o Orçamento Anual; (iv) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia; (v) representar a Companhia perante instituições financeiras, observado, contudo, o disposto no Artigo 32 abaixo; (vi) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; (vii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária da Companhia; (viii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o Relatório de Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior da Companhia e suas controladas e coligadas de forma consolidada; (ix) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balanço econômico-financeiro e patrimonial ("ITR") detalhado da Companhia consolidado com suas controladas e coligadas; e (x) assegurar o cumprimento e observância aos limites impostos por políticas financeiras, de hedge e/ou de riscos de mercado da Companhia. § 3º - Compete ao(a) Vice-Presidente de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados); (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às entidades administradoras de mercados organizados nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (iii) monitorar o cumprimento das obrigações previstas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (v) reportar ao(a) Diretor(a) Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia. § 4º - Compete ao(a) Vice-Presidente de Operações, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) dirigir as áreas de facilities, compras, operações, automação e Tecnologia da Informação da Companhia; (ii) planejar, definir e coordenar o dia a dia da Companhia no âmbito administrativo; (iii) elaborar e acompanhar os planos operacionais das concessionárias controladas pela Companhia; (v) coordenar a execução e controle dos processos operacionais de cobrança e tráfego, segurança viária e do trabalho, manutenção e conserva dos ativos, assim como o relacionamento com as autoridades regulatórias, com o objetivo de assegurar a excelência operacional de todas as concessões rodoviárias da Companhia e suas controladas. § 5º - Compete ao(a) Diretor(a) de Novos Negócios, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) a prospecção, desenvolvimento e busca do crescimento das suas operações através da ampliação dos negócios atuais e da conquista de novos negócios; e (ii) o empresariamento do portfólio de contratos de concessões rodoviárias. § 6º - Compete ao(a) Vice-Presidente Jurídico, Regulatório e de Compliance, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) organizar, controlar, coordenar e supervisionar os assuntos e as atividades de caráter jurídico da Companhia e suas subsidiárias, em seus aspectos técnicos operacionais e estratégicos; (ii) aconselhar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza jurídica e no implemento de tais decisões em cumprimento às determinações legais vigentes; (iii) contratar e supervisionar os serviços jurídicos prestados por profissionais externos; (iv) elaborar relatórios de natureza jurídica e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia; (v) planejar e executar políticas de gestão e sua área de competência; (vi) assessorar juridicamente as demais áreas da Companhia; (vii) preservar segurança empresarial; (viii) coordenar toda a área jurídica consultiva e contenciosa da Companhia e suas subsidiárias; (ix) administrar os assuntos de governança corporativa da Companhia, observadas as políticas da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração e (x) administrar os assuntos jurídicos e de compliance em geral, observadas as políticas aplicáveis da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração. § 7º - Compete ao(a) Diretor(a) de Relações Institucionais, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) coordenar o desenvolvimento da estratégia institucional perante entidades governamentais, associações setoriais e meios de comunicação, assim como a estratégia de sustentabilidade da Companhia e suas controladas; (ii) prospecção, desenvolvimento e apoio ao(a)

Monte Rodovias S.A. Diretor(a) de Novos Negócios, na conquista de novos negócios e no relacionamento com os respectivos poderes concedentes; (iii) assessorar o(a) Diretor(a) Presidente e o(a) Diretor(a) de Novos Negócios na promoção e consolidação da Companhia junto ao mercado alvo; (iv) monitorar o mercado, visando identificar as demandas dos clientes e a concorrência; (v) coordenar as áreas de ouvidoria e de atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Sociedade. Subseção III - Substituição e Vacância da Diretoria Artigo 30 - O(a) Diretor(a) Presidente será substituído(a), observado o disposto no Artigo 15, § 1º, deste Estatuto Social: (i) em caso de ausência ou impedimento por período de até 30 dias, por qualquer diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 dias e inferior a 120 dias por qualquer outro diretor designado pelo Conselho de Administração; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo(a) Diretor(a) Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social. Artigo 31 - Os demais Diretores serão substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo inferior a 120 dias, por qualquer diretor indicado pelo(a) Diretor(a) Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social. Subseção IV - Representação da Companhia - Artigo 32 - Ressalvadas as regras constantes da política de alçadas financeiras da Companhia e os casos previstos nos §§ deste Artigo 32, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (i) de 2 Diretores em conjunto; (ii) de 1 (um) procurador com poderes específicos em conjunto com o(a) Diretor(a) Presidente, ou (b) qualquer Diretor(a) Vice-Presidente; e (iii) de 2 procuradores com poderes específicos. § 1º - Os atos para os quais este Estatuto Social exija autorização prévia do Conselho de Administração somente serão válidos uma vez preenchido esse requisito. § 2º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor(a), procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. § 3º - A Companhia poderá ser representada por 1 Diretor(a) ou por 1 (um) procurador, com poderes específicos e especiais, agindo isoladamente nas seguintes circunstâncias: (i) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, incluindo a CVM, Juntas Comerciais e entidades de classes; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (v) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; (vi) na representação da Companhia em juízo ativa e passivamente; (vii) na representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, inclusive para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, nomeação de preposto para representação em audiências e para acordos trabalhistas. Artigo 33 - Exceto se de outra forma previsto neste Estatuto Social, as procurações serão sempre outorgadas ou revogadas por 2 Diretores sendo um deles, necessariamente, o(a) Diretor(a) Presidente, que estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as outorgadas para fins judiciais, terão sempre prazo determinado de vigência de no máximo 1 ano. Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 34 - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e suplentes em igual número, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. § 1º - O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação. § 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, observado os requisitos legais aplicáveis. § 3º - Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir aos regimentos internos e às políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo, conforme aplicável. § 4º - O termo de posse de que trata o § 2º acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do membro do Conselho Fiscal eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 44 deste Estatuto Social. § 5º - Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente. § 6º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, por qualquer motivo, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. § 7º - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que: (i) seja inelegível nos termos da lei; (ii) ocupe cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; e/ou (iii) tenha interesse conflitante com a Companhia; membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador. Artigo 35 - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. § 1º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. § 2º - O Conselho Fiscal se manifestará por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. § 3º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. Capítulo VI - Dos Órgãos Auxiliares da Administração - Artigo 36 - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês adicionais, permanentes ou não, para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos específicos, designando os seus respectivos membros ("Comitês de Assessoramento"). § Único - O funcionamento e orçamento dos Comitês de Assessoramento, assim como a remuneração de seus membros, serão definidos pelo Conselho de Administração. Artigo 37 - Serão aplicáveis aos membros dos Comitês de Assessoramento que venham a ser criados nos termos deste Estatuto Social as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto Social aos Administradores da Companhia. Capítulo VII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação Dos Lucros - Artigo 38 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras. § 1º - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM. § 2º - A Companhia poderá: (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais e de períodos menores; e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. § 3º - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 40 abaixo. § 4º

-Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A. Artigo 39 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. § 1º - Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das S.A. e neste Estatuto Social. § 2º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto nos §§ 3º e 4º deste Artigo 40; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do § 3º deste Artigo 40, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (v) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, reter com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; (vi) a Companhia poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Recuperação de Ações e de Investimento", que poderá ter por finalidade: (i) a recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da própria Companhia ou de suas controladas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, nos termos e condições do Estatuto Social e do artigo 30 da Lei das S.A.; ou (ii) o financiamento da expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta Reserva de Recuperação de Ações e de Investimento, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social subscrito da Companhia; e (vii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. § 3º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual de 25% do lucro líquido do exercício, que será diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares. § 4º - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável. Artigo 40 - Por proposta aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. § 1º - Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. § 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o crédito no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte. Artigo 41 - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. Artigo 42 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. Capítulo VIII - Liquidação - Artigo 43 - A Companhia deverá entrar em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade. Capítulo IX - Resolução de Controvérsias - Artigo 44 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7/12/1976, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. § 1º - A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem. O procedimento arbitral terá lugar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem. § 2º - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Capítulo XI - Disposições Gerais - Artigo 45 - A Companhia observará, nos termos da Lei das S.A., os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou a oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas arquivado em sua sede. Artigo 46 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. Artigo 47 - Observado o disposto no artigo 45 da Lei das S.A., o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. Artigo 48 - As publicações ordenadas pela Lei das S.A., observarão ao disposto no presente Estatuto Social e na legislação vigente. Jucesp nº nº 180.716/26-8 em 27/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

DATA MERCANTIL logo and contact information: FALE CONOSCO POR E-MAIL comercial@datamercantil.com.br

Bernatrans Transportes Urbanos S.A. Relatório da Administração. Balance Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração do Resultado do Exercício.

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 08.145.855/0001-12

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Balancetes Patrimoniais | | | | Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|--------------------------------------------------|------------------|---------------------------------------------|-------------------------------|-----------------|-----------------------------------|-----------------|--------------|
| | Controladora | | Consolidado | | Capital Social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Lucros (Prejuízos) acumulados | Total | Participação de não controladores | | Total |
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.232 | 6.935 | 22.132 | 26.061 | 915.428 | 33.357 | (490.095) | 458.690 | 2.379 | 461.069 | |
| Contas a receber de clientes | - | - | 23.976 | 54.830 | - | - | (34.994) | (34.994) | (627) | (35.621) | |
| Imóveis a comercializar | 1.727 | 1.794 | 86.570 | 96.488 | (9.681) | - | - | (9.681) | - | (9.681) | |
| Partes relacionadas | 1.337 | 1.337 | 31.688 | 6.253 | 175.343 | 10.845 | - | 10.845 | - | 10.845 | |
| Impostos e contribuições a recuperar | 2.194 | 3.697 | 2.473 | 4.442 | - | - | - | - | - | 6.588 | 6.588 |
| Outras contas a receber | 164 | 264 | 1.245 | 1.717 | 1.081.090 | 44.202 | (525.089) | 600.203 | 8.340 | 608.543 | |
| Total do ativo circulante | 13.654 | 14.027 | 168.084 | 189.791 | 44.202 | (44.202) | (20.886) | (20.886) | 44 | (20.842) | |
| Ativo não circulante | | | | | | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | - | - | 46.251 | 57.499 | - | - | - | - | - | - | - |
| Imóveis a comercializar | 21.226 | 13.814 | 564.365 | 416.357 | - | - | - | - | - | - | - |
| Partes relacionadas | 674 | 521 | 674 | 521 | - | - | - | - | - | - | - |
| Depósitos judiciais | - | 547 | 3.642 | 15.100 | - | - | - | - | - | - | - |
| Investimentos | 816.666 | 641.554 | 122.752 | 79.077 | - | - | - | - | - | - | - |
| Direito de uso de ativos | 320 | 1.389 | 320 | 1.389 | - | - | - | - | - | - | - |
| Intangível | 553 | 553 | 553 | 553 | - | - | - | - | - | - | - |
| Imobilizado | 6 | 7 | 6 | 7 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do ativo não circulante | 839.445 | 658.385 | 738.563 | 570.503 | 203.807 | - | - | 203.807 | - | 203.807 | |
| Total do ativo | 853.099 | 672.412 | 906.647 | 760.294 | 1.329.099 | - | (545.975) | 783.124 | 8.296 | 791.420 | |
| | | | | | | | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 16.407 | 26.077 | 16.407 | 26.077 | - | - | - | - | - | - | - |
| Passivo de arrendamento | 237 | 684 | 237 | 684 | - | - | - | - | - | - | - |
| Fornecedores | 59 | 2.940 | 5.331 | 6.196 | (236) | (203) | (16.081) | (3.152) | - | (12.133) | (4.819) |
| Obrigações pela compra de terrenos | - | - | 887 | 10.439 | (21.016) | (15.229) | (21.957) | (12.235) | - | - | - |
| Impostos e contribuições a recolher | 30 | 340 | 1.135 | 1.633 | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para distrato | - | - | 4.011 | 6.301 | - | - | - | - | - | - | - |
| Salários e encargos a pagar | 3.914 | 3.839 | 3.914 | 3.932 | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 293 | 5.423 | 8.683 | 24.647 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do passivo circulante | 20.940 | 39.303 | 40.605 | 79.909 | (4.860) | (5.872) | (13.246) | 1.374 | - | - | 460 |
| Passivo não circulante | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 12.918 | 20.936 | 12.918 | 20.936 | - | - | - | - | - | - | - |
| Passivo de arrendamento | 137 | 853 | 137 | 853 | - | - | - | - | - | - | - |
| Partes relacionadas | 5.459 | 298 | 5.459 | 1.495 | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para contingências | 3.462 | 1.778 | 15.562 | 17.726 | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para perdas em investimentos | 19.700 | 9.041 | 1.517 | 217 | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para garantia | - | - | 539 | 4.053 | - | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações pela compra de terrenos | 7.359 | - | 38.490 | 26.425 | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | - | - | - | 137 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do passivo não circulante | 49.035 | 32.906 | 74.622 | 71.842 | (20.886) | (34.994) | (18.551) | (33.259) | 5.676 | 6.372 | 5.676 |
| Total do passivo | 69.975 | 72.209 | 115.227 | 151.751 | (20.886) | (34.994) | (20.842) | (35.621) | 5.676 | 6.372 | 5.676 |
| Patrimônio líquido | | | | | | | | | | | |
| Capital social | 1.329.099 | 1.081.090 | 1.329.099 | 1.081.090 | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento futuro aumento capital | - | 44.202 | - | 44.202 | - | - | - | - | - | - | - |
| Prejuízos acumulados | (545.975) | (525.089) | (545.975) | (525.089) | - | - | - | - | - | - | - |
| Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores | 783.124 | 600.203 | 783.124 | 600.203 | - | - | - | - | - | - | - |
| Patrimônio líquido atribuível a acionistas não controladores | - | - | 8.296 | 8.340 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do patrimônio líquido | 783.124 | 600.203 | 791.420 | 608.543 | (20.842) | (35.621) | | | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 853.099 | 672.412 | 906.647 | 760.294 | | | | | | | |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., pertencente ao Grupo NC, anteriormente denominada como ACS Incorporação S.A. ("Companhia"), foi constituída em 11 de maio de 2006 na forma de sociedade anônima de capital fechado, sediada na Avenida José de Souza Campos, 753, Município de Campinas, no Estado de São Paulo, e tem como objetivo e como atividade preponderante a compra e venda de imóveis, desmembramento e loteamento de terrenos, incorporações imobiliárias, construções de imóveis destinados à venda, e a prestação de serviços de consultorias em assuntos relativos ao mercado imobiliário, participar como sócia quotista em outras sociedades, e serviços de escritório e apoio administrativo. A 3Z Realty se dedica ao desenvolvimento de edifícios corporativos, loteamentos e bairros planejados, todos de alto padrão, concebidos para atender às exigências dos negócios contemporâneos. Os empreendimentos, atualmente estão em fase de construção, em desenvolvimento e disponíveis para locação e são projetados com um enfoque na eficiência, qualidade e inovação, proporcionando ambientes de trabalho que inspiram e surpreendem. **Edifícios Corporativos:** Nos edifícios corporativos, atualmente em fase de construção, e disponíveis para locação: • Guatá Office Tower – Localizado em rua Guataparã, 301 em São Paulo, apresenta um complexo com Área 6.847, m², sendo 10 pavimentos de sala e aptos, além de uma loja no térreo, mezanino e 3 subsolos. • Square – Localizado na Nova Campinas, em Campinas-SP, apresenta uma área construída de 6.592 m², divididos em 2 subsolos, além de 6 pavimentos incluído um Roof Top. • Pinheiros – Localizado em Pinheiros, o empreendimento apresenta uma construção de 13.525 m², sendo 9.016m² de área privativa. Conta com 19 pavimentos, sendo 17 Offices, 3 apartamentos, mezaninos e dentro outros atrativos. • Niw Rebouças – Localizado na Av. Rebouças, 2808 em São Paulo, apresenta uma área construída de 7.889,37 m² e área privativa de 4.892,42 m². Dividido em 3 subsolos, térreo, 10 pavimentos com mezanino no 10º e pé direito duplo. Lajes médias de 423m². Além destes, a 3Z Realty, tem mais de 25.000 m² em construção, para atendimento dos mais diversos setores corporativos. **Loteamentos e Bairros Planejados:** Loteamentos e Bairros Planejados, em fase de execução: • Parque dos Jatobás: Com uma área total de 303.391,98 m², este projeto em Campinas inclui 698 lotes residenciais. • Reserva das Araucárias: Localizado na estrada municipal, CAM-478 próximo a Souza, Campinas, projeto moderno com divisões em 7 áreas para incorporação e 1 lote comercial. Totalizando 238.610 m². Bairros planejados fase de execução: • Origem: Localizado em Campinas, com 200.242 m², este projeto de bairro planejado, inclui áreas comerciais e residenciais, com um total de 17 lotes e duas torres corporativas, totalizando um VGV potencial de R\$1,8 Bi. • Tozan: Localizado em Campinas, com uma área total de 1.248.837 m², este projeto abrange três fases, com um total de 1.496 lotes residenciais e comerciais, totalizando um VGV potencial de R\$2 Bi. **LandBank:** Dentre do seu Landbank, que inclui diversos projetos em desenvolvimento e em aprovação que são fundamentais para garantir a continuidade dos lançamentos e a expansão da Companhia nos próximos anos, destacam-se: • Pallade – área total 228.730,09m² • São José – área total 225.832,00m². **Aquisição da GBS Cruz Empreendimentos e Participações Ltda.** Em 11 de dezembro de 2024 a 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., anunciou a aquisição da GBS, empresa voltada para a incorporação de empreendimentos imobiliários. A empresa nacional foi adquirida dentro da estratégia de expansão do acervo de propriedades do Grupo, visando aumentar sua participação no segmento imobiliário. A transação foi concluída pelo valor de R\$20.000, pago aos antigos acionistas em 16 de dezembro de 2024. No âmbito da aquisição, foi reconhecido ágio no montante de R\$ 553,387, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura de investimento. Após conclusão da operação, a sociedade teve sua denominação social alterada de GBS Cruz Empreendimentos e Participações Ltda. para 3Z Galeria SP Empreendimentos Imobiliários Ltda. **Cisão da 3Z Ingá Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Em 22 de abril de 2024, a 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., anunciou a cisão da empresa 3Z Ingá Empreendimentos Imobiliários Ltda. em sua totalidade. **Incorporação da 3Z Jequitibá Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Em 20 de fevereiro de 2025, a 3Z Realty realizou a incorporação da sociedade 3Z Jequitibá Empreendimentos Imobiliários Ltda., inscrita no CNPJ 12.556.763/0001-00, a empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, da qual a 3Z Realty era sócia detentora de 100% do capital social. A operação de incorporação teve como principal objetivo a simplificação da estrutura societária do grupo, em razão da alienação integral do estoque imobiliário e da realização de suas contas a receber. Nos termos da incorporação, a 3Z Jequitibá Empreendimentos Imobiliários Ltda. foi integralmente absorvida pela 3Z Realty, que passou a sucedê-la em todos os seus direitos e obrigações. O acervo líquido total incorporado foi de R\$ 233 mil. **Constituição Casas Arborais Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Em 06 de janeiro de 2025, a 3Z Realty constituiu a sociedade Casas Arborais Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ 52.817.877/0001-73, da qual detém 50% de participação do capital social, em conjunto com a empresa Congesa Engenharia e Construções Ltda, que detém os 50% remanescentes. As descrições relevantes relacionadas às atividades operacionais, financeiras e estratégicas da sociedade são tomadas de forma conjunta entre os sócios, não havendo controle individual por nenhuma das partes. Dessa forma, a 3Z Realty não exerce controle sobre a investida, razão pela qual suas demonstrações financeiras não são consolidadas pela Companhia. **Constituição Casas Arborais Gleba A1 Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Em 06 de janeiro de 2025, a 3Z Realty constituiu a sociedade Casas Arborais Gleba A1 Empreendimentos Imobiliários Ltda., inscrita no CNPJ 58.646.058/0001-97, da qual detém 50% de participação do capital social, em conjunto com a empresa Congesa Engenharia e Construções Ltda., que detém os 50% remanescentes. As descrições relevantes relacionadas às atividades operacionais, financeiras e estratégicas da sociedade são tomadas de forma conjunta entre os sócios, não havendo controle individual por nenhuma das partes. Dessa forma, a 3Z Realty não exerce controle sobre a investida, razão pela qual suas demonstrações financeiras não são consolidadas pela Companhia. **Constituição 3Z São José SPE LTDA.** Em 30 de abril de 2025, a 3Z Realty constituiu a sociedade 3Z São José SPE Ltda., inscrita no CNPJ 60.626.928/0001-08, da qual detém 50% de participação no capital social, em conjunto com os sócios Alberto Jorge Filho, detentor de 40% do capital social, e Mauro Cunha Silvestri, detentor de 10%. As descrições relevantes relacionadas às atividades operacionais, financeiras e estratégicas da sociedade são tomadas de forma conjunta entre os sócios, não havendo controle individual por nenhuma das partes. Dessa forma, a 3Z Realty não exerce controle sobre a investida, razão pela qual suas demonstrações financeiras não são consolidadas pela Companhia. **Constituição 3Z São José SPE LTDA.**

ras não são consolidadas pela Companhia. **Constituição 3Z Kyoto Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Em 07 de novembro de 2025, a 3Z Realty constituiu a sociedade unipessoal 3Z Kyoto Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ 63.563.905/0001-90, da qual detém 100% da participação no capital social. **Constituição 3Z Osaka Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Em 10 de novembro de 2025, a 3Z Realty constituiu a sociedade unipessoal 3Z Kyoto Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ 63.591.871/0001-47, da qual detém 100% da participação no capital social. **Constituição LK Consolidação III & Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.** Em 08 de outubro de 2025, foi constituída a empresa LK Consolidação III & Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, inscrita no CNPJ 63.088.615/0001-31. O Acordo entre os sócios foi assinado em 28 de fevereiro de 2026, formalizando a participação da 3Z Realty na sociedade, portanto não afetando as demonstrações financeiras de 2025. A partir do acordo dos sócios a Companhia 3Z Realty detém 40% de participação no capital social, em conjunto com os sócios incorporadores Liv Incorporações e Participações Ltda, detentor de 36% do capital social, e Pedro Kopstein Participações e Incorporações detentor de 24% do capital social. Foi constituída a LK Consolidação III & 3Z Realty SCP com o adiantamento no valor de R\$ 26.370 conforme nota explicativa 13. As descrições relevantes relacionadas às atividades operacionais, financeiras e estratégicas da sociedade são tomadas de forma conjunta entre os sócios, não havendo controle individual por nenhuma das partes. Dessa forma, a 3Z Realty não exerce controle sobre a investida, razão pela qual suas demonstrações financeiras não são consolidadas pela Companhia.

2. Base de consolidação e investimentos em controladas – A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes empresas:

| Controladas | % Participação | |
|----------------------------------------------------------------|----------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| 3Z Lambda Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 95,56% | 99,18% |
| 3Z Gama Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,68% | 99,73% |
| 3Z Espaço Jardins Empreendimentos Imobiliários SPE I Ltda. | 99,64% | 99,80% |
| 3Z Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 91,25% | 91,25% |
| 3Z Beta Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,89% | 99,89% |
| 3Z Sigma Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 87,30% | 95,45% |
| 3Z Delta Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 91,43% | 91,43% |
| 3Z Omega Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 93,85% | 93,85% |
| 3Z Sumaré Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 98,93% | 98,93% |
| 3Z Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,05% | 99,43% |
| 3Z Alpha Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,78% | 99,76% |
| 3Z Jaguaruna Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,74% | 99,74% |
| 3Z Tucuma Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,63% | 99,92% |
| 3Z Carnauba Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,58% | 99,77% |
| 3Z Lotus Desenvolvimento Imobiliário Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Araca Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,86% | 99,88% |
| Viva Vista Encanto Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 97,07% |
| Viva Vista Solar Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 99,98% |
| Viva Vista Paisagem Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 97,97% |
| Viva Vista Mirante Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 97,62% |
| Viva Vista Horizonte Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 89,30% |
| Viva Vista Brisa Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 99,97% |
| 3Z Franz Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Manaca Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 88,82% | 88,82% |
| 3Z Viva Vista Colina Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Viva Vista Alameda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 99,18% |
| 3Z Viva Vista Passeio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 98,40% |
| 3Z Viva Vista Recanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 99,95% |
| 3Z Jaborandi Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,97% | 99,97% |
| Valimog Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Jatobá Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,84% | 99,81% |
| 3Z Viva Vista Panorama SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 99,12% |
| 3Z Viva Vista Vereda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 98,63% |
| 3Z Viva Vista Cerrado SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 99,04% |
| 3Z Viva Vista Araucaria SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| Boulevard Viva Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 88,26% |
| 3Z Ipanema Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,95% | 99,94% |
| 3Z Viva Vista Esplanada SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 98,74% |
| 3Z Viva Vista Bosque SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 99,94% |
| 3Z Viva Vista Plaza SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 99,50% |
| 3Z Pitangueira Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 99,98% |
| 3Z Urbanismo I Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Corretora de Bens Imobiliários Ltda. | 99,90% | 99,96% |
| 3Z Tokio Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 99,99% |
| 3Z Genebra Empreendimento Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Rio de Janeiro Empreendimento Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Urb Loteamentos SPE Ltda. | 50,00% | 50,00% |
| 3Z Botafogo Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Ouro Verde Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Guanabara Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z São Francisco Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Nova Campinas Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Dom Pedro Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Pinheiros Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Holy Burj Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Floripa Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Rebouças Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| 3Z Galeria Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 0,00% |
| 3Z Kyoto Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 0,00% |
| 3Z Osaka Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00% | 0,00% |

| Demonstrações dos Fluxos de Caixa | | | | |
|-----------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | (20.886) | (34.994) | (18.551) | (33.258) |
| Depreciação e amortização | 400 | 317 | 400 | 342 |
| Equivalência patrimonial | 7.064 | (18.393) | 10.307 | (3.620) |
| Ganho e perda de investimentos | (8.836) | 36.739 | (8.587) | 37.574 |
| Constituição (reversão) provisão para ajuste a valor presente | - | - | (12.133) | (4.819) |
| Constituição (reversão) provisão para garantia | - | - | (3.514) | (9.040) |
| Constituição (reversão) provisão para contingências | 1.684 | (437) | (2.163) | (5. |

... continuação

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A Diretoria e aos Acionistas da 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 5, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Análise do valor realizável líquido do saldo de imóveis a comercializar:**

Conforme nota explicativa 10, em 31 de dezembro de 2025, o saldo consolidado de imóveis a comercializar totalizava R\$ 608.930 mil, representando 67% do total do ativo consolidado, demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, que não excede seu valor líquido de realização. O saldo corresponde a imóveis concluídos, em construção e terrenos para futuros lançamentos de projetos imobiliários. A diretoria avalia, periodicamente, o valor recuperável dos imóveis a comercializar, considerando determinadas expectativas e premissas para a determinação do valor provável de realização, com base na melhor estimativa do valor de venda dos estoques de unidades imobiliárias, bem como o valor provável de realização dos estoques de terrenos, com base no método de comparativo de mercado e laudos de especialistas externos, ou por meio de estudos de viabilidade dos projetos já lançados ou planejados, dentre outras premissas. Caso o valor realizável seja menor que o custo, respectiva provisão é registrada. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos de identificação de perdas ao valor recuperável desses ativos, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e grau de julgamento exercido pela diretoria, na determinação das bases comparativas e dos estudos internos de viabilidade. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação da melhor estimativa dos preços de venda dos imóveis a comercializar e dos comparativos de mercado para os terrenos, utilizados pela diretoria, e avaliação da sua razoabilidade e consistência com os dados e premissas utilizados; (b) para o valor realizável suportado por estudos internos de viabilidade, a revisão das projeções de vendas futuras, incluindo a verificação dos preços considerados e sua comparação com os dados de mercado, bem como a revisão dos custos projetados a incorrer e orçamentos dos projetos; (c) análise de informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas pela diretoria. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrivemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campanas 31 de março de 2026.

Ernst & Young
Audidores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-027.623/F
Cristiane Cléria S. Hilario
CRC SP-243.766/O



Ouro fecha em queda com perspectiva sobre juros mantidos em meio a quadro geopolítico

O ouro fechou em queda na sessão desta quarta-feira, 29, caindo ao patamar de US\$ 4.500. O metal continua pressionado pela falta de avanços nas negociações entre o Irã e os Estados Unidos, assim como pela expectativa de manutenção nos juros nesta quarta pelo Federal Reserve (Fed).

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para junho encerrou em queda de 1%, a US\$ 4.561,5 por onça-troy. Já a prata encerrou em baixa de 2,3%, a US\$ 71,569.

O impasse nas negociações e o endurecimento da postura dos EUA reforçam as perspectivas de que o conflito no Oriente Médio está longe de acabar. Nesta quarta, a imprensa internacional afirmou que os Estados Unidos planejam seguir com o bloqueio naval contra os iranianos, enquanto o Teerã alerta para uma resposta "sem precedentes" caso os EUA continuassem apreendendo suas embarcações. Mais cedo, o presidente Donald

| Cirúrgica Fernandes – Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Sociedade Limitada | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------|------------------------------------------------------|----------------|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| CNPJ/MF nº 61.438.042/0001-31 | | | | | | | | | | |
| Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Milhares de Reais – R\$) | | | | | | | | | | |
| Balanços Patrimoniais | | | | | Demonstrações do Resultado | | | | | |
| Ativo | 2025 | 2024 | Passivo e Patrimônio Líquido | 2025 | 2024 | | 2025 | 2024 | | |
| Circulante | 351.654 | 307.207 | Circulante | 155.420 | 69.649 | Receita líquida | 583.158 | 545.360 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 52.254 | 25.216 | Fornecedores | 46.538 | 20.198 | Custo operacional | (401.708) | (369.668) | | |
| Títulos e valores mobiliários - Hedge | 5.300 | - | Empréstimos - Carta de crédito | 33.950 | 22.337 | Resultado Bruto | 181.450 | 175.692 | | |
| Contas a receber | 98.777 | 85.230 | Tributos a recolher | 6.979 | 6.551 | Despesas Operacionais | | | | |
| Estoques | 184.045 | 182.499 | Obrigações sociais e trabalhistas | 2.783 | 2.631 | Despesas de vendas | (27.254) | (25.328) | | |
| Tributos a recuperar | 9.771 | 12.574 | Adiantamentos | 1.016 | 1.512 | Despesas gerais e administrativas | (57.312) | (41.663) | | |
| Adiantamentos | 876 | 833 | Outras obrigações | 2.620 | 2.040 | Despesas com pessoal | (23.148) | (20.810) | | |
| Despesa antecipada | 501 | 532 | Juros sobre capital próprio a pagar | 16.861 | 12.463 | Depreciação e amortização | (2.990) | (2.739) | | |
| Outros ativos | 130 | 323 | Arrendamentos a pagar | 2.251 | 1.917 | Outras despesas e receitas operacionais | 1.777 | (681) | | |
| Não Circulante | 43.725 | 38.574 | Lucros a pagar | 42.422 | - | Resultado Operacional antes do | (108.927) | (91.221) | | |
| Ativo fiscal diferido | 6.778 | - | Não Circulante | 124.483 | 39.403 | Resultado Financeiro | 72.523 | 84.471 | | |
| Depósito judicial | 21.771 | 21.748 | Passivo fiscal diferido | 943 | - | Receitas financeiras | 10.655 | 9.965 | | |
| Imobilizado | 761 | 838 | Arrendamento a pagar | 15.116 | 16.269 | Despesas financeiras | (10.533) | (11.225) | | |
| Direito de uso de arrendamento | 14.346 | 15.892 | Provisões para demandas judiciais | 23.578 | 23.127 | Resultado financeiro | 122 | (1.260) | | |
| Intangível | 69 | 96 | Tributos a recolher | - | 7 | Lucro antes do IRPJ e da CSLL | 72.645 | 83.211 | | |
| Total do Ativo | 395.379 | 345.781 | Lucros a pagar | 84.846 | - | IRPJ e CSLL - corrente | (19.033) | (22.503) | | |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | | | Patrimônio Líquido | 115.476 | 236.729 | IRPJ e CSLL - diferido | 5.835 | - | | |
| | Capital social | Reserva de lucros acumulados | Lucros ou (Prejuízos) Acumulados | (36) | 115.512 | Lucro Líquido do Exercício | (13.198) | (22.503) | | |
| Saldo em 31/12/2023 | 115.512 | 62.227 | Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | 395.379 | 345.781 | | 59.447 | 60.708 | | |
| Constituição da reserva | - | 66.706 | Demonstrações dos Fluxos de Caixa | | | | | | | |
| Distribuição de dividendos | - | (53.762) | 2025 | | | 2024 | | | | |
| Juros sobre capital próprio | - | (14.662) | Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | | 2025 | | | 2024 | |
| Resultado líquido do exercício | - | - | Resultado líquido do exercício | | | 152 | | | 406 | |
| Saldo em 31/12/2024 | 115.512 | 60.509 | Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício: | | | 22.706 | | | 20.505 | |
| Constituição da reserva | - | 60.708 | Juros de arrendamentos | | | 496 | | | 62 | |
| Distribuição de dividendos | - | (33.559) | Juros sobre empréstimos | | | 581 | | | (67) | |
| Juros sobre capital próprio | - | (19.836) | Variação cambial não realizada | | | Caixa gerado pelas atividades operacionais | | | 90.498 | 66.318 |
| Resultado líquido do exercício | - | - | Depreciação do imobilizado | | | Imposto de renda e contribuição social pagos | | | (22.285) | (26.051) |
| Dividendos propostos a pagar | (67.821) | (59.447) | Depreciação de direito de uso | | | Juros pagos de arrendamento | | | (1.769) | (1.832) |
| Ajustes de avaliação patrimonial | - | - | Amortização do intangível | | | Fluxo de caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais | | | 65.916 | 37.925 |
| Saldo em 31/12/2025 | 115.512 | (36) | Resultado da venda (baixa) de ativos imobilizados | | | Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | | | (114) | (102) |
| Notas Explicativas | | | Provisão (reversão) estimada de perdas de créditos | | | Fluxo de caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimento | | | (114) | (102) |
| As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. A Administração da Empresa declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. Regime de Escrituração: Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. | | | Provisão (reversão) de contingências | | | Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | | | (48.998) | (69.216) |
| | | | IR e CS diferidos ativo | | | Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio | | | (106.807) | (92.203) |
| | | | IR e CS diferidos - passivo | | | Captação de empréstimos - Carta de crédito | | | 119.086 | 104.574 |
| | | | (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | Pagamentos de passivos de arrendamentos | | | (2.046) | (1.743) |
| | | | Títulos e valores mobiliários | | | Fluxo de caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamento | | | (38.764) | (58.588) |
| | | | Contas a receber de clientes | | | Aumento/Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa | | | 27.038 | (20.765) |
| | | | Estoques | | | Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | | 25.216 | 45.981 |
| | | | Tributos a recuperar | | | Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | | 52.254 | 25.216 |
| | | | Adiantamentos | | | Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa | | | 27.038 | (20.765) |
| | | | Despesas antecipadas | | | | | | | |
| | | | Outros ativos | | | | | | | |
| | | | Depósitos judiciais e cações | | | | | | | |
| | | | Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | | | | | |
| | | | Fornecedores | | | | | | | |

Marcos Fernando Fernandes - Sócio CPF: 011.772.008-99

Luís Carlos Fortes Bazaga - Contador CRC 15P 130.363/O-4

Trump afirmou que o Irã "não consegue se acertar" e precisa "ficar esperto logo"

Em meio ao cenário, o ouro recuou para a faixa de US\$ 4.500, no nível mais baixo em quase um mês. Para o Saxo Bank, Tanto o metal dourado como a prata vêm se desvalorizando desde o início do conflito no Oriente Médio "não porque seus fundamentos de longo prazo tenham se enfraquecido, mas porque o cenário macroeconômico mudou abruptamente em decorrência da guerra com o Irã", avalia o Saxo Bank.

IstoÉDinheiro

Viação Alpina S.A.

CNPJ/MF nº 57.512.592/0001-48

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

| Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 (Em reais) | | | | Demonstração do Resultado do Exercício | | | |
|----------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------|
| Ativo | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | |
| Circulante | 13.999.824 | 12.710.866 | | Receita operacional líquida | 1.703.328 | 1.310.264 | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 100.092 | 100.050 | | (-) Custos operacionais | - | - | |
| Contas a Receber | 286.425 | 435.548 | | Lucro operacional bruto | 1.703.328 | 1.310.264 | |
| Imóveis a Comercializar | 11.644.385 | 11.644.385 | | (+/-) Receitas/Despesas operacionais | - | - | |
| Outros Créditos | 1.968.921 | 530.881 | | (-) Despesas Administrativas | (103.985) | (22.670) | |
| Não Circulante | 5.690 | 5.774 | | Lucro operacional antes do resultado financeiro | 1.599.343 | 1.287.594 | |
| Créditos Restituíveis | 4.080 | 4.964 | | Receitas financeiras | 391 | - | |
| Outros Investimentos | 1.610 | 810 | | (-) Despesas financeiras | (2.385) | (1.699) | |
| Total do Ativo | 14.005.514 | 12.716.640 | | Lucro antes da provisão para IRPJ e CSLL | 1.597.350 | 1.285.895 | |
| Passivo + Patrimônio Líquido | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | (-) Imposto de renda e contribuição social | (168.475) | (123.957) | |
| Circulante | 295.891 | 435.892 | | Lucro do exercício | 1.428.875 | 1.161.938 | |
| Obrigações Fiscais | 23.911 | 27.922 | | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em reais) | | | |
| Outras Obrigações | 271.980 | 407.970 | | | Capital Social | Lucros Acumulados | Total |
| Não Circulante | - | - | | Saldos em 31/12/2024 | 100.000 | 12.180.749 | 12.280.749 |
| Patrimônio Líquido | 13.709.623 | 12.280.749 | | Lucro do Exercício | - | 1.428.875 | 1.428.875 |
| Capital Social | 100.000 | 100.000 | | Saldos em 31/12/2025 | 100.000 | 13.609.623 | 13.709.623 |
| Resultados Acumulados | 13.609.623 | 12.180.749 | | Notas Explicativas da Administração | | | |
| Total do Passivo + PL | 14.005.514 | 12.716.640 | | 1) Do Contexto: Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal: Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, com início de atividades em São Bernardo do Campo/SP. | | | |

2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Diretoria: Carlos Eduardo de Andrade - Presidente
João Carlos Barbosa - Diretor

Francisco de Assis Vitorino da Silva - TC 15P 276.019/O-4
Nelson Corrêa Cabral - TC 15P 068.009/O-8

PUBLICIDADE LEGAL

Sintel Tecnologia e Informação S.A.

CNPJ nº 58.048.000/0001-41 - NIRE 35.207.692.474

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Contábeis Referentes Aos Exercícios Sociais Encerrados Em 31 de Dezembro de 2025 E 2024 (Em Reais)

| Ativo | Balanco Patrimonial | | | | Demonstração do Resultado do Exercício | | | |
|------------------------------------------------|---------------------|----------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------------------------|---------------------------|-----------|--------------------------|
| | Notas | 31/dez/25 | Controladora 31/dez/24 | Consolidado 31/dez/24 | 31/dez/25 | Controladora 31/dez/24 | 31/dez/25 | Consolidado 31/dez/24 |
| Circulante | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 532.219,37 | 334.289,69 | 4.667.083,40 | 4.307.115,91 | | | |
| Aplicações financeiras | | 6.360.354,17 | 5.346.709,41 | 31.364.237,96 | 31.435.553,62 | | | |
| Total Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 6.892.573,54 | 5.680.999,10 | 36.031.321,36 | 35.742.669,53 | | | |
| Outros Créditos | | | | | | | | |
| Duplicatas a Receber | 5 | 4.395.490,02 | 2.938.105,36 | 5.268.648,93 | 5.846.166,40 | | | |
| Outros Créditos | | 988.616,28 | 1.007.296,77 | 1.120.251,81 | 1.221.554,56 | | | |
| Impostos a Recuperar | | 54.590,56 | 65.675,53 | 159.662,38 | 68.344,92 | | | |
| Total Outros Créditos | | 5.438.696,86 | 4.011.077,66 | 6.548.563,11 | 7.136.065,88 | | | |
| Total do circulante | | 12.331.270,40 | 9.692.076,76 | 42.579.884,46 | 42.878.735,41 | | | |
| Não circulante | | | | | | | | |
| Realizável a Longo Prazo | 6 | 210.996,06 | 210.996,06 | - | - | | | |
| Investimentos | 7 | 27.514.652,65 | 29.886.047,52 | - | - | | | |
| Ativo Permanente | 8 | 1.143.967,69 | 1.211.026,96 | 1.143.967,69 | 1.211.026,96 | | | |
| Total do não circulante | | 28.869.616,40 | 31.308.070,54 | 1.143.967,69 | 1.211.026,96 | | | |
| Total do Ativo | | 41.200.886,80 | 41.000.147,30 | 43.723.852,15 | 44.089.762,37 | | | |
| Passivo | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | |
| Fornecedores | | 1.353.264,85 | 1.055.788,36 | 1.424.824,19 | 1.161.424,81 | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 9 | 1.806.644,17 | 1.815.160,27 | 1.790.506,21 | 1.820.792,54 | | | |
| Lucros a Distribuir | 10 | 2.760.000,00 | - | 2.760.000,00 | - | | | |
| Obrigações Tributárias | | 371.356,30 | 261.960,62 | 433.943,22 | 842.869,54 | | | |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | | 935.208,47 | 821.646,63 | 935.208,47 | 821.646,63 | | | |
| Outras Obrigações | | 299.611,63 | 264.974,38 | 319.968,50 | 268.131,06 | | | |
| Provisões | | 1.265.622,15 | 1.108.161,84 | 1.265.622,15 | 1.108.161,84 | | | |
| Total do circulante | | 8.791.707,57 | 5.327.692,10 | 8.930.072,74 | 6.023.026,42 | | | |
| Não Circulante | | | | | | | | |
| Exigível a longo prazo | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 600.000,00 | 2.400.000,00 | 600.000,00 | 2.400.000,00 | | | |
| Lucros a Distribuir | 10 | 5.520.000,00 | - | 5.520.000,00 | - | | | |
| Total do exigível a longo prazo | | 6.120.000,00 | 2.400.000,00 | 6.120.000,00 | 2.400.000,00 | | | |
| Total do não circulante | | 6.120.000,00 | 2.400.000,00 | 6.120.000,00 | 2.400.000,00 | | | |
| Participação dos Quotistas Minoritários | | - | - | 2.384.600,18 | 2.394.280,71 | | | |
| Patrimônio Líquido | | | | | | | | |
| Capital Social | | 20.000.000,00 | 20.000.000,00 | 20.000.000,00 | 20.000.000,00 | | | |
| Reserva de Lucros | | 6.289.179,24 | 13.272.455,24 | 6.289.179,24 | 13.272.455,24 | | | |
| Total do patrimônio líquido | 11 | 26.289.179,24 | 33.272.455,24 | 26.289.179,24 | 33.272.455,24 | | | |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 41.200.886,80 | 41.000.147,30 | 43.723.852,15 | 44.089.762,37 | | | |

| Ativo | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | |
|--------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------|-----------------------|-------------------------------|
| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Outros Resultados Abrangentes |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2023 | 20.000.000,00 | - | 6.275.367,16 | - |
| Lucros Distribuídos | - | - | (4.684.088,62) | (4.684.088,62) |
| Transferência para Reserva de Lucros | - | - | 11.681.176,70 | (11.681.176,70) |
| Transações de Capital com os Sócios | - | - | 6.997.088,08 | (11.681.176,70) |
| Resultado do Período | - | - | - | 11.681.176,70 |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - | - | 11.681.176,70 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2024 | 20.000.000,00 | - | 13.272.455,24 | 33.272.455,24 |
| Lucros Distribuídos | - | - | (3.674.235,12) | (3.674.235,12) |
| Transferência para Reserva de Lucros | - | - | 4.970.959,12 | (4.970.959,12) |
| Constituição de Reserva de Lucros | - | - | 248.547,96 | (248.547,96) |
| Lucros a Distribuir | - | - | (8.280.000,00) | (8.280.000,00) |
| Transações de Capital com os Sócios | - | 248.547,96 | (7.231.823,96) | (4.970.959,12) |
| Resultado do Período | - | - | - | 4.970.959,12 |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - | - | 4.970.959,12 |

Notas Explicativas As Demonstrações Contábeis Consolidadas dos Períodos Fimados em 31 de Dezembro de 2025.

01 Atividades operacionais: A companhia tem por objeto, mediante atuação própria ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participação de capital em outras sociedades: A prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e implementação de sistemas de processamento de dados, com armazenamento em nuvem (Software as Service - SaaS); serviços de licenciamento, comercialização e instalação de software próprio ou de terceiros nas dependências do cliente (on-premises); cursos e treinamentos para profissionais da área de informática e de negócios; customização e suporte de softwares próprios e de terceiros; execução de projetos na área de tecnologia da informação e Supply Chain (outsourcing de operações); licenciamento e venda de franquias, possibilitando o uso de ativos não financeiros da empresa por terceiros. **02 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais e foram elaboradas, pela Empresa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. São Paulo, 17 de abril de 2026.

Carlos Wagner dos Santos - Sócio Diretor Presidente

Vannei Ricardo Bastos Vicário - TC CRC/SP: 1SP 284.759/0 - 2

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos. Srs., Diretores da Sintel Tecnologia e Informação S/A. CNPJ: 58.048.000/0001-41, São Paulo - SP. **Introdução - Opinião** - Examinamos as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Empresa Sintel Tecnologia e Informação S/A., identificadas como Consolidado e Controladora que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, dos resultados abrangentes e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Sintel Tecnologia e Informação S/A. em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

| Ativo | Demonstração do Fluxo de Caixa - (DFC) | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|---------------------------|------------------------|--------------------------|
| | 31/dez/25 | Controladora 31/dez/24 | 31/dez/25 | Consolidado 31/dez/24 |
| I-Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais | 4.737.556,69 | 10.510.152,68 | 8.380.824,98 | 14.109.389,82 |
| Lucro Líquido Ajustado | 5.452.644,32 | 12.145.198,33 | 7.615.989,56 | 16.303.987,17 |
| Lucro Líquido do Período | 6.304.047,09 | 4.547.073,33 | 3.637.871,15 | 18.815.280,07 |
| Depreciações/Amortizações | 481.685,20 | 464.021,63 | 481.685,20 | 464.021,63 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (1.333.087,97) | 7.134.103,37 | 3.496.433,21 | (2.975.314,53) |
| (+/-) Aumento/ Diminuição do Ativo Circulante | (1.427.619,20) | (360.149,33) | (343.762,60) | (1.516.440,08) |
| Duplicatas a Receber | (1.457.384,66) | (391.577,10) | (353.747,89) | (1.641.080,43) |
| Outros Créditos | 18.680,49 | (288.669,21) | 86.131,62 | (269.673,72) |
| Impostos a Recuperar | 11.084,97 | 320.096,98 | (76.146,32) | 394.314,06 |
| (+/-) Aumento/ Diminuição do Passivo Circulante | 712.531,57 | (1.274.896,32) | 1.108.598,02 | (678.157,27) |
| Fornecedores | 297.476,49 | (1.078.619,37) | 1.194.664,75 | (915.512,86) |
| Obrigações Tributárias | 109.395,68 | (189.360,55) | (408.926,32) | 271.610,27 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 113.561,84 | (64.584,85) | 113.561,84 | (64.584,85) |
| Outras Obrigações | 34.637,25 | (19.231,56) | 51.837,44 | (46.569,85) |
| Provisões | 157.460,31 | 76.900,01 | 157.460,31 | 76.900,01 |
| II-Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Investimentos | 1.956.768,94 | (5.178.631,37) | 1.956.768,94 | (5.178.631,37) |
| Investimento/ Redução do Imobilizado Bruto | 1.956.768,94 | (5.178.631,37) | 1.956.768,94 | (5.178.631,37) |
| III-Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Financiamentos | (5.482.751,22) | (6.487.728,79) | (10.048.942,13) | (4.609.132,89) |
| Financiamentos | (1.808.516,10) | (1.803.640,17) | (1.830.286,33) | (1.756.377,46) |
| Lucros Distribuídos | (3.674.235,12) | (4.684.088,62) | (6.035.872,62) | (9.743.020,42) |
| Ganhos/Perdas não realizados | - | - | 682.173,80 | - |
| Ajustes Acumulados de Conversão | - | - | (2.864.956,98) | 6.890.264,99 |
| Variação Líquida do Caixa | 1.211.574,44 | (1.156.207,48) | 288.651,83 | 4.321.625,56 |
| Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa | 5.680.999,10 | 6.837.206,58 | 35.742.669,53 | 31.421.043,97 |
| Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa | 6.892.573,54 | 5.680.999,10 | 36.031.321,36 | 35.742.669,53 |
| Variação do Caixa | 1.211.574,44 | (1.156.207,48) | 288.651,83 | 4.321.625,56 |

Demonstração do Valor Adicionado - (DVA)

| | 31/dez/25 | 31/dez/24 |
|-----------------------------------------------------------------|------------------------|------------------------|
| 1-Receitas | 53.306.390,57 | 48.865.625,75 |
| Receita operacional líquida | 53.306.390,57 | 48.865.625,75 |
| 2-Insumos adquiridos de terceiros | (36.620.159,64) | (34.774.935,20) |
| Custo das mercadorias e serviços vendidos | (27.042.276,49) | (25.242.037,79) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (9.664.031,50) | (9.559.938,19) |
| Outras | 86.148,35 | 27.040,78 |
| 3-Valor adicionado bruto (1-2) | 16.686.230,93 | 14.090.690,55 |
| 4-Retenções | (481.685,20) | (464.021,63) |
| Depreciações e amortizações | (481.685,20) | (464.021,63) |
| 5-Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4) | 16.204.545,73 | 13.626.668,92 |
| 6-Valor adicionado recebido em transferência | (465.393,71) | 7.831.813,71 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (1.333.087,97) | 7.134.103,37 |
| Receitas financeiras | 867.694,26 | 697.710,34 |
| 7-Valor adicionado total a distribuir (5+6) | 15.739.152,02 | 21.458.482,63 |
| 8-Distribuição do valor adicionado | (15.739.152,02) | (21.458.482,63) |
| Pessoal e encargos | (6.830.270,24) | (6.316.342,81) |
| Impostos, taxas e contribuições | (3.474.556,36) | (2.784.554,09) |
| Remuneração de capitais de terceiros | (463.366,30) | (676.409,03) |
| Lucros retidos do exercício | (4.970.959,12) | (11.681.176,70) |

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de abril de 2026.

Oliveira & Associados Auditores Independentes - CRC N.º 2 SP 014925/0-1 - CVM N.º 5521/99

PROF. Bento Marcos de Oliveira - CRC N.º 1 SP 103484/0-2 - Sócio Diretor,





STNE Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 49.436.665/0001-31

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

| Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais) | | | | Demonstrações do Resultado Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais) | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-------------|------|
| Ativo | Controladora | | Consolidado | | Controladora | Consolidado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | 2025 | 2024 |
| Ativo | | | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 315 | 10 | 38.754 | 30.012 | | | |
| Aplicações financeiras | 3.195 | 11.686 | 261.360 | 124.433 | | | |
| Contas a receber de clientes | - | - | 8.092 | 4.120 | | | |
| Tributos a recuperar | 2.325 | 2.037 | 50.216 | 4.321 | | | |
| Despesas antecipadas | - | - | 8.806 | 6.210 | | | |
| Outros ativos | - | - | 5.299 | 4.183 | | | |
| Total do ativo circulante | 5.835 | 13.733 | 372.528 | 173.279 | | | |
| Aplicações financeiras | 4.802 | 4.802 | 4.802 | 4.802 | | | |
| Contas a receber de partes relacionadas | - | 8.426 | 33.931 | 41.611 | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.839 | 4.563 | 78.946 | 69.723 | | | |
| Despesas antecipadas | - | - | 6.819 | 2.228 | | | |
| Outros ativos | - | - | 6.324 | 5.746 | | | |
| Investimentos | 1.026.293 | 704.007 | 59.686 | 60.750 | | | |
| Imobilizado | 822 | 6.003 | 42.170 | 62.770 | | | |
| Intangível | 33.555 | 21 | 808.041 | 597.465 | | | |
| Total do ativo não circulante | 1.069.311 | 727.822 | 1.040.719 | 845.095 | | | |
| Total do ativo | 1.075.146 | 741.555 | 1.413.247 | 1.018.374 | | | |
| Passivo | | | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | | | |
| Contas a pagar | 11 | 15 | 20.078 | 15.966 | | | |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | - | - | 219.623 | 186.409 | | | |
| Obrigações tributárias | - | - | 45.017 | 38.242 | | | |
| Arrendamentos a pagar | - | 2.561 | 5.956 | 9.135 | | | |
| Dividendos a pagar | 277.540 | 370 | 277.541 | 370 | | | |
| Outros passivos | - | - | 8.600 | 5.903 | | | |
| Total do passivo circulante | 277.551 | 2.946 | 576.816 | 256.025 | | | |
| Passivo não circulante | | | | | | | |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | - | - | 12.532 | 5.685 | | | |
| Arrendamentos a pagar | - | 3.146 | 5.343 | 8.810 | | | |
| Provisão para contingências | 2 | - | 3.235 | 805 | | | |
| Contas a pagar a partes relacionadas | - | - | 4.117 | 789 | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | - | 573 | | | |
| Outros passivos | - | - | 13.610 | 10.224 | | | |
| Total do passivo não circulante | 2 | 3.146 | 38.838 | 26.886 | | | |
| Patrimônio líquido | | | | | | | |
| Capital social | 461.649 | 459.158 | 461.649 | 459.158 | | | |
| Reserva de capital | 287.797 | 236.673 | 287.797 | 236.673 | | | |
| Reserva de lucros | 48.147 | 39.632 | 48.147 | 39.632 | | | |
| Total do patrimônio líquido | 797.593 | 735.463 | 797.593 | 735.463 | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 1.075.146 | 741.555 | 1.413.247 | 1.018.374 | | | |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais) | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|--------------------|---------------|-----------------|----------------|
| | Capital social | | Reserva de capital | | Reserva Legal | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 115.158 | 180.210 | 1.085 | | | |
| Aumento de capital | 370.000 | - | - | - | - | - |
| Redução de Capital | (26.000) | - | - | - | - | - |
| Pagamentos baseados em ações | - | 56.463 | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - |
| Destinações do lucro líquido do exercício: | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 1.946 | - | (1.946) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | (370) | (370) |
| Dividendos adicionais | - | - | - | - | (36.601) | (36.601) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 459.158 | 236.673 | 3.031 | 36.601 | (36.601) | 735.463 |
| Aumento de Capital - Incorporação | 2.491 | - | - | - | - | 2.491 |
| Redução de Capital | - | - | - | - | - | - |
| Pagamento baseado em ações | - | 51.124 | - | - | - | 51.124 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 303.323 |
| Destinações do lucro líquido do exercício: | | | | | | |
| Reserva Legal | - | - | 15.166 | - | (15.166) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | (2.882) | (2.882) |
| Dividendos intercalares | - | - | - | - | (247.543) | (247.543) |
| Dividendos intermediários | - | - | - | - | (44.383) | (44.383) |
| Constituição de reserva de lucros para expansão | - | - | - | - | 37.732 | (37.732) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 461.649 | 287.797 | 18.197 | 29.950 | (37.732) | 797.593 |

A Diretoria: Camila Del Poente - Contadora - CRC 1SP 290.887/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretoria da STNE Investimentos S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da STNE Investimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de abril de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP 034.519/O Fabricio Aparecido Pimenta Contador CRC 1SP 241.659/O-9

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

| Rakhaposhi Empreendimentos e Participações S.A. | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|----------------------------------------|------------------|
| CNPJ/MF nº 57.965.489/0001-53 | | | |
| Relatório da Administração | | | |
| Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa. | | | |
| Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 | | Demonstração do Resultado do Exercício | |
| Ativo | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 |
| Ativo | | | |
| Circulante | 8.731.338 | 140 | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.729.663 | 140 | |
| Contas a Receber | 1.674 | - | |
| Não Circulante | 813 | | |
| Realizável a Longo Prazo | 813 | - | |
| Total do Ativo | 8.732.151 | 140 | |
| Passivo + Patrimônio Líquido | 31/12/2025 | 31/12/2024 | |
| Circulante | 200.013 | | |
| Impostos e contribuições | 174.556 | - | |
| Contas a pagar | 25.456 | - | |
| Não Circulante | 6.383.307 | | |
| Contas a pagar | 6.383.307 | - | |
| Patrimônio Líquido | 2.148.831 | 140 | |
| Capital Social | 150 | 150 | |
| Reserva de Lucros | 2.148.681 | (10) | |
| Total do Passivo + PL | 8.732.151 | 140 | |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | |
| | Capital Social | Lucros Acumulados | Total |
| Saldos em 31/12/2023 | - | - | - |
| Prejuízo do exercício | - | - | - |
| Saldos em 31/12/2024 | 150 | (10) | 140 |
| Lucro do exercício | - | 2.148.691 | 2.148.691 |
| Saldos em 31/12/2025 | 150 | 2.148.681 | 2.148.831 |
| Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto | | | |
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | 2.347.030 | - | |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos | (813) | - | |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos | 6.383.306 | - | |
| Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa | 8.729.523 | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período | 140 | - | |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período | 8.729.663 | - | |
| Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes | 8.729.523 | - | |
| Diretoria: Karin Camila Soares - Diretor Presidente Adriana Luzia Rodrigues Moreira - Contadora CRC 1SP 276.022/O-0 | | | |

Faça um orçamento:
comercial@datamercantil.com.br

continuação

indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31/12/2025 e 2024 não houve a necessidade de constituição de provisão. 10. Intangível:

| Composição | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Kincoat | 30.359 | 30.359 | 30.359 | 30.359 |
| Nutril | 4.111 | 4.111 | 4.111 | 4.111 |
| Exion | 2.873 | 2.873 | 2.873 | 2.873 |
| Kant | 2.873 | 2.873 | 2.873 | 2.873 |
| Cuprazol | 839 | 839 | 839 | 839 |
| Sologel | 433 | 433 | 433 | 433 |
| Marcas e patentes | 381 | 278 | 5.478 | 5.269 |
| Softwares | 988 | 972 | 1.213 | 1.196 |
| Totais | 42.857 | 42.738 | 48.179 | 47.953 |

Custo atribuído: A Controladora optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura de suas marcas na data de transição em 01/01/2009 para fins de comparação. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos, que emitiram o respectivo laudo de avaliação. Os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído em 01/01/2009 totalizaram R\$ 41.479, e foram lançados em contrapartida da conta de Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido. 11. Empréstimos e Financiamentos:

| Composição | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Capital de giro | 218.841 | 225.099 | 258.984 | 273.564 |
| Finame | 227 | 385 | 769 | 1.227 |
| Outros | 366 | 279 | 372 | 279 |
| Total | 219.434 | 291.749 | 260.125 | 275.070 |
| Circulante | 128.262 | 132.188 | 165.503 | 172.241 |
| Não circulante | 91.172 | 93.574 | 94.622 | 102.829 |

Os empréstimos e financiamentos referem-se a operações de capital de giro, contas garantidas e financiamentos de máquinas e veículos. As operações financeiras com as instituições Banco do Brasil, Banco Santander e Nota Comercial emitida pelo Banco Itaú estavam em Stand Still até 31/12/2025, e na data de emissão destas demonstrações contábeis, estão em processo de repactuação e alongamento da dívida. 12. Obrigações trabalhistas:

| Composição | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Salários a pagar | 1.820 | 1.880 | 2.840 | 2.948 |
| INSS a recolher | 1.119 | 1.119 | 2.277 | 2.989 |
| FGTS a recolher | 3.070 | 682 | 4.540 | 1.199 |
| Provisão de férias e encargos sociais | 6.714 | 6.751 | 9.667 | 10.159 |
| Participação nos lucros a pagar | 9.681 | - | 11.375 | - |
| Outros | 111 | 65 | 155 | 103 |
| Totais | 22.515 | 10.497 | 30.854 | 17.398 |

13. Obrigações tributárias:

| Composição | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Salários a pagar | 1.227 | 1.682 | 2.204 | 2.866 |
| IRPJ a recolher | 4.053 | 3.176 | 5.461 | 4.279 |
| CSLL a recolher | 1.470 | 1.152 | 1.988 | 1.558 |
| ICMS a recolher | - | - | - | 1.236 |
| ISS a recolher | 21 | 8 | 26 | - |
| Parcelamento de ICMS | - | - | 423 | - |
| Parcelamentos Lei 11.941 | 503 | 1.004 | 503 | 1.004 |
| Parcelamentos Lei 12.996 | 519 | 389 | 519 | 389 |
| Parcelamento PERT - débitos previdenciários | 282 | 241 | 282 | 241 |
| Parcelamento PERT - demais débitos | 282 | 290 | 282 | 290 |
| Parcelamentos ordinários de INSS | - | - | 89 | 87 |
| Outros | 30 | 60 | 73 | 125 |
| Totais | 8.387 | 8.002 | 11.850 | 12.083 |
| Não circulante | | | | |
| Parcelamentos Lei 12.996 | 557 | 906 | 557 | 906 |

Indústria Química Kimberlit Ltda.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Parcelamento PERT - débitos previdenciários | 1.322 | 1.527 | 1.322 | 1.527 |
| Parcelamento PERT - demais débitos | 2.505 | 3.224 | 2.505 | 3.224 |
| Outros | - | - | (788) | 326 |
| Totais | 4.384 | 5.657 | 3.596 | 5.983 |

14. Cessão de créditos: O saldo refere-se a cessão de direitos creditórios a fundos de investimento, ocorridos no exercício findo em 31/12/2025 e 2024, em virtude das dificuldades de crédito enfrentadas pelo setor do agronegócio. **15. Provisão para contingências:** A Sociedade está exposta a certos riscos, referente a processos tributários, cíveis e reclamações trabalhistas. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo, mas não se limitando, a opinião dos assessores jurídicos da empresa, a natureza dos processos e a experiência histórica. A Sociedade e suas controladas possuem ações de natureza cível e trabalhista, que não estão provisionadas em 31/12/2025, pois envolvem risco de perda classificado pela administração e por seus assessores jurídicos como possível, quais sejam: cível - Bionat - R\$ 2.503, trabalhista - Kimberlit - R\$ 4.444, Bionat - R\$ 722 e Loyder - R\$ 1.128. **16. Patrimônio Líquido:** a) **Capital social:** O capital social em 31/12/2025 e 2024 é de R\$ 1.500, dividido em 1.500.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente integralizados em moeda corrente nacional. b) **Reserva de lucros:** O saldo de lucros apurados no exercício, foi mantido em conta de reserva de lucros para decisão futura da administração com relação a sua destinação. c) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Estão representados pelas contrapartidas dos valores de custo atribuído registrados no ativo imobilizado, conforme nota nº 9, e valor econômico do intangível conforme nota nº 10. Os valores realizados no exercício por depreciação e baixas do imobilizado foram baixados em contrapartida a conta de lucros acumulados. Não ocorreram baixas do valor econômico do intangível registrado. d) **Reserva de incentivos fiscais:** Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de IRPJ e CSLL. Deste modo, a Sociedade apurou a subvenção de ICMS no total de R\$ 55.712 até 31/12/2023. **17. Receita líquida:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Receita bruta | 314.363 | 309.858 | 494.094 | 537.347 |
| Impostos sobre as vendas | (12.374) | (12.869) | (18.247) | (20.370) |
| Devoluções de vendas | (13.145) | (12.421) | (30.639) | (18.682) |
| Receita líquida | 288.844 | 284.568 | 445.208 | 498.295 |

18. Despesas administrativas:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|---------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Despesas com pessoal | (9.735) | (7.406) | (10.088) | (7.638) |
| Assessoria administrativa | (4.070) | (2.368) | (5.478) | (2.974) |
| Assessoria financeira | (1.557) | (389) | (1.615) | (390) |
| Assessoria jurídica | (370) | (1.039) | (383) | (848) |
| Assessoria em TI | (250) | (544) | (250) | (547) |
| Assistência contábil | (554) | (338) | (578) | (383) |
| Telefonia e comunicação | (232) | (235) | (232) | (235) |
| Portaria e segurança | (278) | (281) | (881) | (943) |
| Promoções e eventos | (113) | (46) | (113) | (46) |
| Viagens e estadias | (147) | (85) | (147) | (85) |
| Aluguéis e condomínios | (156) | (140) | (156) | (140) |
| Outros | (4.007) | (3.198) | (5.210) | (5.254) |
| (21.469) | (16.069) | (25.131) | (19.483) | |

19. Despesas comerciais:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|----------|-------------|----------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Despesas com pessoal | (52.175) | (45.657) | (79.280) | (73.190) |
| Comissões sobre vendas | (9.834) | (10.385) | (12.536) | (14.089) |
| Pesquisa e desenvolvimento | (883) | (1.228) | (1.843) | (3.096) |
| Viagens e estadias | (4.048) | (4.305) | (6.206) | (7.112) |
| Fretes e carretos | (10.251) | (7.400) | (13.626) | (11.834) |

| Composição | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|-----------------|------------------|------------------|----------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Promoções e eventos | (2.101) | (2.315) | (3.334) | (4.039) |
| Despesas com veículos | (6.785) | (6.503) | (10.920) | (10.852) |
| Combustíveis e lubrificantes | (2.568) | (2.545) | (4.542) | (4.391) |
| Provisão p/devedores duvidosos | (6.726) | (7.655) | (11.160) | (8.622) |
| Outros | (4.642) | (4.782) | (6.730) | (6.040) |
| (100.013) | (92.775) | (150.177) | (143.265) | |

20. Resultado financeiro:

| Composição | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Receitas financeiras | 423 | 929 | 777 | 1.433 |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 806 | 898 | 1.049 | 1.222 |
| Juros ativos | 125 | 65 | 222 | 222 |
| Variáveis cambiais ativas | 3.003 | 1.015 | 5.364 | 1.015 |
| Descontos obtidos | 29 | 12 | 85 | 12 |
| Receita s/ investimento - ações | 152 | 181 | 152 | 181 |
| Outras receitas | 1 | - | 1 | 344 |
| 4.539 | 3.100 | 7.650 | 4.429 | |

Despesas financeiras

| | | | | |
|--------------------------------|-----------------|------------------|-----------------|----------|
| Encargos sobre impostos | (457) | (129) | (585) | (131) |
| Juros sobre contratos de mútuo | (208) | (193) | (208) | (193) |
| Juros sobre empréstimos | (40.079) | (29.864) | (60.389) | (49.821) |
| Juros sobre créditos cedidos | (14.166) | (12.441) | (22.675) | (18.023) |
| Despesas bancárias | (1.917) | (1.382) | (2.192) | (2.216) |
| Descontos concedidos | (3.703) | (2.932) | (4.155) | (3.644) |
| Multas de mora | (1.792) | (1.053) | (3.549) | (1.053) |
| Variáveis monetárias passivas | (1.997) | (591) | (1.997) | (591) |
| Variáveis cambiais passivas | (260) | (470) | (260) | (470) |
| Outros | (4.522) | (1.975) | (4.733) | (2.945) |
| (69.101) | (51.030) | (100.743) | (79.087) | |

21. Outras receitas e despesas:

| Composição | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Recuperação tributária - INSS | 9.775 | 13.498 | 17.048 | 17.786 |
| Compensação Pis e Cofins | 2.249 | - | 5.992 | - |
| Compensação ICMS | - | 2.595 | - | 2.595 |
| Resultado na baixa de imobilizado | 2.331 | 3.884 | 2.568 | 5.462 |
| Outras receitas | (675) | (4.346) | (540) | (4.379) |
| 13.680 | 15.631 | 25.068 | 21.464 | |

"A rubrica 'Outras Receitas' compreende, principalmente, o reconhecimento de créditos tributários federais apurados extemporaneamente, decorrentes de débitos sobre a folha de pagamento (Sistema 5S e verbas de natureza indenizatória) e da manutenção de créditos de PIS e COFINS vinculados a vendas com alíquota zero, conforme facultado pela legislação vigente. **22. Instrumentos financeiros:** O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Empresa não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31/12/2025 e 2024. **23. Gerenciamento de riscos:** As operações da empresa estão sujeitas, direta e indiretamente, a diversos riscos de mercado e de sua operação, como o risco de variação de taxa de juros, o risco de crédito e o risco de sinistros, através da contratação de vários tipos de seguros, tais como contra Incêndio, de Vida, Fiança, etc. O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração no sentido de minimizá-los ao máximo. **24. Cobertura de seguros:** A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA
Antonio Carlos de Gissi Junior - CEO
Ricardo Chichinelli - Controller - CRC 1SP 218.360/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Quotistas e Administradores da Indústria Química Kimberlit Ltda., Olimpia - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Indústria Química Kimberlit Ltda. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústria Química Kimberlit Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Como descrito na nota explicativa nº 15, a Sociedade possui ações de natureza cível e trabalhista, que não estão provisionadas em 31 de dezembro de 2025, pois envolvem risco de perda classificado pela administração e por seus assessores jurídicos como possível, quais sejam: cível - Bionat - R\$ 2.503, trabalhista - Kimberlit - R\$ 4.444, Bionat - R\$ 722 e Loyder - R\$ 1.128. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade está adimplente em relação às cláusulas de dívidas e compromissos financeiros na data de emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou incerteza relevante sobre a capacidade da Sociedade de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses, considerando as negociações com os

principais credores financeiros, Banco do Brasil, Banco Santander e Nota Comercial para alongamento da dívida. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026
Haroldo Campello Pasin - Sócio contador - CRC/SP nº 1SP155773/O-2
Nova Master Auditores Independentes - CRC nº 2SP024315/O-6

Analia Franco Comércio e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

CNPJ/MF nº 56.561.731/0001-60 - NIRE 35207240123

Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. Antonio de Abreu, Diretor Superintendente da Analia Franco Comércio e Desenvolvimento Imobiliário Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.561.731/0001-60, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35207240123 ("Sociedade"), nos termos do Artigo 1.152, §3º, da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), convoca todas as sócias da Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na administração do Shopping Analia Franco, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Regente Feijó, nº 1.739, Piso Orquídea, Bairro Tatuapé, CEP: 03342-000, no próximo dia 14 de maio de 2026, às 15:00, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Fica ressaltada a necessidade de representação adequada de cada sócia para validamente computarem os votos. São Paulo - SP, 10 de abril de 2026. Antonio de Abreu, Diretor Superintendente. (30/04, 01 e 05/05/2026)



DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

ABC Sistema de Transporte SPE S.A.

CNPJ/MF nº 40.181.203/0001-46

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 a 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

| Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 | | | |
|-----------------------------------------------|------------|-----|--|
| | 31/12/2025 | 31/ | |

PUBLICIDADE LEGAL

Center Norte Desenvolvedora Imobiliária S.A.

CNPJ nº 54.241.205/0001-98

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| BALANÇOS PATRIMONIAIS | | | | DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|----------------|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------|----------------|--------------------|---------------------------------------------------|------------------------------------|----------------|--------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|--|-------|--|---------|--|
| Controladora | | Consolidado | | Capital social | | Prejuízos acumulados | | Total controladora | | Participação dos não controladores | | Patrimônio líquido total | | | | | | | |
| 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | | | | | |
| (não auditado) | | (não auditado) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ativo circulante | | | | Constituição em 08/03/2024 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 86 | 185 | 24.431 | 199 | AFAC | 10 | 10.428 | 10 | 10.428 | | | | 10 | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | - | - | 17.633 | - | Prejuízo do exercício | - | - | (4.986) | (4.986) | | | | (4.986) | | | | | | |
| Estoques | - | - | 120.372 | 1.309 | Saldo em 31/12/2024 | 10 | 10.428 | (4.986) | 5.452 | | | | 5.452 | | | | | | |
| Impostos a recuperar | 11 | 2 | 14 | 2 | Transações de capital | - | - | 2.742 | 2.742 | (2.528) | | | 214 | | | | | | |
| Outros ativos | 30 | - | 111 | 71 | Prejuízo do exercício | - | - | (18.091) | (18.091) | 8.875 | | | (9.216) | | | | | | |
| | 127 | 187 | 162.561 | 1.581 | Aumento de capital social | 46.341 | (46.341) | - | - | 100.713 | | | 100.713 | | | | | | |
| Ativo não circulante | | | | AFAC | | | | | | | | | | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | - | - | 2.596 | - | Saldo em 31/12/2025 | 46.351 | - | (20.335) | 26.016 | 107.060 | | | 133.076 | | | | | | |
| Partes relacionadas | 3.131 | - | 2.037 | - | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | | | | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | | | | | |
| Investimento | 3.131 | - | 4.633 | - | Controladora | | Consolidado | | Controladora | | Consolidado | | | | | | | | |
| Imobilizado | 35.146 | 6.471 | - | - | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | | | | |
| | | | | | (não auditado) | | (não auditado) | | (não auditado) | | (não auditado) | | (não auditado) | | | | | | |
| Total do Ativo | 38.277 | 6.471 | 6.798 | 7.564 | Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | Prejuízo do exercício | | | | | | | | | | |
| | 38.404 | 6.658 | 169.359 | 9.145 | Receita operacional líquida | | | | (18.091) | | | | (4.986) | | | | | | |
| Passivo circulante | | | | Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados | | | | | | | | | | Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais | | | | | |
| Fornecedores | 9.233 | 138 | 11.771 | 2.551 | Lucro bruto | | | | Depreciação e amortização | | | | 241 | | | | | | |
| Salários, encargos e benefícios | 2.408 | 358 | 3.501 | 616 | Receitas (despesas) operacionais | | | | Equivalência patrimonial | | | | 4.628 | | | | | | |
| Impostos e contribuições | 48 | - | 197 | 108 | Despesas Gerais e administrativas | | | | IRPJ e CSLL corrente | | | | 63 | | | | | | |
| Adiantamento de clientes | - | - | 9.967 | - | Despesas Comerciais | | | | IRPJ e CSLL diferidos | | | | 6 | | | | | | |
| IRPJ e CSLL | 11.689 | 498 | 25.847 | 3.277 | Resultado de equivalência patrimonial | | | | Pis e Cofins diferidos | | | | 147 | | | | | | |
| Passivo não circulante | | | | Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos | | | | | | | | | | Ajuste a valor presente | | 2.759 | | | |
| Salários, encargos e benefícios | 403 | 416 | 403 | 416 | Resultado financeiro | | | | Transação de capital | | | | 214 | | | | | | |
| Impostos diferidos | - | - | 307 | - | Receitas financeiras | | | | Redução (aumento) nos ativos operacionais: | | | | | | | | | | |
| Impostos e contribuições | - | - | 9.726 | - | Despesas financeiras | | | | Contas a receber de clientes | | | | (22.988) | | | | | | |
| Provisão para perdas em investidas | 296 | 292 | - | - | Resultado financeiro líquido | | | | Impostos a recuperar | | | | (9) | | | | | | |
| | 699 | 708 | 10.436 | 416 | Resultado antes do IRPJ e CSLL | | | | Estoques | | | | (8.636) | | | | | | |
| Patrimônio Líquido | | | | Prejuízo do exercício | | | | | | | | | | Partes relacionadas | | | | (3.131) | |
| Capital social | 46.351 | 10 | 46.351 | 10 | Prejuízo do exercício atribuível a: | | | | Outros ativos | | | | (30) | | | | | | |
| AFAC | - | 10.428 | - | 10.428 | Acionistas | | | | Aumento (redução) nos passivos operacionais | | | | 9.095 | | | | | | |
| Prejuízos acumulados | (20.335) | (4.986) | (20.335) | (4.986) | Participação de não controladores | | | | Fornecedores | | | | 2.037 | | | | | | |
| Participação de não controladores | - | - | 107.060 | - | Resultado financeiro líquido | | | | Salários e encargos a pagar | | | | 2.037 | | | | | | |
| Total do patrimônio líquido | 26.016 | 5.452 | 133.076 | 5.452 | Resultado antes do IRPJ e CSLL | | | | Impostos e contribuições | | | | 48 | | | | | | |
| Total do passivo e PL | 38.404 | 6.658 | 169.359 | 9.145 | Prejuízo do exercício | | | | Adiantamentos de clientes | | | | 11.180 | | | | | | |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS | | | | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: O Center Norte Desenvolvedora Imobiliária S.A. ("Companhia", "CNDI" ou em conjunto com suas controladas, "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 08 de março de 2024, com sede social no município de São Paulo, e tem como atividade preponderante: (i) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista, (ii) a incorporação de empreendimentos imobiliários; (iii) loteamento; (iv) construção civil; e (v) compra, venda e administração de imóveis próprios, exceto corretagem. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais "Controladora" estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, o último exercício comparativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo Comitê de | | | | Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes nestas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. DIRETORIA: Flavio Fernandes - Diretor-Presidente; Luís Fernando Da Rocha Maia - Diretor Administrativo Financeiro; Filipe da Silva Leandro - Contador - CRC 1SP-340739/0-0. | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | Controladora | | | | | | | | | | Consolidado | | | | | |
| | | | | 2025 | | | | | | | | | | 2024 | | | | | |
| | | | | (não auditado) | | | | | | | | | | (não auditado) | | | | | |
| | | | | Prejuízo do exercício | | | | | | | | | | (18.091) | | | | | |
| | | | | Outros resultados abrangentes | | | | | | | | | | - | | | | | |
| | | | | Total do resultado abrangente do exercício | | | | | | | | | | (18.091) | | | | | |
| | | | | Prejuízo atribuível a: | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | Acionistas | | | | | | | | | | (18.091) | | | | | |
| | | | | Participação de não controladores | | | | | | | | | | - | | | | | |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | | | | | | | | | (18.091) | | | | | |

Petróleo fecha em alta com escalada de tensão entre EUA e Irã após fala de Trump

O petróleo saltou mais de 5% nesta quarta-feira, 29, em meio à paralisação das negociações EUA-Irã para encerrar o conflito no Oriente Médio. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que manterá o bloqueio naval americano contra o país persa até que eles concordem com um acordo nuclear, ameaçando retomar os ataques ao país.

O petróleo WTI para junho, negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), fechou em alta de 6,95% (US\$ 6,95), a US\$ 106,88 o barril.

Já o Brent para julho, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), subiu 5,78% (US\$ 6,04), a US\$ 110,44 o barril.

O petróleo acelerou o movimento de alta após Trump sinalizar nova ação militar dos EUA, ao afirmar que não será mais "bonzinho". Segundo a Axios, o Comando Central dos EUA (CENTCOM) preparou um plano para uma onda de ataques contra o Irã, com o intuito de fazer o país negociar um acordo nuclear.

O Irã, por sua vez, promete resposta às ações dos EUA e autoridades do país continuam afirmando publicamente que Washington precisa reduzir suas exigências antes que Teerã encerre seu bloqueio no Estreito de Ormuz. O presidente do Parlamento do Irã, Mohammad Ghalibaf, afirmou hoje que o bloqueio naval dos EUA visa fomentar divisões dentro do país persa.

IstoÉDinheiro

Ubus Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 29.320.965/0001-43

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

| Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais) | | | | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | |
|----------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------------|
| Ativo | | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | | |
| Circulante | | 22.582 | | 65.398 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 16.013 | 45.248 | 20.150 | Prejuízo do exercício | 33.200 | (7.231.922) |
| Contas a Receber | 6.569 | 20.150 | 14.841 | Saldo em 31/12/2024 | 1.500 | (7.200.222) |
| Não Circulante | 6.143 | 14.841 | 14.841 | Prejuízo do exercício | (54.991) | (54.991) |
| Realizável a Longo Prazo | - | - | - | Saldo em 31/12/2025 | 1.500 | (7.255.213) |
| Imobilizado | 6.143 | 4.587 | 4.587 | Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto | | |
| Intangível | - | 10.254 | - | 31/12/2025 | | 31/12/2024 |
| Total do Ativo | 28.725 | 80.239 | 80.239 | Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | | |
| Passivo + Patrimônio Líquido | 28.725 | 80.239 | 80.239 | Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos | | |
| Circulante | 129.826 | 125.685 | 125.685 | Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos | | |
| Impostos e contribuições | 6.126 | 6.934 | 6.934 | Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa | | |
| Contas a pagar | 123.700 | 118.751 | 118.751 | Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período | | |
| Não Circulante | 7.152.612 | 7.152.612 | 7.152.612 | Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período | | |
| Impostos e contribuições | - | - | - | Varição das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes | | |
| Contas a pagar | 7.152.612 | 7.152.276 | 7.152.276 | (29.235) | | |
| Patrimônio Líquido | (7.253.713) | (7.198.722) | (7.198.722) | 31.769 | | |
| Capital Social | 1.500 | 1.500 | 1.500 | Notas Explicativas da Administração | | |
| Prejuízos Acumulados | (7.255.213) | (7.200.222) | (7.200.222) | 1. Do Contexto: A Ubus Tecnologia S.A, sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários com início de atividades em 26/12/2017. | | |
| Total do Passivo + PL | 28.725 | 80.239 | 80.239 | 2. Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2025. | | |
| Demonstração do Resultado do Exercício | | | | | | |
| Receita operacional líquida | | 163.907 | | 242.829 | | |
| (-) Custos operacionais | | (188.191) | | (174.631) | | |
| Resultado operacional bruto | | (24.284) | | 68.198 | | |
| (+/-) Receitas/Despesas operacionais: | | (14.057) | | (12.000) | | |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | | (38.341) | | 56.198 | | |
| Receitas financeiras | | 187 | | - | | |
| (-) Despesas financeiras | | (3.458) | | (3.232) | | |
| Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL | | (41.612) | | 52.966 | | |
| (-) Imposto de renda e contribuição social | | (13.379) | | (19.766) | | |
| Resultado líquido do exercício | | (54.991) | | 33.200 | | |

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.



datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FAÇA CONOSCO POR E-MAIL comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,9979 / R\$ 4,9985 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,9994 / R\$ 5,0014 *

Turismo - R\$ 5,0318 /

R\$ 5,2118

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,39%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -2,05%

Pontos: 184.750

Volume financeiro: R\$ 29,080 bilhões

Maiores altas: Braskem PNA (+5,55%), Hypera ON (+3,27%), Petrobras ON (+3,16%)

Maiores baixas: WEG ON (-6,75%), Vale ON (-5,87%), Magazine Luiza ON (-5,39%)

S&P 500 (Nova York): -0,04%

Dow Jones (Nova York): -0,57%

Nasdaq (Nova York): 0,04%

CAC 40 (Paris): -0,39%

Dax 30 (Frankfurt): -0,27%

Financial 100 (Londres): -1,16%

Nikkei 225 (Tóquio): -1,02%

Hang Seng (Hong Kong): 1,68%

Shanghai Composite (Xangai): 0,71%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 1,1%

Merval (Buenos Aires): -1,07%

IPC (México): -0,26%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Fevereiro 2025: 1,31%

Março 2025: 0,56%

Abril 2025: 0,43%

Mai 2025: 0,26%

Junho 2025: 0,24%

Julho 2025: 0,26%

Agosto 2025: -0,11%

Setembro 2025: 0,48%

Outubro 2025: 0,09%

Novembro 2025: 0,18%

Dezembro 2025: 0,33%

Janeiro 2026: 0,33%

Fevereiro 2026: 0,70%

Março 2026: 0,88%

| Cidade Center Norte S.A. | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------|----------------|------------------------------------------------|----------|----------------|--|--|
| CNPJ nº 54.360.282/0001-67 | | | | | | | | | | | | | |
| As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia | | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. A Administração. | | | | | | | | | | | | | |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) | | | | | | | | | | | | | |
| BALANÇOS PATRIMONIAIS | | | | | DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | | |
| Controladora Consolidado | | | | | Atribuível aos acionistas controladores | | | | | | | | |
| 2025 2024 2025 | | | | | Capital social | | | | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | Integralizado A integralizar AFAC Reserva legal Reserva de lucros Prejuízo acumulado Lucros (prejuízo) acumulados Patri-mônio líquido Participação dos não con-troladores Patrimônio líquido total | | | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 25.953 | 93 | 94.897 | 1 | - | - | - | - | 1 | - | 1 | | |
| Contas a receber de clientes | 20.271 | - | 80.940 | - | - | 2.901 | - | - | 2.901 | - | 2.901 | | |
| Adiantamento a fornecedores | 49 | - | 1.212 | - | - | - | - | - | 2.901 | - | 2.901 | | |
| Impostos a recuperar | 46 | - | 3.293 | - | - | - | - | - | (6.012) | - | (6.012) | | |
| Estoques | - | - | 5.209 | - | - | - | - | - | 6.012 | - | 6.012 | | |
| Mútuo financeiro | - | - | 7.226 | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Outros ativos | 13.538 | 382 | 1.769 | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Total do ativo circulante | 59.857 | 475 | 194.546 | 1 | - | 2.901 | - | (6.012) | (3.110) | - | (3.110) | | |
| Ativo não circulante | | | | | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | - | - | 3.839 | Controladora Consolidado | | | | | 2025 2024 2025 | | | | |
| Depósitos judiciais | - | - | 696.202 | Receita operacional líquida | | | | | 778 - 296.919 | | | | |
| IRPJ e CSLL diferidos | 1.757 | - | - | Custos de locação e de outros serviços | | | | | - - (72.284) | | | | |
| Partes relacionadas | 9.453 | - | - | Lucro operacional bruto | | | | | 778 - 224.635 | | | | |
| Outros ativos | - | 607 | 5.890 | Receitas (despesas) operacionais | | | | | - | | | | |
| Total do ativo | 11.210 | 607 | 705.931 | Despesas gerais e administrativas | | | | | (3.992) (6.012) (32.037) | | | | |
| Investimento | 1.800.867 | - | 53.119 | Despesas de vendas | | | | | - | | | | |
| Propriedade para investimento | - | - | 4.036.176 | Provisão para perdas em ativos financeiros - contas a receber | | | | | - | | | | |
| Imobilizado | 44 | 17 | 16.124 | Ganho com ajuste a valor justo de propriedades para investimento | | | | | - | | | | |
| Intangível | 11.021 | 1.397 | 17.912 | Perda na aquisição de investimento | | | | | - | | | | |
| Direito de uso | 466 | - | 466 | Resultado de equivalência patrimonial | | | | | 307.455 - 8.879 | | | | |
| Total do Passivo Circulante | 1.823.608 | 2.021 | 4.829.728 | Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | | | | | - | | | | |
| Passivo circulante | 1.883.465 | 2.496 | 5.024.274 | Resultados financeiros e impostos | | | | | 304.241 (6.012) 626.113 | | | | |
| Fornecedores | 1.910 | 85 | 22.011 | Resultado financeiro | | | | | - | | | | |
| Salários e encargos | 12.378 | 1.149 | 22.868 | Receitas financeiras | | | | | 391 2 13.228 | | | | |
| Impostos e contribuições | 155 | 1 | 8.029 | Despesas financeiras | | | | | (221) (1) (36.126) | | | | |
| IRPJ e CSLL | 126 | - | 32.372 | Resultado financeiro, líquido | | | | | 170 1 (22.898) | | | | |
| Partes relacionadas | - | 53 | 3.212 | Resultado antes do IRPJ e da CSLL | | | | | 304.411 (6.011) 603.215 | | | | |
| Mútuo financeiro | - | - | 93.883 | IRPJ e CSLL - corrente | | | | | (136) (1) (53.313) | | | | |
| Obrigações por aquisição de investimentos | - | - | 1.000 | IRPJ e CSLL - diferidos | | | | | 1.757 - (141.197) | | | | |
| Arrendamento a pagar | 570 | 200 | 570 | Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | | | | 306.032 (6.012) 408.705 | | | | |
| Adiantamento de clientes | 1.333 | - | 51.097 | Lucro líquido do período atribuível a: | | | | | - | | | | |
| Dividendos a pagar | - | - | 4.956 | Acionistas | | | | | 306.032 (6.012) 306.032 | | | | |
| Outros passivos | - | - | 5.506 | Participação de não controladores | | | | | - | | | | |
| Total do passivo circulante | 16.472 | 1.488 | 245.504 | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES | | | | | Controladora Consolidado 2025 2024 2025 | | | | |
| Passivo não circulante | | | | | Lucro líquido do exercício | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | - | 3.915 | 306.032 (6.012) 408.705 | | | | | - | | | | |
| Salários e encargos | 3.427 | 3.168 | 4.337 | Outros resultados abrangentes | | | | | - | | | | |
| Impostos e contribuições | - | - | 44.698 | Total do resultado abrangente do período | | | | | 306.032 (6.012) 408.705 | | | | |
| IRPJ e CSLL | - | - | 43.900 | Lucro líquido do período atribuível a: | | | | | - | | | | |
| Provisão para reserva de reposição | - | - | 279 | Acionistas | | | | | 306.032 (6.012) 306.032 | | | | |
| Arrendamento a pagar | 335 | 950 | 335 | Participação de não controladores | | | | | - | | | | |
| Mútuo financeiro | 4.802 | - | 426.365 | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | | | | Controladora Consolidado 2025 2024 2025 | | | | |
| Adiantamento de clientes | 5.889 | - | 15.393 | Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | - | | | | |
| IRPJ e CSLL diferidos | - | - | 1.039.442 | Resultado líquido do período | | | | | 306.032 (6.012) 408.705 | | | | |
| Provisão para perdas em investidas | 340 | - | - | Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais | | | | | - | | | | |
| Provisão para contingência | - | - | 635.555 | Depreciação e amortização | | | | | 429 9 3.787 | | | | |
| Total do passivo não circulante | 14.793 | 4.118 | 2.214.219 | Equivalências patrimoniais | | | | | (307.455) - (8.879) | | | | |
| Patrimônio Líquido | | | | | Provisão para perda estimada de créditos em ativos financeiros - contas a receber | | | | | | | | |
| Capital social | 1.836.898 | 1 | 1.836.898 | - | | | | | (1.582) | | | | |
| AFAC | - | 2.901 | - | IRPJ e CSLL corrente | | | | | 136 - (53.313) | | | | |
| Reserva legal | 15.302 | - | 15.302 | IRPJ e CSLL diferidos | | | | | (1.757) - 141.197 | | | | |
| Prejuízo acumulado | - | (6.012) | - | Juros sobre mútuos | | | | | - | | | | |
| Total do patrimônio líquido | 1.852.200 | (3.110) | 1.852.200 | Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | Controladora Consolidado 2025 2024 2025 | | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 1.883.465 | 2.496 | 5.024.274 | Resultado líquido do período | | | | | 306.032 (6.012) 408.705 | | | | |

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES EM NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

datamercantil.com.br

| MBR Participações S/A | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------|------------------|
| CNPJ/MF nº 33.363.225/0001-61 | | | |
| Relatório da Administração | | | |
| Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa. | | | |
| Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 | | | |
| Controladora Consolidado | | | |
| 2025 2024 2025 | | | |
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 16.701.913 | 6.988.135 | 6.988.135 |
| Outras Contas | 16.637.316 | 6.983.043 | 6.983.043 |
| Não Circulante | 268.716 | 394.062 | 394.062 |
| Realizável a Longo Prazo | 116.536 | 70.798 | 70.798 |
| Investimentos | - | 255 | 255 |
| Imobilizado | 152.180 | 323.009 | 323.009 |
| Intangível | - | - | - |
| Total do Ativo | 16.970.629 | 7.382.197 | 7.382.197 |
| Passivo + Patrimônio Líquido | | | |
| Circulante | | | |
| Impostos e contribuições | 745.785 | 11.341 | 11.341 |
| Contas a pagar | 7.369.642 | 5.445.981 | 5.445.981 |
| Não Circulante | - | - | - |
| Impostos e contribuições | - | - | - |
| Contas a pagar | - | - | - |
| Patrimônio Líquido | 8.855.202 | 1.924.875 | 1.924.875 |
| Capital Social | 1.881.669 | 1.881.669 | 1.881.669 |
| Resultados Acumulados | 6.973.533 | 43.206 | 43.206 |
| Total do Passivo + PL | 16.970.629 | 7.382.197 | 7.382.197 |
| Demonstração do Resultado do Exercício | | | |
| Controladora Consolidado | | | |
| 31/12/2025 31/12/2024 | | | |
| Receita operacional líquida | 10.828.164 | 337.850 | 337.850 |
| (-) Custos operacionais | (2.487.314) | (230.246) | (230.246) |
| Resultado operacional bruto | 107.604 | 8.340.850 | 8.340.850 |
| (+/-) Receitas/Despesas operacionais | (823.039) | (197.157) | (197.157) |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | (89.553) | 7.517.811 | 7.517.811 |
| Receitas financeiras | - | - | - |
| (-) Despesas financeiras | (72.010) | (40.378) | (40.378) |
| Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL | 7.445.801 | (129.931) | (129.931) |
| (-) Imposto de renda e contribuição social | (26.930) | (515.474) | (515.474) |
| Resultado líquido do exercício | (156.861) | 6.930.327 | 6.930.327 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | |
| Capital Social Reserva de Lucros Total | | | |
| Saldos em 31/12/2023 | 1.881.669 | 200.067 | 2.081.736 |
| Aumento de Capital | - | - | - |
| Lucro do exercício | - | (156.861) | (156.861) |
| Saldos em 31/12/2024 | 1.881.669 | 43.206 | 1.924.875 |
| Lucro do exercício | - | 6.930.327 | 6.930.327 |
| Saldos em 31/12/2025 | 1.881.669 | 6.973.533 | 8.855.202 |
| Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto | | | |
| 31/12/2025 31/12/2024 | | | |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | (1.970.080) | (859.046) | (859.046) |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos | - | (53.238) | (53.238) |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos | 2.082.823 | 851.118 | 851.118 |
| Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa | 59.505 | (10.765) | (10.765) |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período | 5.092 | 15.857 | 15.857 |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período | 64.597 | 5.092 | 5.092 |
| Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes | 59.505 | (10.765) | (10.765) |
| Notas Explicativas da Administração | | | |
| 1) Do Contexto: A MBR Participações S.A, sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Aluguel de imóveis próprios, holdings de instituições não-financeiras e compra e venda de imóveis próprios com início de atividades em 15/04/2019. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. | | | |
| Diretoria | | | |
| Milena Braga Romano – Diretora Presidente | | | |
| Anderson Paulo Bella da Silva – Vice-Presidente | | | |
| Assis Martins Moreira – Contador CRC 1SP259100/0-4 | | | |

Dólar fecha a R\$ 5 com cautela por guerra e no aguardo do Copom



O comunicado mais conservador do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e, sobretudo, os sinais de que o conflito entre Estados Unidos e Irã está longe de terminar adicionaram um viés mais cauteloso para os operadores do mercado financeiro, com o dólar ganhando força globalmente. Por fim, o segmento à vista da moeda norte-americana fechou em alta de 0,39%, a R\$ 5,0018 nesta quarta-feira, que contará ainda com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) em breve.

O dólar à vista oscilou de R\$ 4,9795 (mínima pela manhã) a R\$ 5,0138 (máxima à tarde) e o contrato futuro para maio marcava alta de 0,56%, a R\$ 5,0045, por volta das 17h, enquanto o índice DXY – que mede a divisa norte-americana contra uma cesta de pares fortes – avançava 0,21%.

“Estamos em um dia de apreensão, com grande fator sendo a guerra contra o Irã. Um ‘vai-não vai’ sobre a expectativa de um acordo”, disse o economista-chefe da BGC Liquidez, Felipe Tavares.

Segundo a Axios, Trump indicou que o bloqueio no estreito de Ormuz seguirá até que haja um acordo nuclear com o país persa e o Comando Central dos EUA preparou um plano para uma onda de ataques “curta e poderosa” na esperança de quebrar o impasse nas negociações. Como resultado, o petróleo saltou mais de 5%, com o WTI para junho a US\$ 106,88 e o Brent para julho a US\$ 110,44 por barril.

IstoÉDinheiro

| CSO Ambiental de Salto SPE S.A. | | | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|--------------------------------------------------|-------------------|---------|--|--|
| CNPJ/MF nº 21.147.808/0001-76 | | | | | | | | | |
| As Demonstrações Financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. | | | | | | | | | |
| As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/ | | | | | | | | | |
| Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais) | | | | | | | | | |
| Balancos Patrimoniais | | | | | Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | |
| Ativo | 2025 | 2024 | Capital Social | Reserva legal | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total | | |
| Circulante | | | 12.801 | 1.140 | 14.905 | | 28.846 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 60 | 2.125 | | | | 4.530 | 4.530 | | |
| Contas a receber | 29.572 | 20.752 | | 226 | | (226) | | | |
| Impostos a recuperar | 3.987 | 2.575 | | | | (1.076) | (1.076) | | |
| Outros créditos | 162 | 376 | | | 3.228 | (3.228) | | | |
| Total do ativo circulante | 33.781 | 25.828 | | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | | | | |
| Depósitos judiciais | 392 | 486 | | | | | | | |
| Imposto diferido | 1.634 | - | | 70 | | (70) | | | |
| Imobilizado líquido | 23.887 | 23.590 | | | | | | | |
| Intangível líquido | 9.045 | 9.127 | | | | | | | |
| Total do ativo não circulante | 34.958 | 33.203 | | | | | | | |
| Total do ativo | 68.739 | 59.031 | | | | | | | |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 2025 | 2024 | | | | | | | |
| Passivo | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 6.083 | 4.176 | | | | | | | |
| Fornecedores | 3.027 | 2.222 | | | | | | | |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | 5.677 | 4.231 | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.262 | 2.369 | | | | | | | |
| Contas a pagar | 69 | 67 | | | | | | | |
| Dividendos a pagar | 1.407 | 1.076 | | | | | | | |
| Total do passivo circulante | 19.525 | 14.141 | | | | | | | |
| Passivo não circulante | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 8.341 | 11.750 | | | | | | | |
| Provisões para demandas judiciais | 403 | 403 | | | | | | | |
| Partes relacionadas | 7.109 | 437 | | | | | | | |
| Total do passivo não circulante | 15.853 | 12.590 | | | | | | | |
| Patrimônio líquido | | | | | | | | | |
| Capital social | 12.801 | 12.801 | | | | | | | |
| Reserva legal | 1.436 | 1.366 | | | | | | | |
| Reserva de lucros | 19.124 | 18.133 | | | | | | | |
| Total do patrimônio líquido | 33.361 | 32.300 | | | | | | | |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 68.739 | 59.031 | | | | | | | |
| Demonstrações do Resultado | | | | | | | | | |
| Demonstrações dos Fluxos de Caixa | | | | | | | | | |
| Atividades operacionais | | | | | | | | | |
| Atividades de Investimento | | | | | | | | | |
| Atividades de Financiamento | | | | | | | | | |
| Fluxo de caixa líquido originado das / (aplicado nas) atividades de investimento | | | | | | | | | |
| Fluxo de caixa líquido originado das / (aplicado nas) atividades de financiamento | | | | | | | | | |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | | | | | | | | | |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | | | | | | | | | |

Cotação das Moedas

| | |
|-------------------------------------|---------|
| Coroa (Suécia) - | 0,5376 |
| Dólar (EUA) - | 4,9985 |
| Franco (Suíça) - | 6,3264 |
| Iene (Japão) - | 0,0312 |
| Libra (Inglaterra) - | 6,7435 |
| Peso (Argentina) - | 0,00359 |
| Peso (Chile) - | 0,00535 |
| Peso (México) - | 0,2858 |
| Peso (Uruguai) - | 0,1254 |
| Yuan (China) - | 0,731 |
| Rublo (Rússia) - | 0,0666 |
| Euro (Unidade Monetária Europeia) - | 5,8457 |

| CSO Energia SPE S.A. | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-------------|----------------|--------------------------|--------------------------------------------------|-------|--|--|--|
| CNPJ/MF nº 63.844.482/0001-86 | | | | | | | | | |
| As Demonstrações Financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. | | | | | | | | | |
| As Demonstrações Financeiras completas, incluindo as respectivas Notas Explicativas estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/ | | | | | | | | | |
| Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais) | | | | | | | | | |
| Balancos Patrimoniais | | | | | Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | |
| Ativo | 2025 | 2024 | Capital Social | (-) Capital Integralizar | Lucros/Prejuízos Acumulados | Total | | | |
| Circulante | 1.000 | - | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.000 | - | | | | | | | |
| Não Circulante | - | - | | | | | | | |
| Imobilizado | - | - | | | | 1.000 | | | |
| Total do Ativo | 1.000 | - | | | | | | | |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 2025 | 2024 | | | | | | | |
| Circulante | - | - | | | | | | | |
| Contas a Pagar | - | - | | | | | | | |
| Não Circulante | - | - | | | | | | | |
| Partes Relacionadas | - | - | | | | | | | |
| Patrimônio Líquido | 1.000 | - | | | | | | | |
| Capital Social | 1.000 | - | | | | | | | |
| Total do Passivo | 1.000 | - | | | | | | | |
| Notas Explicativas Demonstrações Financeiras | | | | | | | | | |
| 1. Contexto Operacional – CSO Energia SPE S.A. (CSO Energia), iniciou suas atividades em 27/11/2025, estabelecendo sua sede na Cidade de Indaiatuba-SP, com a finalidade/propósito de realizar geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica a partir do Biogás e aluguéis de imóveis. | | | | | | | | | |
| 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de Preparação: a) Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis da Empresa para o exercício, findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. A preparação de demonstrações contábeis | | | | | | | | | |
| requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Sendo esta base acompanhada pela administração da empresa. | | | | | | | | | |
| A Diretoria Edson Donizete Paiva – Contador CRC/SP 1SP 128.705/O-5 | | | | | | | | | |

| Tupungato Empreendimentos e Participações S.A. | | | | | | | | | |
|-----------------------------------------------------|--------------------|--|----------------------------------------|--|-------------|-------------|--|--|--|
| CNPJ/MF nº 54.744.254/0001-43 | | | | | | | | | |
| Balancos Patrimoniais – Encerrado em 31/12/2025 | | | | | | | | | |
| Ativo | Saldo Atual | | Descrição | | Saldo | Total | | | |
| Ativo Circulante | | | | | | | | | |
| Disponível | 1.551,87D | | Receita Líquida | | | | | | |
| Caixa | 1.550,00D | | Lucro Bruto | | | | | | |
| Bancos Conta Movimento | 1,87D | | Despesas Operacionais | | | (75.735,60) | | | |
| Total Ativo Circulante | 1.551,87D | | Despesas com Vendas | | | | | | |
| Total Ativo | 1.551,87D | | Despesas Gerais | | (3.560,22) | (3.560,22) | | | |
| Passivo | | | Despesas Administrativas | | | | | | |
| Passivo Circulante | | | Despesas com Pessoal | | (61.600,00) | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 99.998,09C | | Impostos, Taxas e Contribuições | | (226,68) | | | | |
| Empréstimos | 99.998,09C | | Despesas Gerais | | (9.957,50) | | | | |
| Obrigações Trabalhista e Previdenciária | 4.800,00C | | Despesas Financeiras | | (391,20) | (72.175,38) | | | |
| Obrigações com o Pessoal | 4.000,00C | | Resultado Operacional | | | (75.735,60) | | | |
| Obrigações Sociais | 800,00C | | Resultado antes do IR e CSL | | | (75.735,60) | | | |
| Total Passivo Circulante | 104.798,09C | | Prejuízo do Exercício | | | (75.735,60) | | | |
| Patrimônio Líquido | | | | | | | | | |
| Capital Social | 150,00C | | | | | | | | |
| Capital Subscrito | 150,00C | | | | | | | | |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | | | | | | | | | |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 103.396,22D | | | | | | | | |
| Total Patrimônio Líquido | 103.246,22D | | | | | | | | |
| Total Passivo | 1.551,87C | | | | | | | | |
| Eliane Rodrigues Silva – CPF: 166.856.378-97 | | | | | | | | | |
| Atila Guimarães CRC – SP nº 1SP 250.477/O-5 | | | | | | | | | |

Reserva Novos Parques Urbanos S.A.

CNPJ nº 46.574.244/0001-89

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| BALANÇOS PATRIMONIAIS | | | DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
|----------------------------------------------|-------|---------------|------------------------------------------------|-------|------|------|
| | Notas | 2025 | 2024 | Notas | 2025 | 2024 |
| Ativo | | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 4.762 | 11.791 | | | |
| Contas a receber | 6 | 4.417 | 1.958 | | | |
| Impostos a recuperar | | 38 | 38 | | | |
| Despesas antecipadas | | 325 | 373 | | | |
| Contas a receber de partes relacionadas | 11.1 | 600 | | | | |
| Outros ativos | | 653 | 338 | | | |
| Total do ativo circulante | | 10.795 | 14.498 | | | |
| Ativo não circulante | | | | | | |
| Imobilizado | | 930 | 1.176 | | | |
| Intangível | 7 | 82.045 | 70.548 | | | |
| Total do ativo não circulante | | 82.975 | 71.724 | | | |
| Total do ativo | | 93.770 | 86.222 | | | |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | | |
| Fornecedores | 8 | 1.982 | 1.160 | | | |
| Empréstimos | 9 | 52.503 | 169 | | | |
| Obrigações trabalhistas | | 541 | 519 | | | |
| Obrigações tributárias | 10 | 1.830 | 640 | | | |
| Contas a pagar a partes relacionadas | 11.3 | — | 282 | | | |
| Concessão de serviço público | 12 | 204 | 171 | | | |
| Adiantamento de clientes | 13 | 334 | 293 | | | |
| Receita diferida | 14 | 2.850 | 2.000 | | | |
| Outras obrigações | 15 | 2.082 | 846 | | | |
| Total do passivo circulante | | 62.326 | 6.080 | | | |
| Passivo não circulante | | | | | | |
| Empréstimos | 9 | — | 45.000 | | | |
| Receita diferida | 14 | 29.533 | 29.241 | | | |
| Provisão para demandas judiciais | 16 | 22 | 224 | | | |
| Total do passivo não circulante | | 29.555 | 74.465 | | | |
| Patrimônio líquido | | | | | | |
| Capital social | 17.1 | 22.400 | 22.400 | | | |
| AFAC | 17.2 | 11.214 | 16.930 | | | |
| Prejuízos acumulados | | (31.725) | (33.653) | | | |
| Total do patrimônio líquido | | 1.889 | 5.677 | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 93.770 | 86.222 | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. **Contexto operacional:** A Reserva Novos Parques Urbanos S.A. (RNPU ou Companhia), uma sociedade anônima, de propósito específico, constituída em 27 de maio de 2022, com sede na Avenida Arruda Botelho, 170, São Paulo - SP. A Companhia é controlada diretamente pela Livepark Entretenimento e Participações Ltda, que detinha 100% do capital social. A Companhia tem como objeto social, específica e exclusivamente, a realização das atividades descritas no Edital da concorrência internacional nº 02/2021 (Concorrência), e no contrato de Concessão (Contrato de Concessão) celebrado entre a Companhia e a Secretária de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), para concessão de atividades de reforma, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área de concessão, correspondente à parcela territorial, realizando os investimentos de acordo com o caderno de encargos do edital da área correspondente das unidades Parque Cândido Portinari e Villa Lobos e Dr. Fernando Costa, relativo ao Parque da Água Branca, pelo período de 30 anos, tendo seu início em 1º de setembro de 2022. O contrato de concessão prevê que a Companhia realize pagamento de outorga fixa e variável, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4. A RNPU venceu o leilão com uma oferta de outorga fixa no valor de R\$ 62.700 (representando um deságio de 30,5%), na data-base de março de 2022. O valor da outorga fixa foi pago pela Companhia em 29 de julho de 2022, com os valores atualizados pelo IPC/FIPE entre os meses de abril a junho de 2022 (último mês divulgado), no montante de R\$ 65.509. 1.1. **Principais ações para viabilizar a continuidade das operações dos Parques pela iniciativa privada:** O modelo de negócio da RNPU possui a exploração de diversas receitas, tais como alimentos e bebidas, aluguel de bicicletas, estacionamento, aluguel de áreas para eventos, patrocinios, entre outras, dado que os parques possuem um volume de visitação de aproximadamente 15 milhões de pessoas por ano. Com a reestruturação da área comercial e de eventos, focando nas receitas mais significativas da Companhia que são as de aluguel de áreas para eventos e de patrocinios. Com planejamento e gestão ativa, estamos projetando uma curva de crescimento exponencial ao longo do próximo ano, uma vez que existem inaugurações previstas de janeiro a outubro de 2026. Nesse contexto, estão previstas as seguintes aberturas: • Espaço América - Inauguração em abril de 2026, com receita estimada de R\$ 120 mil/mês; • Orla SP - Inauguração em janeiro de 2026, com receita estimada de R\$ 170 mil/mês; • Nuestro Secreto - Inauguração em agosto de 2026, com receita estimada de R\$ 50 mil/mês; • Vila Conecta - Inauguração em outubro de 2026, com receita estimada de R\$ 100 mil/mês. No Parque da Água Branca, o segundo ano do evento Casa Cor está previsto para o mês de maio de 2026, reinauguração da nova feira orgânica e a inauguração do HUB Gastronômico com expectativa de geração de receita mensal de R\$ 240 mil. Com essas inaugurações, patrocinios e ativações, estimamos um incremento total de aproximadamente R\$ 8.000 nas receitas ao longo de 2026. Paralelamente, renovamos nossa parceria com eventos estratégicos, que trarão contribuições relevantes para o resultado do ano: • Taste - a ser realizado em maio de 2026 e com receita estimada de R\$ 450 mil; • Cirque du Soleil - a ser realizado em julho de 2026 e com receita estimada de R\$ 2.600 mil; • São João VL/AB - a ser realizado em junho de 2026 e com receita estimada de R\$ 240 mil; • Oktoberfest - a ser realizado em outubro de 2026 e com receita estimada de R\$ 400 mil; • SP Gastronomia - a ser realizado em novembro de 2026 e com receita estimada de R\$ 430 mil; Essas ações fortalecem significativamente nosso calendário de eventos e contribuem para a consolidação do plano de crescimento projetado para o próximo ano. Estamos projetando também para inauguração dos eventos Fazenda Churrascada e Casa Cor o estacionamento mais amplo (em negociação com a Indigo e Progress Park) para atender a demanda "Operação de estacionamento no Parque da Água Branca". Adicionalmente, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2026, foi aprovada a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, no montante total de R\$ 60.000 mil, com prazo de vencimento de 12 (doze) anos e 6 (seis) meses. Os recursos captados serão utilizados, exclusivamente, para a liquidação antecipada de empréstimos e para o reforço de caixa da Companhia. A emissão das debêntures permitirá uma melhor gestão do caixa da Companhia, uma vez que a primeira parcela será devida apenas em setembro de 2029. Além disso, haverá melhoria do capital circulante líquido da Companhia, atualmente negativo em função do empréstimo que será liquidado com os recursos das debêntures. **Redução de custos:** A Companhia implementou um conjunto de iniciativas estruturadas voltadas à otimização de custos e despesas operacionais, com foco na sustentabilidade financeira e no aumento da eficiência operacional, sem prejuízo à qualidade dos serviços prestados. Dentre as principais medidas adotadas, destacam-se a renegociação de contratos com fornecedores, a revisão e racionalização de processos internos, a otimização da alocação de recursos humanos, bem como a redução de custos fixos e a eliminação de despesas não essenciais. Como resultado dessas ações, observou-se o controle das despesas operacionais ao longo do período da concessão dado o crescimento, evidenciando o comprometimento da Administração com a disciplina financeira e a gestão orientada à geração de resultados. Essas iniciativas estão alinhadas à estratégia de fortalecimento da posição financeira da Companhia e de suporte à expansão sustentável de suas operações no médio e longo prazo. Com base nas avaliações realizadas, a Administração não identificou a existência de incerteza material que possa levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Dessa forma, as demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pressuposto de continuidade operacional ("going concern"). 2. **Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais:** A autorização, pela diretoria, para a emissão destas demonstrações contábeis ocorreu em 29 de abril de 2026. 2.1. **Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem

divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. 2.4. **Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na Nota Explicativa nº 23 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquela ativo ou passivo. 2.5. **Continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. 3. **Políticas contábeis materiais:** As práticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir: 3.1. **Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento. 3.2. **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazo, para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 3.3. **Contas a receber:** As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado e, quando aplicável, reduzido de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. 3.4. **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos intangíveis compreendem ao valor de concessão da outorga fixa dos parques Villa Lobos, Cândido Portinari e Água Branca, da outorga fixa do direito de uso do estacionamento registrada a valor presente e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão pública são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPC - 05 Contratos de Concessão. O reconhecimento inicial do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualificam como encargos financeiros da operação, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base no prazo de concessão. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidas a teste para análise de perda no seu valor recuperável. 3.5. **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros. 3.6. **Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na demonstração do resultado ou capitalizado durante a fase de construção, utilizando o método da taxa efetiva de juros. 3.7. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 3.8. **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 3.9. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, quando aplicáveis, são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas

| | Notas | Capital social | AFAC | Prejuízos acumulados | Total |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-------|----------------|----------------|----------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 19.300 | 2.975 | (24.391) | (2.116) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) | 17.2 | — | 17.055 | — | 17.055 |
| Aumento de capital | 17.1 | 3.100 | (3.100) | — | — |
| Prejuízo do exercício | | — | — | (9.262) | (9.262) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | | 22.400 | 16.930 | (33.653) | 5.677 |
| Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital | 17.2 | — | (5.716) | — | (5.716) |
| Lucro líquido do exercício | | — | — | 1.928 | 1.928 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | | 22.400 | 11.214 | (31.725) | 1.889 |
| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | |
| | Notas | 2025 | 2024 | | |
| Receita operacional líquida | 18 | 51.388 | 33.060 | | |
| Custo dos serviços prestados | 19 | (32.004) | (30.764) | | |
| Lucro bruto | | 19.384 | 2.296 | | |
| Despesas operacionais: | | | | | |
| Despesas comerciais, gerais e administrativas | 20 | (8.274) | (5.648) | | |
| Lucro/ (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e do IRPJ e da CSLL | | 11.110 | (3.352) | | |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 21 | 487 | 180 | | |
| Despesas financeiras | 21 | (8.786) | (6.090) | | |
| Total | | (8.299) | (5.910) | | |
| Lucro/ (Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL | | 2.811 | (9.262) | | |
| IRPJ e CSLL | | 22 | (883) | | |
| Lucro líquido/ (Prejuízo) do exercício | | 1.928 | (9.262) | | |
| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES | | | | | |
| | | 2025 | 2024 | | |
| Lucro líquido/ (Prejuízo) do exercício | | 1.928 | (9.262) | | |
| Outros componentes do resultado abrangente | | — | — | | |
| Total do resultado abrangente do exercício | | 1.928 | (9.262) | | |

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido/ (Prejuízo) do exercício | 1.928 | (9.262) |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais | | |
| Depreciação e amortização | 2.775 | 2.659 |
| Juros incorridos sobre empréstimo | 8.471 | 5.034 |
| Provisão para demandas judiciais | (202) | 224 |
| Apropriação de cessão de direito de uso estacionamento e espaço físico | (2.367) | (2.000) |
| (Aumento) redução nos ativos: | | |
| Contas a receber | (2.459) | 675 |
| Impostos a recuperar | — | (12) |
| Despesas antecipadas | 48 | (194) |
| Outros ativos | (315) | (310) |
| Contas a receber de partes relacionadas | (600) | 300 |
| Aumento (redução) nos passivos | | |
| Fornecedores | 822 | (1.347) |
| Obrigações trabalhistas | 22 | 403 |
| Obrigações tributárias | 1.190 | 59 |
| Concessão de serviço público | 33 | 64 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | (282) | (502) |
| Adiantamento de clientes | 41 | (737) |
| Receita diferida | 3.509 | 1.000 |
| Outras obrigações | 1.236 | (380) |
| Juros sobre empréstimos pagos | (2.004) | — |
| Caixa líquido gerado/ (consumido) pelas atividades operacionais | 11.846 | (4.326) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | (14.026) | (4.594) |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento | (14.026) | (4.594) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Captação de empréstimos | 14.220 | 45.000 |
| Pagamento de principal e juros sobre empréstimos | (13.353) | (43.473) |
| Aumento de capital social | — | 3.100 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | — | 13.955 |
| Devolução de AFAC | (5.716) | — |
| Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento | (4.849) | 18.582 |
| (Redução)/ aumento de caixa e equiv. de caixa | (7.029) | 9.662 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 11.791 | 2.129 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 4.762 | 11.971 |
| (Redução)/ aumento de caixa e equiv. de caixa | (7.029) | 9.662 |

em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a constitucionalidade de tributos. 3.10. **Tributação: Impostos sobre vendas:** As receitas de serviços e venda de mercadorias estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - 7,60%; e • Imposto sobre serviços (ISS) - 5%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período do relatório. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado. 3.11. **Provisões:** Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação pode ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. 3.12. **Receita diferida:** Correspondem aos recebimentos efetivados antecipadamente pelo direito de uso e exploração de espaço dos parques, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados. A Companhia celebrou contrato para direito de uso da área do Estacionamento para a empresa PB Administradora de Estacionamentos Ltda. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço, estão classificados no passivo não circulante. 3.13. **Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto. A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem: O estacionamento da Companhia é operado por uma empresa terceira. As receitas decorrentes dessa operação são reconhecidas de acordo com o percentual de utilização do estacionamento a título de locação de espaço ao final de cada mês. As receitas provenientes de contratos de locação de uso de espaço são reconhecidas no resultado à medida que os prazos dos contratos vão incorrendo com base na vigência e característica dos contratos. **Receita e despesa financeira:** A receita financeira está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento. 3.14. **Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. Quando incorridos, investimentos com a infraestrutura, dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere a Companhia o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do poder conce-

continua >

continuação

mil a título de cessão de direito de uso de espaço (CDU), em três parcelas fixas de R\$ 500 mil. No encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 todas as parcelas tinham sido recebidas. O contrato tem vigência de 60 meses que passou a contar a partir de 1º de dezembro de 2023. A receita com a cessão de direito de uso de espaço deverá ser apropriada ao resultado pelo tempo de vigência do contrato. Em 05 de agosto de 2025, a Companhia assinou com a empresa Bikego Locação e Manutenção de Bicicletas Ltda, o quarto termo aditivo do contrato de cessão de direito de uso de espaço físico do Parque Villa Lobos, para locação de bicicletas, triciclos, Hand Bike, bike pet e demais equipamentos esportivos relacionados ao ciclismo. O contrato possui duração de 100 meses, com início em 01 de julho de 2025 e encerramento em 30 de novembro de 2033. Ficou estabelecido que além do pagamento de locação mensal a empresa Bikego deverá efetuar o pagamento complementar de R\$ 3.000 mil a título de direito de uso de espaço (CDU), em oito parcelas a serem recebidas da seguinte forma: duas parcelas fixas no valor de R\$ 500 mil cada, sendo a primeira paga no ato da assinatura do contrato e a segunda no dia útil imediatamente posterior à conclusão da reforma da ciclovia ou em 30 de setembro de 2025, o que ocorrer primeiro; e seis parcelas fixas de R\$ 333 mil, sendo a primeira com vencimento em 02 de dezembro de 2025, a segunda com vencimento em 02 de agosto de 2026, a terceira com vencimento em 02 de dezembro de 2026, quarta com vencimento em 02 de fevereiro de 2030, quinta com vencimento em 02 de agosto de 2030 e a última com vencimento em 02 de dezembro de 2030. Até a data de 31 de dezembro de 2025, foram recebidas quatro parcelas no valor de R\$1.634 mil. (c) **Adiantamento para cessão de direito de uso do estacionamento do Parque Dr. Fernando Costa - Água Branca:** Em 27 de maio de 2025, a Companhia arrendou o espaço do estacionamento do Parque Dr. Fernando Costa - Água Branca para a empresa Professional Park Estacionamentos Ltda. - Professional Park. O contrato tem vigência de 10 anos. Ficou estabelecido que a empresa Professional Park deverá efetuar o pagamento de R\$ 2.000 mil a título de cessão de direito de uso do estacionamento (CDU), em 32 parcelas a serem recebidas da seguinte forma: oito parcelas fixas de R\$125 e vinte e quatro parcelas fixas de R\$ 42 mil. Até a data de 31 de dezembro de 2025, foram recebidas sete parcelas no valor total de R\$ 875 mil. A última parcela será recebida em 01 de agosto de 2028. Além do pagamento de cessão de direito de uso descrita acima, a Professional Park pagará mensalmente o aluguel mensal de R\$1.000 mil até o quinto dia útil do mês subsequente, ressalvado a incidência de pagamento de aluguel mensal complementar e variável vinculado a regra de faturamento, conforme descrito no item 2.4 do contrato de Cessão de Direito de Uso do Estacionamento onde a Professional Park pagará o valor correspondente a um percentual do faturamento líquido, que corresponde ao faturamento bruto deduzido dos encargos fiscais. Os repasses de aluguel complementar são separados em três faixas, a primeira prevê que, caso o resultado da apuração seja igual ou inferior a R\$150 mil, não haverá incidência de aluguel complementar e a Professional Park pagará apenas a importância de R\$1.000 mil a título de aluguel mensal. A segunda faixa prevê que caso o faturamento líquido seja entre R\$151 mil e R\$ 400 mil será devido o pagamento de aluguel complementar correspondente ao percentual de 65% do faturamento líquido com garantia mínima de aluguel mensal na importância de R\$ 69 mil. A terceira faixa prevê que caso o faturamento líquido seja maior que R\$ 400 mil a Professional Park deverá repassar o correspondente a 75% do montante do faturamento líquido. (d) **Adiantamento para cessão de direito de uso de espaço físico do Parque Villa Lobos e Parque Dr. Fernando Costa - Água Branca:** Em 28 de outubro de 2025, a Companhia assinou com a empresa Global Sites Brasil Participações e Empreendimentos S.A., contrato de cessão de direito de exploração do espaço físico do Parque Villa Lobos e Parque Dr. Fernando Costa - Água Branca, para identificação de oportunidades de locação de pontos de instalação de equipamentos para implantação de sistemas de telefonia móvel, celular, outdoor/indoor e equipamentos para os demais modais para utilização de cobertura de sistemas de telecomunicação. Ficou estabelecido que a Global Sites pagará a título de Cessão de Direito de Uso (CDU) o valor de R\$ 650 mil para o Parque Villa Lobos e o valor de R\$ 350 mil para o Parque Dr. Fernando Costa - Água Branca. No encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 todas as parcelas tinham sido recebidas. O contrato tem vigência de 240 meses que passou a contar a partir de janeiro de 2026. A receita com a cessão de direito de uso de espaço deverá ser apropriada ao resultado pelo tempo de vigência do contrato. **14.1. Movimentação da receita diferida:** A movimentação da receita diferida encontra-se demonstrada a seguir:

| Descrição | Apropriação para Saldo em | | | 2025 |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldo inicial | Recebimento | Resultado | |
| Cessão de direito de uso estacionamento - Villa Lobos (a) | 30.066 | - | (1.700) | 28.366 |
| Cessão de direito de uso de espaço - Bikego (b) | 1.175 | 1.634 | (550) | 2.259 |
| Cessão de direito de uso estacionamento - Água Branca (c) | - | 875 | (117) | 758 |
| Cessão de direito de uso de espaço - Global Sites (d) | - | 1.000 | - | 1.000 |
| Total | 31.241 | 3.509 | (2.367) | 32.383 |

| Descrição | Apropriação para Saldo em | | | 2024 |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------|--------------|----------------|---------------|
| | Saldo inicial | Recebimento | Resultado | |
| Cessão de direito de uso estacionamento - Villa Lobos (a) | 31.766 | - | (1.700) | 30.066 |
| Cessão de direito de uso de espaço - Bikego (b) | 475 | 1.000 | (300) | 1.175 |
| Total | 32.241 | 1.000 | (2.000) | 31.241 |

a) Reconhecimento da receita da cessão de direito de uso do Estacionamento do Parque Villa Lobos e Candido Portinari: A receita do contrato de cessão de direito de uso, está sendo reconhecida, conforme o tempo de contrato, sendo apropriados R\$ 142 mil por mês durante o período de 240 meses, na rubrica de receita de cessão de direito de uso estacionamento. Em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido o montante de R\$1.700 mil na rubrica de receita de cessão de direito de uso, sendo que ela começou a ser apropriada a partir da segunda quinzena de setembro de 2022. **b) Reconhecimento da receita da cessão de direito de uso de espaço físico do Parque Villa Lobos:** A receita de contrato de cessão de direito de uso de espaço, está sendo reconhecida, conforme o tempo de contrato, sendo apropriados R\$ 75 mil por mês durante o período de 60 meses (até julho de 2025 era reconhecido R\$ 25 mil por mês), na rubrica de receita de cessão de direito de uso de espaço. Em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido o montante de R\$ 550 mil na rubrica de receita de cessão de direito de uso de espaço, sendo que ela começou a ser apropriada a partir de dezembro de 2023. **c) Reconhecimento da receita da cessão de direito de uso do estacionamento do Parque Dr. Fernando Costa - Água Branca:** A receita do contrato de cessão de direito de uso, está sendo reconhecida, conforme o tempo de contrato, sendo apropriados R\$17 mil por mês durante o período de 120 meses, na rubrica de receita de cessão de direito de uso estacionamento Professional Park. Em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido o montante de R\$117 mil na rubrica de receita de cessão de direito de uso de espaço. Em 31 de dezembro de 2025, não foi reconhecida receita de cessão de direito de uso de espaço, sendo que ela começou a ser apropriada a partir de janeiro de 2026. **d) Reconhecimento da receita da cessão de direito de uso de espaço físico do Parque Villa Lobos:** A receita de contrato de cessão de direito de uso de espaço será reconhecida, conforme o tempo de contrato, sendo apropriados R\$ 4 mil por mês durante o período dos 240 meses, na rubrica de receita de cessão de direito de uso de espaço. Em 31 de dezembro de 2025, não foi reconhecida receita de cessão de direito de uso de espaço, sendo que ela começou a ser apropriada a partir de janeiro de 2026.

15. Outras obrigações:

| | 2025 | 2024 |
|------------------------------|--------------|------------|
| Provisão de serviços tomados | 823 | 450 |
| Água e esgoto a pagar | 817 | 260 |
| Seguros a pagar | 53 | 136 |
| Outras contas a pagar | 389 | - |
| Total | 2.082 | 846 |

O aumento dos saldos de provisão de serviços tomados e de água e esgoto a pagar decorre do reconhecimento de provisões referentes a notas fiscais e faturas incorridas até o encerramento do exercício, em atendimento ao princípio de competência e que a Companhia ainda não recebeu dos fornecedores e concessionárias. O aumento é justificado pelo crescimento das operações da Companhia no período de 2025. **16. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações e que se referem substancialmente às questões de natureza trabalhista e cível. Os passivos contingentes são reconhecidos

quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou Administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, no montante de R\$ 22 mil (R\$ 224 mil em 31 de dezembro de 2024).

| | 2025 | 2024 |
|------------------------|-----------|------------|
| Processos cíveis | 22 | 52 |
| Processos trabalhistas | - | 172 |
| Total | 22 | 224 |

A Companhia é parte em um processo cível em que é discutido o pedido de indenização por danos morais e indenização no montante de R\$ 22 mil. **A provisão para demandas judiciais apresentou a seguinte movimentação:**

| Descrição | Saldo em | | | 2025 |
|------------------------|------------|-----------|--------------|-----------|
| | 2024 | Provisões | Reversões | |
| Processos cíveis | 52 | 22 | (52) | 22 |
| Processos trabalhistas | 172 | - | (172) | - |
| Total | 224 | 22 | (224) | 22 |

| Descrição | Saldo em | | | 2024 |
|------------------------|----------|------------|--------------|------------|
| | 2023 | Provisões | Reversões | |
| Processos cíveis | - | 105 | (53) | 52 |
| Processos trabalhistas | - | 565 | (393) | 172 |
| Total | - | 670 | (446) | 224 |

Processos judiciais não provisionados: Em 31 de dezembro de 2025, o passivo contingente, estimado para o processo judicial cuja probabilidade de perda é considerada possível, é apresentado a seguir:

| | 2025 | 2024 |
|----------------------|--------------|------------|
| Processo cível | 344 | 85 |
| Processo trabalhista | 1.947 | 268 |
| Total | 2.291 | 353 |

A Companhia é parte em processos cíveis em que é discutido o pedido de indenização por danos morais e indenização no montante de R\$ 344 mil e de processos trabalhistas no total de R\$1.947 mil. De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2025, não existindo processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento, mas a avaliação da Companhia é que não existam passivos adicionais que devam ser considerados em suas demonstrações contábeis. **17. Patrimônio líquido:** **17.1. Capital social subscrito e integralizado:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 22.400, representado por 22.400.000 de ações de valor nominal R\$1.00 (um real) cada, composto da seguinte forma:

| | Ações | Valor | (%) |
|-----------------------------------------------|-------------------|---------------|---------------|
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 22.400.000 | 22.400 | 100,00 |
| Total | 22.400.000 | 22.400 | 100,00 |

Integralização de capital: Em 29 de janeiro de 2024, conforme ata de assembleia geral extraordinária, foi deliberado o aumento de capital da Companhia de R\$19.300 para R\$ 22.400, portanto um aumento de R\$ 3.100, representando 3.100.000 ações ordinárias nominativas, que foi integralizado por meio de um adiantamento para futuro aumento de capital. **Cessão de ações:** Em 12 de fevereiro de 2025, conforme ata de assembleia geral extraordinária, foi deliberado o reconhecimento da Companhia como subordinária integral da Livepark Entretenimento e Participações Ltda, que passou a deter 100% do capital da Companhia. **17.2. Adiantamento para futuro aumento de capital:** No decorrer do exercício, a Companhia devolveu determinados adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 5.716, em razão de alterações no planejamento financeiro decorrentes da reestruturação societária e previamente aprovada pelo acionista da Companhia. O montante de R\$11.214 será integralizado ao longo do exercício de 2026, conforme demonstrado a seguir:

| | Data adiantamento | Total apor-tes | Saldo em 2025 |
|-----------------------------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 11/04/24 | 1.500 | 84 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 04/06/24 | 300 | 300 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 21/06/24 | 1.000 | 1.000 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 04/07/24 | 560 | 560 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 18/07/24 | 850 | 850 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 21/08/24 | 895 | 895 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 10/09/24 | 577 | 577 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 24/10/24 | 1.232 | 1.232 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 05/11/24 | 500 | 500 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 14/11/24 | 733 | 733 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 21/11/24 | 1.080 | 1.080 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 21/11/24 | 147 | 147 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 20/12/24 | 805 | 805 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 23/12/24 | 1.752 | 1.752 |
| Livepark Entretenimento e Participações Ltda. | 26/12/24 | 699 | 699 |
| Total geral | | 12.630 | 11.214 |

17.3. Reserva legal: Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não constituiu reserva legal, em função dos prejuízos acumulados que estão sendo absorvidos. **17.4. Distribuição de dividendos:** Em 31 de dezembro de 2025, não houve a distribuição de lucros em função dos prejuízos acumulados. **18. Receita operacional líquida:**

| | 2025 | 2024 |
|-------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Receita Parque Villa Lobos | | |
| Locação de uso de espaço | 33.250 | 26.269 |
| Cessão de direito de uso estacionamento - (a) | 9.969 | 4.359 |
| Cessão de direito de uso de espaço Bikego - (b) | 550 | 300 |
| Receita de patrocínios | 7.537 | 2.601 |
| Subtotal | 51.306 | 33.529 |
| Receita Parque da Água Branca | | |
| Locação de uso de espaço | 4.113 | 1.943 |
| Locação do estacionamento | 588 | 502 |
| Cessão de direito de uso estacionamento - (c) | 117 | 117 |
| Receita de patrocínios | 482 | 452 |
| Subtotal | 5.300 | 2.897 |
| (-) Impostos sobre as receitas | (5.218) | (3.366) |
| Subtotal | (5.218) | (3.366) |
| Total | 51.388 | 33.060 |

(a) No período de janeiro a dezembro de 2025 foi realizado o registro do Rol médio no montante de R\$ 4.969, no qual o montante de R\$ 4.319 tinha sido recebido e o valor de R\$ 650 mil estava registrado no contas a receber da Companhia (no exercício de 2024 foi registrado o montante de R\$ 2.659 do Rol médio). Adicionalmente, foi registrada, em 2025, uma receita incremental junto à PB Administradora, no montante de R\$ 3.300, em decorrência da revisão contratual realizada para ajustar os valores de repasse pela utilização do espaço do estacionamento. Por fim, houve também o reconhecimento da receita com a cessão de uso de espaço do estacionamento do Parque Villa Lobos, conforme letra (a) da Nota Explicativa nº 14.1; (b) Refere-se ao reconhecimento da receita com a cessão de uso de espaço da Bikego, conforme letra (b) da Nota Explicativa nº 14.1. (c) Refere-se ao reconhecimento da receita com a cessão de uso de espaço da Professional Park, conforme letra (c) da Nota Explicativa nº 14.1. **19. Custo dos serviços prestados:**

| | 2025 | 2024 |
|----------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Custo com serviços prestados por terceiros | (16.883) | (17.400) |
| Custos com pessoal | (5.192) | (4.411) |
| Energia elétrica e água e esgoto | (3.054) | (2.840) |
| Amortização de outorga onerosa | (2.252) | (2.252) |
| Depreciação e amortização | (523) | (407) |
| Repasso de outorga variável e ônus de fiscalização | (2.042) | (1.113) |
| Custos de Insumos | (934) | (1.377) |
| Outros custos | (1.124) | (964) |
| Total | (32.004) | (30.764) |

20. Despesas comerciais, gerais e administrativas:

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------------------------------|----------------|----------------|
| Despesas com serviços prestados por terceiros | (5.354) | (3.638) |
| Despesas com pessoal | (1.139) | (1.100) |
| Despesas gerais e Administrativas | (1.064) | (127) |
| Energia elétrica e água e esgoto | (297) | (259) |
| Despesas com seguros | (285) | (114) |
| Despesas com Internet | (131) | (113) |
| Perdas no recebimento de créditos (a) | (119) | - |
| Provisão para demandas judiciais (b) | 202 | (224) |
| Despesas comerciais | (87) | (73) |
| Total | (8.274) | (5.648) |

(a) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a baixa efetiva de títulos do contas a receber no montante de R\$119, em razão da inexistência de expectativa da recuperação dos respectivos valores, conforme avaliação de recuperabilidade efetuada pela administração; (b) No exercício de 2025 foi realizada a reversão da provisão para demanda judicial cível e trabalhista; **21. Resultado financeiro:**

| | 2025 | 2024 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 311 | 118 |
| Outras receitas financeiras | 176 | 62 |
| Total | 487 | 180 |
| Despesas financeiras | | |
| Juros sobre empréstimos | (8.471) | (5.034) |
| Despesas bancárias - (a) | (120) | (860) |
| Outras despesas financeiras | (195) | (196) |
| Total | (8.786) | (6.090) |
| Resultado financeiro líquido | (8.299) | (5.910) |

(a) Na linha de despesas bancárias consta o montante de R\$ 760 referente as comissões pagas para estruturação e captação da nota comercial de nº 2 realizada durante o exercício de 2024. **22. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável/ajustado, acrescida do adicional de 10%, sendo feito as devidas deduções permitidas pelo regulamento do imposto de renda. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

| | 2025 | 2024 |
|----------------------------------------------------------------|--------------|----------------|
| Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL | 2.811 | (9.262) |
| (+) Adições (i) | 1.689 | 450 |
| (-) Exclusões (i) | (690) | - |
| Base de cálculo antes da compensação do prejuízo fiscal | 3.810 | (8.812) |
| (-) Compensação de 30% do prejuízo fiscal si lucro real | (1.143) | - |
| Base de cálculo do IRPJ e CSLL | 2.667 | (883) |

(i) As adições/exclusões referem-se, a provisões/reversões de contas a pagar com fornecedores, com concessionária de energia elétrica e água e esgoto. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não realizou o registro do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Tal fato deve-se devido a Administração da Companhia entender que devido ao estágio atual da Companhia e em função da posição conservadora em relação as projeções de resultado futuro, contudo, o reconhecimento será avaliado nos próximos períodos. **23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nas datas dos balanços. A Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em contrapartida àquelas vigentes no mercado. As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os respectivos efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue: **Risco de crédito:** Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito. **Riscos de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para Administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas pós-fixadas ao CDI, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. **Operações com instrumentos derivativos:** A Companhia não efetuou operações com caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2025 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos. **Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1), a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de suas posições de risco apuradas em 31 de dezembro de 2025. Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia relacionados a riscos relevantes são representados por aplicações financeiras e empréstimos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2025. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **Ativos financeiros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 14,90% para o período de doze meses, foi definido como cenário provável (cenário I). A partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário:

| | Posição em 2025 | Risco | Cenário provável | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
|------------------------------------|-----------------|-------|------------------|------------|------------|-------------|
| Aplicações financeiras | 5 | 2.962 | Redução do CDI | 14,90% | 11,17% | 7,45% |
| Receita Financeira estimada | | | | 441 | 331 | 221 |

b) Passivos financeiros: Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigente nesta data, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2025 e a partir deste foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2025. A data-base utilizada para os empréstimos foi de 31 de dezembro de 2025, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário.

| | Posição em 2025 | Risco | Cenário provável | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
|------------------------------------|-----------------|--------|------------------|--------------|--------------|---------------|
| Empréstimos | 9 | 52.503 | Aumento CDI | 14,90% | 18,63% | 26,08% |
| Despesa financeira estimada | | | | 7.823 | 9.781 | 13.693 |

23.1. Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos, contas a pagar,

e concessão de serviço público.

| | Valor | 2025 | Custo | Total |
|---------------------------------|-------|--------------|---------------|---------------|
| Instrumentos financeiros | | | | |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2 | 4.762 | - | 4.762 |
| Contas a receber | 2 | 4.417 | - | 4.417 |
| Total do ativo | | 9.179 | | 9.179 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Fornecedores | 3 | - | 1.982 | 1.982 |
| Empréstimos | 2 | - | 52.503 | 52.503 |
| Concessão de serviços públicos | 3 | - | 204 | 204 |
| Outras contas a pagar | 3 | - | 2.082 | 2.082 |
| Total do passivo | | | 56.771 | 56.771 |

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos: Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços; Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balanço), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo; **Contas a receber:** as contas a receber são avaliadas pelo valor de realização e, quando aplicável, são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa; **Fornecedores e partes relacionadas:** apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado; **Empréstimos:** os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses

Associação de Educação e Cultura

CNPJ/MF nº 62.410.238/0001-42

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais). Table with columns for Ativo, Passivo, and Balancos Patrimoniais for 2025 and 2024.

Demonstrações do Superávit ou Déficit para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais). Table with columns for Receita Operacional Bruta, Despesas Operacionais, Resultado Operacional Bruto, Despesas Operacionais, Resultado Operacional Líquido, and Superávit/Déficit do Exercício.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais). Table with columns for Saldo Inicial, Mutações Ocorridas, Saldo Final, and Superávit/Déficit do Exercício.

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

1. Contexto Operacional - A Associação de Educação e Cultura situada na Rua Dona Elisa de Moraes Mendes, 39, Vila Madalena - São Paulo-SP, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter religioso, filantrópico, educacional, cultural e de assistência social...

Dados de alunos e bolsistas no último mês do período imediatamente anterior (art. 52, § 1º, do Decreto 11.791/2023). Table with columns for Educação Básica (Não Profissional, Profissional) and Profissional (Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Curso Normal em ensino médio).

Dados de alunos e bolsistas no período ATUAL (em análise). Table with columns for Educação Básica (Não Profissional, Profissional) and Profissional (Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Curso Normal em ensino médio).

continua ...

PUBLICIDADE LEGAL

| Associação de Educação e Cultura | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------|------------------------------|----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|----------|------------------------------|
| Dados de alunos e bolsistas no período ATUAL (em análise) | | Educação Básica | | | | | | | Total | |
| | | Não Profissional | | | | Profissional | | | | |
| | | Educação Infantil (Creche/Pré-Escola) | Ensino Fundamental | Ensino Médio (não profissional) | Educação de Jovens e Adultos | Educação Profissional Técnica de Nível Médio | Articulada integrada | Articulada concomitante (matricula ensino médio regular) | | Curso Normal em ensino médio |
| Demais bolsas integrais, concedidas a alunos sem deficiência que atendem ao critério socioeconômico da LC 187/2021 | | Trabalhadores e dependentes | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bolsas parciais de 50%, concedidas a alunos que atendem ao critério socioeconômico da LC 187/2021 | | Trabalhadores e dependentes | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | | Demais (universalidade) | 12 | 114 | 40 | - | - | - | - | 166 |
| | | Demais (universalidade) | - | 1 | 4 | - | - | - | - | 5 |
| Benefícios complementares * | | Valores em R\$ | | | | | | | | Subtotal |
| Transporte Escolar | | R\$ 0,00 | R\$ 35.027,80 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 35.027,80 |
| Uniforme | | R\$ 0,00 | R\$ 126.024,81 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 126.024,81 |
| Material Didático | | R\$ 0,00 | R\$ 201.984,17 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 201.984,17 |
| Moradia | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Alimentação | | R\$ 0,00 | R\$ 160.834,76 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 160.834,76 |
| Demais benefícios do tipo 1, destinado exclusivamente a aluno | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Benefícios do tipo 2, destinado a alunos e seu grupo familiar | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Benefícios do tipo 3, de ampliação de jornada a aluno da escola pública | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Valor recebido de contrapartida em função dos benefícios de tipo 3 | | R\$ 0,00 | | | | | | | | R\$ 0,00 |
| Total despendido com benefícios (valor médio mensal) | | | | | | | | | | R\$ 43.655,96 |
| * Valores anuais. Observação: Os benefícios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade articulada integrada e os do Curso Normal em Nível Médio são divididos com a Educação Profissional | | | | | | | | | | |
| Apuração dos Requisitos | | | | | | | | | | |
| Bolsas integrais a serem concedidas | | | | | | | | | | |
| Bolsas integrais concedidas, considerados os pesos das bolsas | | Universalidade | Subtotal | | | | | | | 94 |
| | | Trabalhadores e dependentes | Subtotal | | | | | | | 166 |
| | | Limite de 20% (em relação ao total de bolsas integrais consideradas) | | | | | | | | 41,5 |
| | | Total considerado: | | | | | | | | 166 |
| Bolsas parciais de 50% concedidas | | Universalidade | Subtotal | | | | | | | 5 |
| | | Trabalhadores e dependentes | Subtotal | | | | | | | 1,25 |
| | | Limite de 20% (em relação ao total de bolsas parciais consideradas) | | | | | | | | 5 |
| | | Total considerado: | | | | | | | | 6,25 |
| Total de bolsas de estudo concedidas (integrais e parciais), resguardadas as proporções | | | | | | | | | | 169 |
| Conversão de benefícios em bolsas | | Valor médio mensal das bolsas | | | | | | | | R\$ 5.240,04 |
| | | Valor médio mensal despendido com benefícios | | | | | | | | R\$ 43.655,96 |
| | | Benefícios | Subtotal | | | | | | | 8,331233746 |
| | | Convertidos | Limite de 25% (em relação ao total de bolsas equivalentes devidas) | | | | | | | 42 |
| | | Total de bolsas considerado: | | | | | | | | 8,331233746 |
| Bolsas equivalentes a serem concedidas | | | | | | | | | | |
| Total de bolsas equivalentes concedidas: integrais e parciais, resguardadas as proporções, mais benefícios | | | | | | | | | | 177,3312337 |
| Eva Leite Prado – Presidente CPF nº 111.684.550-49 | | | Rosa Maria Barboza – Tesoureira CPF 342.061.246-04 | | | | Rubens Batista da Conceição – Contador – 1SP 292.789/0-6 CPF nº 212.504.148-06 | | | |

12. Aplicação 1 X 9:

| Educação Básica | Alunos Matriculados * | Alunos Pagantes ** | Exigência - Lei *** | Bolsas Concedidas **** |
|-----------------|-----------------------|--------------------|---------------------|------------------------|
| Ano 2024 | 990 | 783 | 79 | 160 |
| Ano 2025 | 1052 | 839 | 84 | 168 |

* Alunos matriculados em sua totalidade inclusive alunos com gratuidade 100%.
 ** Total de alunos desconsiderando os alunos com gratuidade integral, por convenção coletiva e outras bolsas institucionais.
 *** Total de alunos pagantes aplicando o critério 1/9.
 **** Total de bolsas integrais conforme o critério da lei. Obs.: Conforme demonstrado no quadro acima a quantidade de bolsas concedidas excede a exigência da lei.

13. Donativos e Contribuições – A Associação recebe doações em dinheiro e de bens imóveis de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas. A Associação recebeu as seguintes doações e contribuições:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|------------------------------|------------|------------|
| Doações de Pessoas Físicas | - | - |
| Doações de Pessoas Jurídicas | - | - |
| Total | - | - |

14. Gerenciamento de Risco Financeiro – A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos e adota uma política de gerenciamento dos seus riscos, que considera a adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições das suas atividades estejam livres de risco real: **Estrutura do Gerenciamento de Risco** – As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos e oportunidades que afetam a criação ou preservação do Instituto, bem como são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação. O gerenciamento de risco é um processo que envolve todos os níveis da Associação, aplicado desde o estabelecimento das estratégias, direcionadas a identificar eventos em potencial que podem vir a afetá-las, até a administração dos riscos de modo a mantê-los compatíveis ao apetite a risco da Associação. Em função das características e da forma de atividades, bem como da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, a Associação está sujeita aos fatores de: a) Risco de Crédito – O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Associação a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito da Associação é atribuído ao seu – Contas a Receber e, para reduzir esse risco é feito acompanhamento constante da análise de crédito e da constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, são constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Associação para a cobertura de eventuais perdas com a realização. b) Risco de Mercado – O risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e Fundos de Renda Fixa. c) Risco de Liquidez – O risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Este risco é eliminado, uma vez que a Associação possui uma estrutura e capital já equalizada.

15. Despesa Exercício Seguinte – Este grupo é composto pelos seguros (veículos e imóveis) contratados de 2025 cujo período de vigência beneficiará o exercício seguinte, e estão representadas pelo seu valor nominal em saldo a ser realizado em 2025 no montante de R\$ 6.293,01.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

não contém ressalva em decorrência desse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

Padrão Auditoria S.S.
 CRC-2SP 016.650/0-7 O.C.B. nº 1.054/1
Yukio Funada – Contador CRC-1SP 043.351/0-8

Gante SP Participações S.A.
 CNPJ/ME nº 19.065.641/0001-52 - NIRE 35.300.463.471
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: 17/04/2026, às 10h30min, na sede da Companhia **Mesa: Renata Alves de Paula**, (RG) nº 18.629.373-2 SSP/SP, (CPF/ME) nº 135.892.278-00, - **Presidente**, e **José Augusto Alves de Paula**, (RG) nº 18.283.875-4 SSP/SP, (CPF/ME) nº 129.719.738-08, **Secretário**. **Deliberações:** (i) o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025, cuja publicação em jornal de grande circulação foi feita na forma da lei e anexada a esta ata, permanecendo as cópias à disposição dos Acionistas na sede da Companhia; (ii) a reeleição dos atuais Diretores, sendo confirmados a Sra. **Renata Alves de Paula** para o cargo de **Diretora Presidente**, e o Sr. **José Augusto Alves de Paula** para o cargo de **Diretor Vice Presidente**, ambos acima qualificados. Os Diretores reeleitos neste ato são confirmados para um novo mandato de 3 (três) anos, e permanecerão em seus cargos até a convocação da Assembleia Geral Ordinária que eleger novos Diretores. Os Diretores ora reeleitos, declaram que não estão impedidos para exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, que não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; (iii) a redução de capital social da Companhia, nos termos da Ordem do Dia, mediante o cancelamento de 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) ações nominativas sem valor nominal pertencentes à Acionista **Renata Alves de Paula**, já qualificada, que serão canceladas, totalizando uma redução no montante de R\$ 7.500.000,00, passando assim o capital social dos atuais **R\$ 27.292.997,00** para **R\$ 19.792.997,00**. Os Acionistas desde já autorizam a Diretoria a proceder aos atos necessários para operacionalizar a redução aqui aprovada, lançando o cancelamento das ações em livro próprio e respeitando-se a necessidade de publicação prévia nos termos da Lei. Desse modo, fica autorizada a publicação do extrato desta ata, autorizando os acionistas desde já, que se dê de forma sumária, para que sejam observadas as obrigações legais e publicado nos jornais de praxe, formalizando a operação aqui refletida. Após o cumprimento das obrigações legais, o valor de R\$ 7.500.000,00 correspondente à redução de capital ora operada, será integralmente restituído à Acionista **Renata Alves de Paula**, já qualificada (artigo 174 da Lei 6.404/76 - Lei das S/A); e (iv) a alteração da redação em vista da redução do capital social, do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando a ser redigido da seguinte forma: **Artigo 5º. O capital social é de R\$ 19.792.997,00, dividido em 19.792.997 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.** Lavratura e Lettura da Ata: FNada mais. São Paulo, 17/04/2026.

G.P.A Empreendimentos e Participações RR S.A.
 CNPJ/MF nº 29.044.163/0001-58

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

| Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 | | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | |
|------------------------------------------------------------|------------------|-------------------------------------------------|------------|
| Ativo | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2024 |
| Circulante | 3.392.400 | 522 | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.545 | 522 | |
| Contas a Receber | 3.390.855 | - | |
| Não Circulante | 4.902.424 | 5.556.414 | |
| Realizável a Longo Prazo | - | 3.951.956 | |
| Investimentos | 4.902.424 | 1.604.458 | |
| Intangível | - | - | |
| Total do Ativo | 8.294.824 | 5.556.936 | |
| Passivo + Patrimônio Líquido | 8.294.824 | 5.556.936 | |
| Circulante | 2.680.307 | 6.788 | |
| Impostos e contribuições | 1.337 | 1.024 | |
| Contas a pagar | 2.678.969 | 5.764 | |
| Não Circulante | 5.327.883 | 5.328.694 | |
| Impostos e contribuições | - | - | |
| Contas a pagar | 5.327.883 | 5.328.694 | |
| Patrimônio Líquido | 286.635 | 221.454 | |
| Capital Social | 1.498.860 | 1.498.860 | |
| Resultados Acumulados | (1.212.225) | (1.277.406) | |
| Total do Passivo + PL | 8.294.824 | 5.556.936 | |
| Demonstração do Resultado do Exercício | | | |
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | |
| Receita operacional líquida | - | - | |
| (-) Custos operacionais | (45.265) | (40.666) | |
| Resultado operacional bruto | (40.666) | (45.265) | |
| (+/-) Receitas/Despesas operacionais: | 112.602 | (183.948) | |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | (224.614) | 67.337 | |
| Receitas financeiras | - | - | |
| (-) Despesas financeiras | (2.157) | (2.225) | |
| Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL | 65.180 | (226.839) | |
| (-) Imposto de renda e contribuição social | - | - | |
| Resultado líquido do exercício | (226.839) | 65.180 | |

Notas Explicativas da Administração

1) Do Contexto: A G.P.A Empreendimentos e Participações RR S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Holdings de instituições não-financeiras com início de atividades em 10/11/2017. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Diretoria: Milena Braga Romano – Diretora Presidente
 Assis Martins Moreira – Contador CRC 1SP 259.100/0-4

PUBLICIDADE LEGAL

Green Energy SPE S.A.

CNPJ/MF nº 56.986.740/0001-01

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.

| Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais) | | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|----------------------------------------------------------------------|--|-------------------|--------------|------------|--|
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | 383.031 | 1.000 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 112.431 | 1.000 | | |
| Contas a Receber | | 270.601 | | | |
| Não Circulante | | 50.560.176 | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | 1.683 | | | |
| Imobilizado | | 50.532.692 | | | |
| Intangível | | 25.800 | | | |
| Total do Ativo | | 50.943.207 | 1.000 | | |
| Passivo + Patrimônio Líquido | | 50.943.207 | 1.000 | | |
| Circulante | | 50.531.732 | | | |
| Impostos e contribuições | | 1.070 | | | |
| Contas a pagar | | 50.530.662 | | | |
| Não Circulante | | | | | |
| Impostos e contribuições | | | | | |
| Contas a pagar | | | | | |
| Patrimônio Líquido | | 411.474 | 1.000 | | |
| Capital Social | | 1.000 | 1.000 | | |
| Prejuízos Acumulados | | (555.296) | | | |
| Adiantamento p/ Fut. Aum. Capital | | 965.770 | | | |
| Total do Passivo + PL | | 50.943.207 | 1.000 | | |

| Demonstração do Resultado do Exercício | | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|------------------------------------------------------------|--|------------------|--|------------|--|
| Receita operacional líquida | | | | | |
| (-) Custos operacionais | | (553.577) | | | |
| Resultado operacional bruto | | (553.577) | | | |
| (-) Receitas/Despesas operacionais | | | | | |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | | (553.577) | | | |
| Receitas financeiras | | 34 | | | |
| (-) Despesas financeiras | | (1.753) | | | |
| Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL | | (555.296) | | | |
| (-) Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| Resultado líquido do exercício | | (555.296) | | | |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | |
|-------------------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|----------------|
| | Capital Social | Capital a Integralizar | Prejuízos Acumulados | Total |
| Saldos em 31/12/2023 | - | - | - | - |
| Prejuízo do exercício | | | | |
| Saldos em 31/12/2024 | 1.000 | | | 1.000 |
| Prejuízo do exercício | 299.999.000 | (299.033.230) | (555.296) | 410.474 |
| Saldos em 31/12/2025 | 300.000.000 | (299.033.230) | (555.296) | 411.474 |

| Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto | | | |
|------------------------------------------------------------|------------|-------------------|--------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | | 49.707.485 | - |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos | | (50.561.824) | - |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos | | 965.770 | 1.000 |
| Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa | | 111.431 | 1.000 |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período | | 1.000 | - |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período | | 112.431 | 1.000 |
| Varição das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes | | 111.431 | 1.000 |

Notas Explicativas da Administração

1. Do Contexto: Green Energy S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Locação de Automóveis sem condutor com início de atividades em 22/08/2024. **2. Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2025

Diretoria: Edinaldo da Silva Carvalho - Diretor Presidente
Wesley Francisco do Nascimento - Contador CRC 1SP 353.863/0-8

Haia Serviços Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 23.733.780/0001-84

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.

| Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais) | | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|----------------------------------------------------------------------|--|------------------|-------------------|------------|--|
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | 3.022.728 | 32.154.222 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 12.835 | 31.387.566 | | |
| Contas a Receber | | 3.009.893 | 766.656 | | |
| Não Circulante | | 30.646 | 29.596 | | |
| Investimentos | | 30.372 | 29.139 | | |
| Imobilizado | | 274 | 457 | | |
| Intangível | | | | | |
| Total do Ativo | | 3.053.374 | 32.183.818 | | |
| Passivo + Patrimônio Líquido | | 3.053.374 | 32.183.818 | | |
| Circulante | | 148.453 | 51.378 | | |
| Impostos e contribuições | | 81.187 | 37.999 | | |
| Contas a pagar | | 67.267 | 13.379 | | |
| Não Circulante | | 106.000 | 31.491.160 | | |
| Impostos e contribuições | | | | | |
| Contas a pagar | | 106.000 | 31.491.160 | | |
| Patrimônio Líquido | | 2.798.921 | 641.280 | | |
| Capital Social | | 10.000 | 10.000 | | |
| Reserva de Lucros | | 2.788.921 | 631.280 | | |
| Total do Passivo + PL | | 3.053.374 | 32.183.818 | | |

| Demonstração do Resultado do Exercício | | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|------------------------------------------------------------|--|------------------|----------------|------------|--|
| Receita operacional líquida | | 673.095 | 838.493 | | |
| (-) Custos operacionais | | (246.898) | (346.092) | | |
| Resultado operacional bruto | | 426.197 | 492.401 | | |
| (+/-) Receitas/Despesas operacionais: | | (194.376) | (157.265) | | |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | | 231.821 | 335.136 | | |
| Receitas financeiras | | 3.016.881 | 7.230 | | |
| (-) Despesas financeiras | | (11.702) | (8.349) | | |
| Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL | | 3.236.999 | 334.017 | | |
| (-) Imposto de renda e contribuição social | | (1.079.358) | (76.354) | | |
| Resultado líquido do exercício | | 2.157.641 | 257.663 | | |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | |
|-------------------------------------------------|----------------|-------------------|------------------|
| | Capital Social | Reserva de Lucros | Total |
| Saldos em 31/12/2023 | 10.000 | 373.617 | 383.617 |
| Lucro do exercício | | 257.663 | 257.663 |
| Saldos em 31/12/2024 | 10.000 | 631.280 | 641.280 |
| Lucro do exercício | | 2.157.641 | 2.157.641 |
| Saldos em 31/12/2025 | 10.000 | 2.788.921 | 2.798.921 |

| Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto | | | |
|------------------------------------------------------------|------------|---------------------|-------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | | (30.928.511) | (156.177) |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos | | (1.233) | 9.800 |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos | | | - 19.082.816 |
| Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa | | (30.929.744) | 18.936.439 |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período | | 31.387.566 | 12.451.125 |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período | | 457.822 | 31.387.564 |
| Varição das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes | | (30.929.744) | 18.936.439 |

Notas Explicativas da Administração

1) Do Contexto: A Haia Serviços Financeiros S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Holdings de instituições não-financeiras, Atividades de cobranças e informações cadastrais, Serviços combinados de escritório e apoio administrativo com início de atividades em 25/11/2015. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2025

Kedman Silva de Oliveira - Diretora Presidente
Eliane Rodrigues Silva - Vice-Presidente
Assis Martins Moreira - Contador CRC 1SP259100/0-4

Ikatu Administração e Participações S/A

CNPJ/MF nº 25.268.211/0001-30

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.

| Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em reais) | | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|----------------------------------------------------------|--|--------------------|--------------------|------------|--|
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | 282 | 1.651 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 9 | 9 | | |
| Aplicações de Liquidez imediata | | 273 | 1.642 | | |
| Não Circulante | | 202.751.043 | 166.963.372 | | |
| Compromissos Contratuais a Receber | | 131.720.465 | 131.385.866 | | |
| Participações Societárias | | 71.030.579 | 35.577.506 | | |
| Total do Ativo | | 202.751.326 | 166.965.023 | | |
| Passivo + Patrimônio Líquido | | 202.751.326 | 166.965.023 | | |
| Circulante | | 16.152.829 | 29.080.611 | | |
| Fornecedores | | | | | |
| Impostos e contribuições | | 63 | 63 | | |
| Obrigações Trabalhistas | | 3.619 | 3.389 | | |
| Títulos a Pagar | | 16.149.147 | 29.077.159 | | |
| Não Circulante | | 110.306.796 | 96.897.660 | | |
| Empréstimos e Financiamentos | | 110.306.796 | 96.897.660 | | |
| Títulos a Pagar | | | | | |
| Patrimônio Líquido | | 76.291.701 | 40.986.752 | | |
| Capital Social | | 1.500 | 1.500 | | |
| Adiantamento p/ Aumento de Capital | | 6.762.000 | 6.762.000 | | |
| Reserva de Lucros | | 6.730.330 | 6.878.453 | | |
| Outros Resultados Abrangentes | | 62.797.871 | 27.344.799 | | |
| Total do Passivo + PL | | 202.751.326 | 166.965.023 | | |

| Demonstração do Resultado do Exercício (Em reais) | | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|-----------------------------------------------------------|--|------------------|-----------------|------------|--|
| Receita operacional líquida | | | | | |
| (-) Custos operacionais | | (7.286) | (1.694) | | |
| Lucro operacional bruto | | (7.286) | (1.694) | | |
| (+/-) Receitas/Despesas operacionais: | | | | | |
| (-) Despesas Administrativas | | (139.089) | (92.895) | | |
| Prejuízo operacional antes do resultado financeiro | | (146.375) | (94.589) | | |
| Receitas financeiras | | 124 | | | |
| (-) Despesas financeiras | | (1.872) | (1.760) | | |
| Prejuízo antes da provisão para o Irlpj e Csl | | (148.123) | (96.349) | | |
| (-) Imposto de renda e contribuição social diferido | | | | | |
| Prejuízo do exercício | | (148.123) | (96.349) | | |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em reais) | | | |
|------------------------------------------------------------|--------------|------------------|-------------------|
| | Adiantamento | Prejuízos | Total |
| Saldos em 31/12/2024 | 1.500 | 6.762.000 | 34.319.601 |
| Aumento de Capital Social | | | (96.349) |
| Prejuízo do exercício | | 35.356.724 | (148.124) |
| Saldos em 31/12/2025 | 1.500 | 6.762.000 | 69.676.325 |

| Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto (Em reais) | | | |
|-------------------------------------------------------------|------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | | (35.601.195) | (382.553) |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos | | 35.453.072 | 286.203 |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras | | 146.755 | 90.471 |
| Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa | | (1.368) | (5.879) |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período | | 1.651 | 7.530 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período | | 283 | 1.651 |
| Varição das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes | | (1.368) | (5.879) |

Notas Explicativas da Administração

1) Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal: Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding), com início de atividades em 22/07/2016.

2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Diretoria

Eliane Rodrigues Silva - Diretora

Maria Benedita Barbosa Rocha - Diretora

Nelson Corrêa Cabral - TC 1SP 068.009/0-8

Grand Point Comércio de Veículos Ltda.

CNPJ nº 01.291.387/0001-45

Demonstrações Financeiras Referentes Aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2024 e 2025 - (Valores expressos milhares de Reais)

| Balanço Patrimonial - Consolidado | | | | | |
|-----------------------------------|--------------|--------------|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Ativo Circulante | 2024 | 2025 | Passivo Circulante | 2024 | 2025 |
| Disponível | 4.232 | 1.556 | Fornecedores | 13.566 | 17.568 |
| Aplicações Financeiras | 465 | 303 | Adiantamentos de Clientes | 8.803 | 7.326 |
| Cartões de Crédito a receber | 4.247 | 9.624 | Floor Plan à Pagar | 131.239 | 104.749 |
| Contas a receber | 10.720 | 14.244 | Empréstimos e Financiamentos | 16.533 | 17.511 |
| Estoques Veículos Novos | 129.738 | 105.496 | Obrigações trabalhistas e tributárias | 5.348 | 5.223 |
| Estoques Veículos Usados | 40.184 | 35.054 | Impostos à Pagar | 4.647 | 1.827 |
| Estoques Peças | 9.160 | 9.312 | Outras Contas à pagar | 6.274 | 6.486 |
| Impostos à Compensar | 63 | 216 | Coligadas | 0 | 2.561 |
| Adiantamentos e Outros Créditos | 4.050 | 2.196 | Passivo não-circulante | 186.409 | 163.250 |
| Coligadas | 8 | 1 | Arrendamentos Aluguéis | 16.134 | 9.546 |
| Ativo não-circulante | 8.084 | 8.071 | Outras Obrigações de Longo Prazo | 893 | 674 |
| Depósitos Judiciais | 8.084 | 8.071 | Empréstimos e Financiamentos | 9.799 | 21.632 |
| Investimentos | | | Patrimônio líquido | | |
| Imobilizado | 36.712 | 44.493 | Capital social | 5.000 | 5.000 |
| Intangível | 11 | 8 | Reservas | 43.459 | 43.459 |
| Intangível Arrendamento | 19.349 | 13.730 | Lucros/Prejuízos acumulados | 2.877 | |

Uzinhas Químicas Brasileiras S.A.

CNPJ nº 50.380.674/0001-37

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em Milhares de Reais)

| Balço Patrimonial | | | | Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|--------------------------------------------------|----------------|---------------|-------------------|---------------------------------|-------------------------------|------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------|------|
| Ativo | Controladora | | Consolidado | | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Outros Resultados Abrangentes | Lucros/Prejuízo do Exercício | Participação de Acionista não Controladores | Total do Patrimônio Líquido | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | | | | | | | | 2025 |
| Circulante | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.198 | 4.958 | 19.715 | 21.660 | | | | | | | | | |
| Contas a receber | 36.715 | 22.165 | 99.509 | 79.517 | | | | | | | | | |
| Estoques | 38.744 | 34.847 | 44.443 | 38.138 | | | | | | | | | |
| Adiantamentos | 4.209 | 1.571 | 4.883 | 218 | | | | | | | | | |
| Impostos e contribuições a recuperar | 641 | 522 | 1.220 | 1.081 | | | | | | | | | |
| Dividendos a receber | 29.016 | 18.162 | - | - | | | | | | | | | |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 65 | 3.757 | 65 | 3.757 | | | | | | | | | |
| Outros créditos | 210 | 63 | 240 | 100 | | | | | | | | | |
| Total do ativo circulante | 112.798 | 86.044 | 170.075 | 144.471 | | | | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | | | | | | | | |
| Aplicações Financeiras | 1.948 | 1.815 | 1.948 | 1.815 | | | | | | | | | |
| Outros créditos | 488 | 474 | 1.051 | 863 | | | | | | | | | |
| Total do ativo não circulante | 2.436 | 2.289 | 2.999 | 2.678 | | | | | | | | | |
| Total do ativo | 115.234 | 88.333 | 173.074 | 147.149 | | | | | | | | | |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 28.972 | 18.213 | 36.033 | 26.899 | | | | | | | | | |
| Arrendamentos a pagar | 2.661 | 2.891 | 2.944 | 3.314 | | | | | | | | | |
| Fornecedores | 12.128 | 12.305 | 15.843 | 15.885 | | | | | | | | | |
| Salários e encargos sociais a pagar | 4.568 | 4.120 | 6.908 | 6.133 | | | | | | | | | |
| Impostos e contribuições a recolher | 1.606 | 1.058 | 4.538 | 3.640 | | | | | | | | | |
| Adiantamento de clientes | 2.042 | 2.072 | 1.355 | 622 | | | | | | | | | |
| Dividendos a pagar | 5.003 | 3.495 | 4.087 | 4.918 | | | | | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2.454 | - | 2.459 | 664 | | | | | | | | | |
| Outras contas a pagar | 399 | 2.495 | 3.421 | 5.094 | | | | | | | | | |
| Total do passivo circulante | 59.833 | 46.648 | 77.588 | 67.170 | | | | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 78.554 | 68.449 | 95.056 | 85.064 | | | | | | | | | |
| Arrendamentos a pagar | 2.228 | 4.737 | 2.548 | 5.645 | | | | | | | | | |
| Outras contas a pagar | 4.409 | 4.246 | 4.409 | 4.246 | | | | | | | | | |
| Provisão para contingências | 1.981 | 1.773 | 1.981 | 1.773 | | | | | | | | | |
| Dividendos a Pagar | 8.795 | - | 11.461 | - | | | | | | | | | |
| Total do passivo não circulante | 95.967 | 79.206 | 115.455 | 96.728 | | | | | | | | | |
| Total do passivo | 155.800 | 125.854 | 193.043 | 163.898 | | | | | | | | | |
| Patrimônio líquido | | | | | | | | | | | | | |
| Capital social | 40.000 | 20.000 | 40.000 | 20.000 | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 4.720 | 4.000 | 4.720 | 4.000 | | | | | | | | | |
| Reserva de lucros | 29.333 | 49.516 | 29.333 | 49.516 | | | | | | | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 5.741 | 5.917 | 5.741 | 5.917 | | | | | | | | | |
| Outros resultados abrangentes | (105) | (103) | (105) | (103) | | | | | | | | | |
| Total do patrimônio líquido | 79.689 | 79.330 | 79.689 | 79.330 | | | | | | | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 235.489 | 205.184 | 278.733 | 248.995 | | | | | | | | | |

Sarfaty Empreendimentos S.A.
CNPJ nº 71.930.663/0001-53
Demonstrações Financeiras Referentes Aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2024 e 2025 - (Valores expressos milhares de Reais)

| Balço Patrimonial Consolidado | | Demonstração do Resultado | | | | |
|--------------------------------------------|---------------|---------------------------|---------------------------------------|----------------|----------------|--------------|
| Ativo Circulante | 2024 | | 2025 | | 2024 | 2025 |
| | Disponível | 112 | 109 | 7.891 | | |
| Aplicações Financeiras | 3.326 | 2.058 | (637) | (569) | (637) | (569) |
| Contas a receber | 98 | 92 | 7.254 | 6.635 | 7.254 | 6.635 |
| Impostos a compensar | 0 | 4 | Margem Bruta | 6.635 | 7.254 | 6.635 |
| Adiantamentos e Outros Créditos | 0 | 397 | Despesas Administrativas | (7.860) | (7.860) | (2.167) |
| Total do Ativo | 3.535 | 2.660 | Outras Receitas/Despesas e | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 61.731 | 63.871 | Equivalência | 15.788 | 11.592 | |
| Impostos à Pagar | 14.695 | 14.832 | Despesas Totais | 7.928 | 9.425 | |
| Total do Passivo | 76.427 | 78.703 | Margem Ebitda | 15.182 | 16.060 | |
| Patrimônio Líquido | 79.962 | 81.363 | Depreciação e Amortização | (131) | 0 | |
| Capital social | 4.350 | 12.350 | Receitas Financeiras | 42 | 118 | |
| Reservas | 870 | 70 | Juros Financeiros | (6.957) | (8.177) | |
| Lucros/Prejuízos acumulados | 10.756 | (7.181) | Resultado Financeiro | (6.915) | (8.059) | |
| Distribuição De Lucro | (17.965) | 0 | Lucro Líquido Antes do IR e CS | 8.136 | 8.001 | |
| Lucros/Prejuízos do exercício | 7.229 | 7.181 | IR e CS | (907) | (820) | |
| Total do Passivo | 79.962 | 81.363 | Lucro Líquido do Período | 7.229 | 7.181 | |
| Fluxo de Caixa Indireto Consolidado | | | Impostos Total | 19 | | |
| Atividades Operacionais | 2025 | 2024 | Adiantamentos e Outros Créditos | (397) | | |
| Lucro Líquido do Período | 7.181 | 7.181 | Caixa Líquido Consumido/Gerado | (1.368) | | |
| (+) Encargos sobre financiamentos | (8.177) | (8.177) | Atividades de Investimentos | | | |
| Resultado Líquido do Mês | (996) | (996) | Investimentos | (2.140) | | |
| Contas a receber | 6 | 6 | Imobilizado | (137) | | |
| | | | Caixa Líquido Consumido/Gerado | (2.277) | | |
| | | | Atividades de Financiamentos | | | |
| | | | Empréstimos partes Relacionadas | (6.331) | | |
| | | | Empréstimos e Financiamentos CP | 8.704 | | |
| | | | Caixa Líquido Consumido/Gerado | 2.374 | | |
| | | | Caixa no Início do Período | 3.438 | | |
| | | | Variação de Caixa no Período | (1.271) | | |
| | | | Caixa no Final do Período | 2.167 | | |

Andre Rodrigues Marques - Diretor Financeiro - CPF: 339.510.778-75
Claudio de Souza Almeida - Contador
CPF: 324.976.408-66 - CRC: 1SP313.288/0-0

Serendipity Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 54.727.100/0001-43

| Balço Patrimonial encerrado em 31/12/2025 | | Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2025 | |
|-------------------------------------------|-------------------|------------------------------------------------------|--------------------|
| Ativo | Saldo Atual | Descrição | Total |
| Ativo Circulante | | Receita Líquida | - |
| Disponível | 189,02D | Lucro Bruto | - |
| Caixa | 149,99D | Despesas Operacionais | (39.974,38) |
| Bancos Conta Movimento | 39,03D | Despesas Administrativas | |
| Total Ativo Circulante | 189,02D | Despesas com Pessoal | (28.800,00) |
| Passivo | | Impostos, Taxas e Contribuições | (1.626,68) |
| Passivo Circulante | | Despesas Gerais | (9.156,00) |
| Empréstimos e Financiamentos | 52.654,21C | Despesas Financeiras | (391,70) |
| Empréstimos | 52.654,21C | Resultado Operacional | (39.974,38) |
| Obrigações Trabalhista e Previdenciária | 620,00C | Resultado antes do IR e CSL | (39.974,38) |
| Obrigações Sociais | 620,00C | Prejuízo do Exercício | (39.974,38) |
| Total Passivo Circulante | 53.274,21C | | |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital Social | 150,00C | | |
| Capital Subscrito | 150,00C | | |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 53.235,19D | | |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 53.235,19D | | |
| Total Patrimônio Líquido | 53.085,19D | | |
| Total Passivo | 189,02C | | |

Carlos Eduardo de Andrade - CPF: 149.444.068-78
Atila Guimaraes CRC - SP nº 1SP 250.477/0-5

Opulência Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 52.538.872/0001-01

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

| Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 | | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | |
|---------------------------------------------|--------------------|-------------------------------------------------|----------------|----------------------|
| Ativo | 31/12/2025 | 31/12/2024 | Capital Social | Prejuízos Acumulados |
| Circulante | 11.553.714 | 5.880.849 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.097 | 849 | | |
| Contas a Receber | 11.550.616 | 5.880.000 | | |
| Não Circulante | 1.649 | 400 | | |
| Realizável a Longo Prazo | 1.649 | 400 | | |
| Imobilizado | - | - | | |
| Intangível | - | - | | |
| Total do Ativo | 11.555.363 | 5.881.249 | | |
| Passivo + Patrimônio Líquido | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | |
| Circulante | 43.011 | 43.011 | | |
| Impostos e contribuições | - | - | | |
| Contas a pagar | 43.011 | 43.011 | | |
| Não Circulante | 13.033.856 | 6.107.161 | | |
| Impostos e contribuições | - | - | | |
| Contas a pagar | 13.033.856 | 6.107.161 | | |
| Patrimônio Líquido | (1.521.505) | (225.912) | | |
| Capital Social | 150 | 150 | | |
| Prejuízos Acumulados | (1.521.655) | (226.062) | | |
| Total do Passivo + PL | 11.555.363 | 5.881.249 | | |

| Demonstração do Resultado do Exercício | | Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto | | |
|------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------|------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Receita operacional líquida | - | - | | |
| (-) Custos operacionais | (1.295.158) | (225.535) | | |
| Resultado operacional bruto | (225.535) | (1.295.158) | | |
| (+/-) Receitas/Despesas operacionais | - | (276) | | |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | (225.811) | (1.295.158) | | |
| Receitas financeiras | - | 49 | | |
| (-) Despesas financeiras | (484) | (251) | | |
| Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL | (1.295.593) | (226.062) | | |
| (-) Imposto de renda e contribuição social | - | - | | |
| Resultado líquido do exercício | (226.062) | (1.295.593) | | |

| Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto | | |
|------------------------------------------------------------|--------------|-------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | (6.924.847) | (6.106.062) |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos | 400 | (400) |
| Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos | 6.926.695 | 6.107.161 |
| Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa | 2.248 | 699 |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período | 848 | 150 |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período | 3.097 | 849 |
| Varição das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes | 2.249 | 699 |

Notas Explicativas da Administração

1) Do Contexto: Opulência Empreendimentos e Participações S.A, sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Holdings de instituições não-financeiras com início de atividades em 16/10/2023. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Diretoria: Milena Braga Romano - Diretora Presidente
Assis Martins Moreira - Contador CRC 1SP 259.100/0-4

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br



CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

CNPJ nº 02.380.162/0001-28



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Bebedouro, 28 de abril de 2026.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

| Ativo | 31/12/2025 | 31/12/2024 | Passivo | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--------------------------------------------------|---------------|---------------|------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Circulante | | | Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.835 | 20.459 | Fornecedores | 95 | 1.932 |
| Contas a receber | 7.254 | 7.254 | Credores pela concessão | 156 | 156 |
| Impostos a recuperar | 757 | 288 | Obrigações sociais e trabalhistas | 299 | 4.831 |
| Adiantamentos a fornecedores e outros | 16 | 16 | Obrigações tributárias | 30 | 1.055 |
| Despesas antecipadas | 31 | 362 | Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar | 1.157 | 186 |
| | 4.623 | 28.379 | Adiantamento de clientes | 142 | 142 |
| | | | Outras contas a pagar | 424 | 9.459 |
| Não circulante | | | Não circulante | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos | 525 | 1.508 | Provisão para contingências | 7.056 | 4.282 |
| Depósitos judiciais | 525 | 1.508 | | 7.056 | 4.282 |
| Reembolso de seguros | 29.556 | 18.345 | Patrimônio líquido | | |
| Valores a Receber Acionistas | 13 | 13 | Capital social | 37.300 | 37.300 |
| Imobilizado | 30.081 | 30.382 | Reserva legal | 7.460 | 7.460 |
| Intangível | | | Reserva de Reavaliação | 104 | 156 |
| | | | Reserva de lucros | 27.224 | 45.020 |
| | | | Prejuízo Acumulados | 34.704 | 58.761 |
| Total do ativo | 34.704 | 58.761 | Total do passivo e patrimônio líquido | 34.704 | 58.761 |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional – A Concessionária de Rodovias TEBE S.A. (“Companhia” ou “TEBE”) foi constituída em 12 de janeiro de 1998, e iniciou suas atividades em 02 de março do mesmo ano, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.841 de 06 de junho de 1997. A Companhia tem como atividade preponderante a manutenção e operação do Lote 3 da malha rodoviária de ligação entre os municípios de Catanduva e Bebedouro, Taquaritinga e Pirangi e Bebedouro e Barretos. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e gestão dos serviços delegados, serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo de 240 meses com início em março de 1998 e término em fevereiro de 2026. Em 21 de dezembro de 2006, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 11 ao Contrato de Concessão, alterando o prazo da Concessão de 240 para 324 meses. Tal alteração fundamentou-se no reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em complementação ficou formalizado desconto correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal do ônus fixo, devido pela contratada, no período de março de 2007 a fevereiro de 2018, no montante de R\$ 133 (cento e trinta e três mil reais), em valor presente líquido na base de julho de 1997. O regime jurídico do contrato de concessão confere ao Departamento de Estrada de Rodagem – DER, a prerrogativa de fiscalizar a execução dos serviços delegados e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total. É assegurado, tanto à Companhia como ao Poder Concedente, o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas. Em 15 de dezembro de 2011, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 19/11 ao Contrato de Concessão, alterando o índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de acordo com o Índice Geral de Preço de Mercado (IGPM) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) passando a vigorar a partir de 01 de julho de 2013. Em 14 de dezembro de 2018, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 21/18 ao Contrato de Concessão, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão correspondente ao valor de R\$ 4.237 (quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil reais) em valores correntes, decorrente do reajuste de pedágio de pista simples não repassado aos usuários no período de 01/07/2006 a 30/06/2017, valores estes já compensados com o pagamento do ônus fixo devido ao Poder Concedente. **Outras informações relevantes:** De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº 11/06, celebrado em 21 de dezembro de 2006, todos os investimentos que forem realizados após o 20º ano de concessão, serão objeto de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 27 de junho de 2013, foi divulgada a Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, de 24 de junho de 2013, contendo, dentre outros assuntos, a autorização para a realização de ajustes das tarifas de pedágio, a partir de 01 de julho de 2013, por meio do IGPM, ao contrário do previsto no Termo Aditivo e Modificativo nº 19/11 ao Contrato de Concessão, de 15 de dezembro de 2011, que previa o reajuste das tarifas de pedágio pelo IPCA a partir de 01 de julho de 2013. Embora tenha sido publicada a referida deliberação, o poder concedente não autorizou o repasse deste reajuste aos usuários das rodovias. Medidas compensatórias foram propostas para garantir o cumprimento das cláusulas constantes no contrato de concessão, dentre elas: (i) desconto de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário, para complementar a receita não recebida pelas concessionárias. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013; e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5%

(equivalente a 50%) do ônus variável. Em função da revogação da cobrança dos eixos suspensos, e de acordo com a Resolução SLT nº 4 de 31 de maio de 2018, o equilíbrio das equações econômico-financeiras resultantes da perda de arrecadação serão realizadas de acordo com a Resolução ST nº 2 de 11 de março de 2005. Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas. Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 27 de junho de 2015, foi divulgada a Deliberação da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, de 26 de junho de 2015, contendo, a autorização para a ARTESP celebrar Termo de Reratificação ao Contrato de Concessão celebrado com a TEBE de forma a proceder a modificações no cálculo de reajuste tarifário, mediante a utilização do índice de menor variação percentual entre o IGP-M e o IPCA. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão será realizada por fluxo de caixa livre e específico (“Fluxo de Caixa Marginal”), utilizando-se uma Taxa Interna de Retorno Anual de 12,50%, cuja periodicidade de recomposição é a cada dois anos. Em conformidade com o Termo Aditivo e Modificativo nº 11 ao Contrato de Concessão assinado em 21 de dezembro de 2006, o prazo da Concessão foi alterado de 240 para 324 meses, e o término deste prazo foi em 03/03/2025. Em razão do advento contratual, às 23h59 do dia 03/03/2025, o Lote 03, anteriormente administrado pela TEBE, foi transferido à Concessionária EcoNordeste Paulista. **Bens reversíveis:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão em alguns contratos de concessão rodoviária de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. Base de preparação – Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de abril de 2026. **2.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no valor líquido de realização de seus ativos e no valor de liquidação de seus passivos, tendo em vista o encerramento das atividades e o processo em curso de liquidação da concessão. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Continuidade:** A Companhia encerrou suas atividades operacionais às 23h59 de 03 de março de 2025, em decorrência do término do prazo previsto no contrato de concessão. Após essa data, a Companhia permaneceu em funcionamento com o objetivo de concluir as obrigações contratuais remanescentes junto ao Poder Concedente, incluindo tratativas relacionadas à devolução da concessão, bem como discussões administrativas e/ou judiciais envolvendo pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro e demais aspectos associados ao encerramento do contrato. Não obstante, a Companhia não possui operações geradoras de receita desde o encerramento da concessão, e sua capacidade de realização de ativos e liquidação de passivos está substancialmente vinculada à conclusão dos processos mencionados. **2.4. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As demonstrações financeiras apresentam incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período e estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego,

HENRIQUE BORGES DA CUNHA
Diretor Presidente

LUIZ ANTÔNIO BRIGHENTI
Contador – CRC 1SP 326.015/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos: Acionistas e Administradores da
Concessionária de Rodovias Tebe S.A.
Bebedouro-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias Tebe S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária de Rodovias Tebe S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** A Companhia não reconheceu a provisão relativa às obrigações decorrentes da devolução da concessão rodoviária. Conforme divulgado pela Administração, existem tratativas em andamento junto ao Poder Concedente, inclusive com manifestações sobre os valores estimados para a liquidação dessas obrigações. Contudo, com base nas evidências obtidas em nossos trabalhos, entendemos que tais obrigações atendem aos critérios de reconhecimento de passivo estabelecidos pelo CPC 25 (IAS 37). Caso essa provisão tivesse sido reconhecida, o passivo circulante e/ou não circulante da Companhia seria acrescido em aproximadamente R\$ 17.210 mil, com redução equivalente no patrimônio líquido e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, antes dos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase:** **Base de preparação das demonstrações financeiras – Continuidade:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve o encerramento das atividades operacionais da Companhia em 03 de março de 2025, decorrente do término do contrato de concessão rodoviária. Após essa data, a Companhia permanece em funcionamento com o objetivo de concluir obrigações contratuais remanescentes junto ao Poder Concedente e acompanhar processos administrativos e judiciais relacionados à devolução da concessão e pleitos de reequilíbrio econômico-

-financeiro. Consequentemente, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no valor líquido de realização de seus ativos e de liquidação de seus passivos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Transações com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 7 às demonstrações financeiras, que descreve a existência de saldos com partes relacionadas, oriundos de operações de financeiras cujos resultados financeiros poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 27 de fevereiro de 2025 sem ressalva sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo com base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2026.



RSM Brasil Auditoria e
Consultoria Ltda.
CRC 2S 030.001/O-0 “S” MG

Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador
CRC MG 94.028/O-3 “S” MG

ARA Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.286.866/0001-80

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.

Financial statements including Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, and Demonstrações dos Fluxos de Caixa for 2025 and 2024.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 e de 2024

1. Informações sobre a Companhia e contexto operacional - 1.1. Informações sobre a controladora: A ARA Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado...

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da ARA Empreendimentos e Participações S.A. - São Paulo-SP. Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da ARA Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora")...

DATA MERCANTIL logo and contact information: FALE CONOSCO POR E-MAIL comercial@datamercantil.com.br

Rinjani Empreendimentos e Participações S.A. financial statements and auditor report for 2025, including balance sheet and income statement.

NSTech IP Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 01.648.418/0001-72

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da NSTech IP Instituição de Pagamento S.A., acompanhadas das notas explicativas, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. O lucro líquido do semestre findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 6.312 mil. Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento à disposição da Resolução número 198/2022, publicada pelo Banco

Central do Brasil – BACEN. NSTech IP Instituição de Pagamento S.A. mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. A NSTech IP é uma instituição de pagamento eletrônica de frete, reconhecida por sua atuação estratégica e inovadora no setor de tecnologia e soluções inteligentes. Com foco em desenvolvimento, integração e gestão de tecnologias voltadas para eficiência operacional e segurança, integra plataformas especializadas em soluções digitais

para logística. Nosso compromisso é impulsionar a transformação digital de nossos clientes, oferecendo soluções robustas, escaláveis e personalizadas, com base em dados, inteligência artificial e automação. Com uma equipe altamente capacitada e uma estrutura moderna, se destaca pela capacidade de entregar resultados concretos e sustentáveis, contribuindo para a competitividade e evolução de seus parceiros no mercado. A Diretoria

Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Balancço Patrimonial | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----|---------------------------|
| Ativo | NE | 31/12/25 31/12/24 |
| Circulante | | 58.660 |
| Disponibilidades | 4 | 5.362 25.512 |
| Instrumentos Financeiros Mensurados ao custo amortizado | | 71.348 27.610 |
| Aplicação interfinanceira de liquidez | 4 | 25.485 4.436 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 34.352 10.682 |
| Rendas a receber | 6 | 11.511 12.492 |
| Outros Ativos | | 5.538 |
| Outros créditos – diversos | | 6.335 3.867 |
| Outros valores e bens | | – 35 |
| Despesas antecipadas | | 217 829 |
| Outros ativos fiscais | | 902 807 |
| Não Circulante | | 4.978 |
| Investimentos | | 130 111 |
| Outros investimentos | | 130 111 |
| Imobilizado de Uso | | 7 217 320 |
| Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas) | | 1.188 1.186 (971) (866) |
| Intangível | | 7 4.631 3.936 |
| Ativos Intangíveis (Redução ao valor de recuperação do intangível) (Amortização acumulada) | | 5.900 4.326 (1.269) – |
| Total do Ativo | | 89.142 63.027 |
| Passivo | | 89.142 63.027 |
| Circulante | | 70.416 58.185 |
| Instrumentos Financeiros Mensurados ao custo amortizado | | 15.982 – |
| Depósitos | 8 | 15.982 – |
| Outros Passivos | | 54.434 58.185 |
| Fiscais e previdenciárias | | 1.743 580 |
| Diversas | 9 | 52.691 57.605 |
| Não Circulante | | 109 – |
| Provisões | | 109 – |
| Diversas – Passivos contingentes | 9 | 109 – |
| Patrimônio Líquido | | 18.617 4.842 |
| Capital: | | 38.496 38.496 |
| De Domiciliados no país | 10 | 38.496 38.496 |
| Reservas de lucros (Prejuízos acumulados) | | 810 810 (20.689) (34.464) |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 89.142 63.027 |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Semestre e Exercício

1. Contexto Operacional – A NSTech IP Instituição de Pagamento S.A. (Instituição), é uma instituição privada, regulamentada no CNPJ/MF 01.648.418/0001-72, constituída em 23 de dezembro de 1996, sob a forma de sociedade anônima, com sede na Av. Coronel Marcos Konder, nº 1.207 – sala 165, Centro – Itajaí/SC, e é controlada pela NSTech FS Ltda., pertencente ao grupo NSTech, liderado pela NSTech S.A. A Instituição tem como objeto social: (i) da atividade de instituição de pagamento, que: a) converte moeda física ou escritural em moeda eletrônica ou vice-versa; b) executa ou facilita a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada e de destinada a conta de pagamento; c) emite instrumento de pagamento pré-pago e pós-pago; d) gere conta de pagamento pré-pago e pós-pago; e, presta serviços na administração de banco de dados; e f) presta serviços em outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento; (ii) da atividade de credenciamento, que: a) habilita recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento; e b) participa do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras do arranjo de pagamento; e (iii) de outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Instituição conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de janeiro de 2026. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Instituição, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo. **b) Uso de estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justos dos ativos e passivos financeiros, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. **c) Adoção de novas normas: Resolução CMN nº 4.966/2021, BCB nº 352/2023 e correlatas (Hedge Accounting e Renegociação e Reestruturação):** Os principais impactos (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas foram: **1. Efeitos da alteração de categorias** – refletem os impactos da reclassificação decorrentes de reclassificação entre as categorias, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023. Em 1º de janeiro de 2025, não houve impactos decorrentes da alteração de categoria dos instrumentos financeiros. **2. Efeitos da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** (art. 40 das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023). I – A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro; II – A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros. III – Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art. 76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso. **3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento. A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidos fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês. Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos. **Renegociação e Reestruturação:** Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento, conforme as condições contratuais renegociadas. Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. A Instituição optou por aderir à facilidade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas. **3. Principais Práticas Contábeis** – As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Instrumentos financeiros:** Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os instrumentos financeiros da Instituição estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e o resultado do teste de SPPI, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal. **Principais impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas:** A adoção da referida normativa foi aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores**

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | |
|--------------------------------------------------|-------------------|---------------|--------------------|---------------------------------|
| | Capital Subscrito | Reserva Legal | Reservas de Lucros | Lucro ou (Prejuízos) Acumulados |
| Saldos no fim do semestre em 30/06/25 | 38.496 | 291 | 519 | (27.001) |
| Lucro líquido do semestre | | | | 6.312 |
| Saldos no fim do semestre em 31/12/25 | 38.496 | 291 | 519 | (20.689) |
| Mutações do Semestre: | | | | 6.312 |
| Saldos no início do exercício em 01/01/24 | 22.146 | 291 | 519 | (34.427) |
| Aumento de capital (Prejuízo) do exercício | 16.350 | – | – | – |
| Saldos no fim do exercício em 31/12/24 | 38.496 | 291 | 519 | (34.464) |
| Mutações do Exercício: | | | | (37) |
| Saldos no início do exercício em 01/01/25 | 38.496 | 291 | 519 | (34.464) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 13.775 |
| Saldos no fim do exercício em 31/12/25 | 38.496 | 291 | 519 | (20.689) |
| Mutações do Exercício: | | | | 13.775 |

| Demonstração do Resultado | | | | |
|--------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|----------|
| | NE | 2º-SEM-25 | 2025 | 2024 |
| Receitas de Intermediação Financeira | 4.049 | 6.480 | 2.671 | – |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 11 | 4.049 | 6.480 | 2.671 |
| Despesas da Intermediação Financeira | (785) | (801) | (753) | – |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | (785) | (801) | (753) | – |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | 3.264 | 5.679 | 1.918 | – |
| Outras Receitas/Despesas Operacionais | 5.236 | 10.871 | (1.735) | – |
| Receitas de prestação de serviços | 12 | 11.371 | 21.818 | 16.989 |
| Despesas de pessoal | 13 | (1.725) | (5.113) | (11.456) |
| Outras despesas administrativas | 14 | (2.429) | (4.663) | (4.830) |
| Despesas tributárias | 15 | (1.861) | (3.316) | (2.267) |
| Resultado de participação em coligadas e controladas | – | – | – | – |
| Despesas com provisões | – | – | – | – |
| Provisão (reversão) de provisões operacionais | – | – | – | – |
| Outras receitas operacionais | 16 | 614 | 9.739 | 474 |
| Outras despesas operacionais | 17 | (734) | (7.594) | (645) |
| Resultado Operacional | 8.500 | 16.550 | 183 | – |
| Resultado Não Operacional | 2 | 269 | 112 | – |
| Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações | 8.502 | 16.819 | 295 | – |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (2.065) | (2.815) | – | – |
| Provisão para imposto de renda | (1.506) | (2.052) | – | – |
| Provisão para contribuição Social | (559) | (763) | – | – |
| Participações Estatutárias no Lucro | (125) | (229) | (332) | – |
| Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/exercício | 6.312 | 13.775 | (37) | – |
| Nº de ações: | 1.888.816 | 1.888.816 | 1.888.816 | – |
| Lucro/(prejuízo) por ação R\$ | 3,34 | 7,29 | (0,02) | – |

| Demonstração do Resultado Abrangente | | | | |
|-------------------------------------------------|--------------|---------------|-------------|-----------------|
| | 2º-SEM-25 | 2025 | 2024 | |
| Resultado Líquido do Semestre | 6.312 | 13.775 | (37) | Total |
| Resultado Abrangente | – | – | – | (11.471) |
| Ajustes que serão transferidos para resultados: | | | | |
| Resultado Abrangente Total | 6.312 | 13.775 | (37) | 16.350 |

| Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) | | | | |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|----------------|-------------------------------------------------|
| | 2º-SEM-25 | 31/12/25 | 31/12/24 | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | 6.312 | 13.775 | (37) | Resultado Líquido do Semestre |
| Lucro líquido do semestre | 6.312 | 13.775 | (37) | Resultado Abrangente |
| Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável | 433 | 984 | 139 | Ajustes que serão transferidos para resultados: |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 785 | 801 | 753 | Resultado Abrangente Total |
| Provisão de impostos no resultado | 2.065 | 2.815 | – | 6.312 13.775 (37) |
| 9.959 | 18.375 | 855 | – | |
| Variação de Ativos e Passivos | (26.306) | (15.881) | 8.708 | |
| (Aumento) redução em títulos e valores mobiliários | (25.722) | (23.670) | 9.445 | |
| (Aumento) redução em rendas a receber | 1.863 | 981 | (1.470) | |
| (Aumento) redução em outros ativos | (762) | (2.160) | (255) | |
| Aumento (redução) em instrumentos financeiros – passivo | (2.463) | 15.982 | – | |
| Aumento (redução) em outros passivos | 2.687 | (4.790) | 988 | |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (1.909) | (2.224) | – | |
| Fluxos líquido aplicado nas atividades operacionais | (16.711) | 2.494 | 9.563 | |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | – | – | – | |
| Inversões em: | | | | |
| Investimentos | (13) | (19) | (64) | |
| Imobilizado de uso | – | (2) | (11) | |
| Inversões líquidas no intangível | (1.486) | (1.574) | (1.768) | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (1.499) | (1.595) | (1.843) | |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | – | – | – | |
| Recebimento pela integralização de capital | – | – | 16.350 | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | – | – | 16.350 | |
| Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | (18.210) | 899 | 24.070 | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício | 49.057 | 29.948 | 5.878 | |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício | 30.847 | 30.847 | 29.948 | |
| Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | (18.210) | 899 | 24.070 | |

contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção inicial foram reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, liquidados dos respectivos impactos fiscais. **Adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** (art. 40 das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023). Não ocorreram efeitos decorrentes da adoção inicial do modelo para perdas associadas ao risco de crédito. **(I) Avaliação do modelo de negócios:** De acordo com a CMN nº 4.966/21, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: • Obter fluxos de caixa contratuais; • Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou • Outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Instituição considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. **(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("SPPI teste"):** Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar o SPPI teste. Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. **(III) Custo amortizado:** Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e • Os fluxos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **(IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa contratuais apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios: • O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e • Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas, caso existentes, são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". **(V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"):** Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores. **(VI) Passivo Financeiro:** Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/21, a Instituição deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo: • Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; • Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; • Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificadas para baixa; • Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; • Contratos híbridos. **(VII) Taxa de Juros Efetiva ("TJE"):** É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Para o cálculo da taxa efetiva de juros são considerados as receitas e custos de origem vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências. Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. **(VIII) Provisão para perdas esperadas:** Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/23, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais. A provisão para perdas esperadas, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 – de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, conforme estabelecido no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 – considerando o aumento significativo do risco de crédito. Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável. A Resolução CMN nº 4.966/21, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo: **Estágio 1:** Operações em curso normal – quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos. **Estágio 2:** Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da PD inicial e a PD corrente, conforme a Resolução CMN nº 4.966/21. **Estágio 3:** Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial. **(IX) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual:** A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual. Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido. **(X) Perímetro de Aplicação:** O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias "custo amortizado", sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria "valor justo através de outros resultados abrangentes", bem como riscos e compromissos contingentes. **(XI) Metodologia de estimativa de perda esperada:** O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probabi-

lidade de inadimplência), LGD (Perda dada inadimplência) e EAD (Exposição no caso de inadimplência). A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados. **c) Ativos e passivos circulantes:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. **d) Imobilizado de uso:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou adquirido com essa finalidade. O ativo imobilizado está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. para sistemas de processamento de dados. **e) Intangível:** São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear à taxa de 20% a.a. **f) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com as políticas adotadas pelo Grupo, e que considera os critérios definidos na Instrução Normativa BACEN nº 319 de 4 de novembro de 2022 e na Resolução CMN nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **• Ativos contingentes:** são registrados nas demonstrações financeiras, salvo na presença de evidências que garantam sua realização, desde que não haja mais recursos a serem acionados; **• Depósitos judiciais:** são mantidos como ativos e não são deduzidos das provisões para passivos contingentes, seguindo as diretrizes normativas do BACEN; **• Passivos contingentes:** são de natureza incerta e dependem de eventos futuros para determinar se haverá saída de recursos. Conseqüentemente, não são provisionados. Se classificados como possíveis perdas, são divulgados, e se enquadrados como perdas remotas, não precisam ser nem provisionados nem divulgados. **• Provisões:** são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável **g) Apuração de resultado:** As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Instituição e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **h) Resultado recorrente e não recorrente:** A Instituição considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Instituição. Além disso, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **i) Impostos de renda, contribuição social, pis e cofins:** **• Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), as alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **• Pis e Cofins:** As despesas com Pis e Cofins são calculados sobre as receitas sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente para as receitas de faturamento e outras receitas operacionais; e, de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas financeiras. **j) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **k) Partes relacionadas:** A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa** – A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos em moeda corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, com vencimento original de até três meses, conforme definido pelo CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentados a seguir:

| | 31/12/25 | 31/12/24 |
|---------------------------|----------|----------|
| Disponibilidades em caixa | –</ | |

... continuação

aumento da receita financeira no período. 5. Títulos e valores mobiliários – Os títulos e valores mobiliários são classificados e mensurados de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros...

Table with columns: 31/12/25, 31/12/24. Rows include Cotas de fundo – SICREDI – FIF Renda Fixa Líquidez Empresarial DI (a), Títulos públicos – LFT (vencimento em 01/03/26), Total, (a) CNPJ nº 24.634.187/0001-43. Fundo constituído sob a forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração...

Table with columns: 31/12/25, 31/12/24. Rows include Clientes nacionais, Clientes renegociados, (-) Juros a transcorrer, Plano emissão CIOT, Pedágio frota própria, Taxa de carregamento, Pedágio VPO, Pedágio HUB, Clientes a receber – direito creditório, Conta única mensal, Conta única serviço, Serviço mínimo PEF, Subtotal, Provisão para perdas esperadas, Total.

As rendas a receber referem-se, principalmente, a valores a receber de clientes decorrentes da prestação de serviços relacionados aos arranjos de pagamento operados pela Companhia, incluindo tarifas e receitas vinculadas à emissão de CIOT, pedágio, taxas de carregamento, conta única e demais serviços oferecidos...

Table with columns: 2º Sem/25, 2025, 2024. Rows include Movimentação da provisão, Salvo no início do semestre/exercício, Constituições, Reversões.

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Movimentação do semestre/exercício (a), Salvo no final do semestre/exercício.

(a) Apresentado na Demonstração do Resultado na rubrica “Despesas com provisões”. As reversões registradas no exercício de 2025 estão relacionadas, majoritariamente, à baixa definitiva de créditos renegociados considerados irrecuperáveis...

Table with columns: 31/12/25, Saldo em 31/12/24. Rows include Custos, Depreciação acumulada, Saldo, Instalações, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Equipamento e processamento de dados, Total.

A redução do saldo líquido do imobilizado de uso em 31 de dezembro de 2025, quando comparado ao exercício anterior, decorre, principalmente, da depreciação dos ativos ao longo do período e da substituição/baixa de máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados com vida útil já substancialmente consumida...

Table with columns: 31/12/2025, Saldo em 31/12/24. Rows include Custos, Amortização acumulada, Saldo, Sistema de processamento de dados, Total.

O aumento do saldo líquido do ativo intangível em 2025 reflete, principalmente, novos investimentos em sistemas e plataformas tecnológicas, em linha com a estratégia de fortalecimento da infraestrutura tecnológica da Companhia e de suporte à expansão das operações...

Table with columns: 31/12/25, 31/12/24. Rows include Contas de pagamento pré-paga, Total.

O saldo registrado em 31 de dezembro de 2025 decorre da abertura e utilização de contas de pagamento pré-pagas em atendimento à obrigatoriedade regulatória associada à operacionalização de transações via PIX, com a consequente segregação dos recursos de moeda eletrônica dos recursos próprios da Companhia...

Table with columns: 31/12/25, 2025, 2024. Rows include COFINS, PIS.

NSTech IP Instituição de Pagamento S.A.

operações, bem como valores recebidos antecipadamente de clientes para a utilização futura de serviços. Os saldos de “outros passivos – diversos” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentados a seguir:

Table with columns: 31/12/25, 31/12/24. Rows include Passivo circulante, Provisão para pagamentos a efetuar, Adiantamento de clientes (a), Valores a repassar a sociedades ligadas (vide nota explicativa nº 18), Credores diversos, Total circulante.

(a) Saldos disponíveis de clientes para utilização de serviços. A redução do saldo de “provisão para pagamentos a efetuar” em 31 de dezembro de 2025 reflete, principalmente, a liquidação de obrigações operacionais ao longo do exercício. O aumento dos saldos a pagar a parceiros comerciais está diretamente relacionado ao crescimento da operação de pedágio no período...

Table with columns: 2º Sem/25, 2025, 2024. Rows include Receitas de aplicações em operações compromissadas, Receitas de títulos de Renda Fixa, Total, Receitas de aplicações em operações compromissadas, Receitas de títulos de Renda Fixa, Total.

O aumento relevante das receitas de intermediação financeira em 2025, quando comparado ao exercício anterior, reflete a mudança no modelo de gestão de caixa da Companhia, com maior alocação dos recursos disponíveis em aplicações financeiras de alta liquidez e baixo risco, em linha com a estratégia de otimização do retorno financeiro sobre os recursos mantidos temporariamente em caixa...

Table with columns: 2º Sem/25, 2025, 2024. Rows include Tarifas de intercâmbio, Outras receitas, Total.

A redução relevante das despesas de pessoal no exercício de 2025, quando comparada ao exercício de 2024, decorre, principalmente, do processo de reestruturação organizacional implementado pela Companhia, com adequação do quadro de colaboradores e revisão da estrutura de custos, com o objetivo de recompor a rentabilidade operacional...

Table with columns: 2º Sem/25, 2025, 2024. Rows include Proventos, Encargos sociais, Outros – Benefícios e treinamento, Total, Serviços técnicos especializados, Processamento de dados, Aluguéis, Transporte, Promoção e relações públicas, Comunicações, Seguros, Depreciações e amortizações, Manutenção e Conservação de Bens, Água, energia elétrica e gás, Propagandas e publicidade, Material, Outras despesas administrativas, Total.

A redução das outras despesas administrativas em 2025, quando comparada a 2024, reflete, principalmente, as iniciativas de racionalização de custos implementadas no contexto da reestruturação organizacional e operacional da Companhia, com revisão de contratos com fornecedores, adequação da estrutura física e otimização de gastos recorrentes com serviços, infraestrutura e despesas operacionais...

Table with columns: 2º Sem/25, 2025, 2024. Rows include COFINS, PIS.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil...

Table with columns: 2º Sem/25, 2025, 2024. Rows include lss, Outros, Total.

O aumento das despesas tributárias em 2025, em comparação a 2024, está relacionado, principalmente, ao maior volume de receitas de prestação de serviços no período, o que resultou em maior incidência de tributos sobre o faturamento e sobre os serviços prestados, em linha com a expansão das operações da Companhia...

Table with columns: 2º Sem/25, 2025, 2024. Rows include Recuperação de créditos baixados como prejuízo, Reversão de provisões operacionais e bônus, Juros recebidos, Receitas de produtos financeiros, Multas de recebimento em atraso, Outras receitas operacionais, Total.

O aumento relevante das outras receitas operacionais em 2025, quando comparado ao exercício anterior, decorre, principalmente: (i) da reversão de provisões operacionais, registrada no exercício em decorrência da baixa definitiva de créditos anteriormente provisionados, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 6 (rendas a receber), totalizando aproximadamente R\$ 6,9 milhões; e (ii) da recuperação de créditos anteriormente baixados como perda, referente a valores recuperados após a baixa como perda efetiva em exercícios anteriores...

Table with columns: 2º Sem/25, 2025, 2024. Rows include Custos processuais, Custos dos produtos vendidos, Custos dos serviços prestados, Tarifas, multas e não estíveis, Perdas no recebimento de créditos, Provisões não associadas ao risco de crédito, Outras despesas, Total.

O aumento relevante das outras despesas operacionais em 2025, quando comparado ao exercício anterior, decorre, principalmente, do reconhecimento de perdas no recebimento de créditos, decorrentes da baixa definitiva de créditos considerados irrecuperáveis, após esgotadas as tentativas de cobrança e medidas judiciais cabíveis, em linha com a política de crédito e cobrança da Companhia...

Table with columns: 2º Sem/25, 2025, 2024. Rows include Resultado antes da tributação sobre o lucro, Adições (exclusões) de despesas não dedutíveis ou receitas não tributáveis.

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais, Total da base de cálculo do IRPJ e CSLL, Imposto de renda – 15%, IRPJ – 10% parcela adicional, Incentivo PAT, Imposto de renda, Contribuição social – 9%, Imposto de renda e contribuição social corrente.

Em 2024, a Companhia não aprovou base tributável positiva, em razão da existência de prejuízo fiscal, não havendo, portanto, reconhecimento de imposto de renda e contribuição social correntes no período. 19. Prevenção à lavagem de dinheiro – Em cumprimento à legislação específica e às melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, em especial, no Cadastro; esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância uníssona com a gestão de riscos e controles internos...

Contador Rodrigo Moralez – CRC SP 244.417/0-1

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da NSTech IP Instituição de Pagamento S.A. – Itajaí-SC

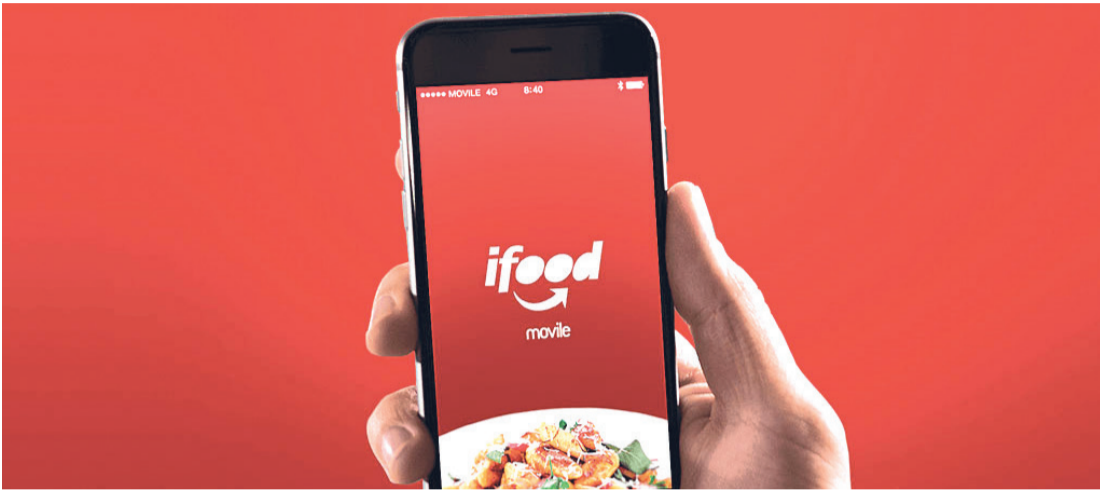
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da NSTech IP Instituição de Pagamento S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NSTech IP Instituição de Pagamento S.A., em 31 de dezembro de 2025, desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data...

mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais...

Vicente Michelon – CRC-RS 052.365/O-8 Michelon Auditores e Consultores SS – CRC RS nº 4.626

NEGÓCIOS

iFood anuncia compra da Get In, startup de reservas de restaurantes



O iFood anunciou nesta quarta-feira (29) a compra da Get In, startup especializada em reservas e gestão de filas para restaurantes. Aquisição faz parte do lançamento de novo produto voltado ao consumo presencial.

Segundo comunicado, a incorporação da startup é central para a iniciativa, já que traz ao ecossistema do iFood uma tecnologia consolidada de reservas e gestão de filas.

As operações iniciais serão testadas em Campinas (SP) e Curitiba (PR). O iFood não informou quando a novidade estará disponível em outras cidades.

"Com o tráfego e a inteligência do iFood, podemos ajudar a ampliar o hábito de

reservar mesas em restaurantes no Brasil. Isso tem potencial para melhorar a experiência do

consumidor e dar ao restaurante mais previsibilidade de demanda, melhor ocupação e mais eficiência no salão", disse Juliana Yamada, vice-presidente de Novos Negócios na empresa.

Para os restaurantes, a integração com a tecnologia da Get In abre espaço para uma gestão mais eficiente do salão e uso estratégico de dados.

A plataforma permitirá acompanhar o comportamento dos consumidores presencialmente e criar ações mais direcionadas, como campanhas de fidelização e promoções personalizadas.

Segundo o iFood, o movimento também responde a uma lacuna no mercado, já que menos da metade dos restaurantes brasileiros oferece reserva de mesa, e uma parcela ainda menor utiliza sistemas digitais. A expectativa é que a escala da companhia ajude a acelerar essa digitalização.

A vice-presidente de Novos Negócios, Juliana Yamada, destacou que os testes iniciais em Campinas e Curitiba, que servirão para ajustes antes de uma possível expansão. Com a aquisição da Get In, o iFood consolida sua entrada no segmento presencial e reforça a estratégia de se posicionar como uma plataforma completa para o setor de alimentação.

CNN

Revista 'Time' inclui Nubank e Kalshi em lista de empresas financeiras mais influentes do mundo

A revista norte-americana 'Time' incluiu o Nubank e a Kalshi na lista das 10 empresas de serviços financeiros mais influentes do mundo em 2026, ao lado de nomes como Mercado Pago, BlackRock e Mastercard.

Na reportagem da 'Time', a publicação afirma que a fintech brasileira tem buscado comprovar que um banco digital pode ganhar escala ao mesmo tempo em que se mantém rentabilidade e avança para mercados altamente regulados.

A instituição financeira já tem operações no México e na Colômbia, e caminha para obter uma licença bancária nos EUA.

A revista destaca ainda que o Nubank fechou 2025 com 131 milhões de clientes e gera receita anual de US\$ 16,3 bilhões. "Vemos este ano como um ponto de inflexão: o ano em que começamos a transição de líder latino-americano para

uma plataforma global de serviços financeiros digitais", diz fundador e CEO do Nubank, David Vélez.

Sobre o Mercado Pago, a revista lembra que a fintech do Mercado Livre já tem 78 milhões de usuários mensais ativos e, em 2025, gerou US\$ 12,6 bilhões em receita líquida.

A companhia dispõe da vantagem de manter um relacionamento estreito com milhões de lojistas e consumidores, além de ter acesso a valiosos dados transacionais, de acordo com a matéria. A meta é construir o maior banco digital da América Latina, diz o CEO do Mercado Livre, Ariel Szarfsztein.

A lista também inclui a Kalshi, plataforma americana de mercados de previsão, que tem como cofundadora a brasileira Luana Lopes Lara, de 29 anos, que se tornou a bilionária self-made mais jovem do mundo, segundo a revista Forbes.

CNN

Adidas recebe impulso da Copa do Mundo em mercado "muito volátil"



A Adidas divulgou nesta quarta-feira (29) um lucro operacional e vendas no primeiro trimestre mais fortes do que o esperado, impulsionados pela demanda antecipada por produtos relacionados à Copa do Mundo de futebol.

A Adidas disse que antecipou a entrega dos produtos da Copa do Mundo aos seus mercados para evitar "muitos problemas de fornecimento e transporte".

"Definitivamente, foi a decisão certa trazer o estoque antecipadamente, especialmente para a Copa do Mundo", disse o diretor financeiro Harm Ohlmeyer a repórteres em uma ligação.

"Sem isso, não teríamos conseguido crescer 14% no primeiro trimestre."

Os artigos para corrida também foram um fator de crescimento, com aumento de mais de 10% nas vendas. A marca Adidas está em alta depois que seus tênis de corrida ultraleves ajudaram o atleta queniano Sebastian Sawe a se tornar a primeira pessoa a correr uma maratona abaixo de duas horas em uma corrida oficial na Maratona de Londres no domingo (26).

As ações da Adidas subiram 8% com o desempenho robusto. As ações caíram no último ano, já que a empresa enfrentou as tarifas dos EUA e consumidores cautelosos, e ainda estão perto de seu nível mais baixo em mais de três anos.

A Adidas disse que a "disciplina" em não vender

muito para os varejistas foi crucial para evitar que os tênis tivessem que ser descontados em um ambiente de varejo "muito volátil".

O presidente-executivo Bjorn Gulden apontou a Europa como o mercado com os mais altos níveis de desconto e muita incerteza entre os consumidores.

As vendas trimestrais aumentaram para 6,6 bilhões de euros (US\$7,7 bilhões), embora vários países do Oriente Médio tenham relatado quedas nas vendas devido à guerra do Irã.

O lucro operacional trimestral aumentou em 16% para 705 milhões de euros, bem acima dos 647 milhões de euros projetados pelos analistas em uma pesquisa compilada pela empresa. CNN